

# Aurora.

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.15, n.44, mai.-ago.22

**DOSSIÊ:** Projetos e identidades de Brasil

**200**

anos da Independência  
Brasileira

**100**

anos da Semana de  
Arte Moderna

### **Conselho Editorial**

Aécio da Silva Amaral Jr., UFPB, Brasil  
Ana Amélia da Silva, PUC-SP, Brasil  
Ariel Jerez Navarra, Universidad Complutense de Madrid, Espanha Bruno Carriço dos Reis, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal Celso Fernando Favaretto, USP, Brasil  
Claire Blencowe, University of Warwick, Reino Unido  
Fernando Antonio de Azevedo, UFSCAR, Brasil  
Gabriel Cohn, USP, Brasil  
Jean Burgess, Queensland University of Technology, Austrália  
José Luis Dader García, Universidad Complutense de Madrid, Espanha Laurindo Lalo Leal, USP, Brasil  
Maria do Socorro Braga, UFSCAR, Brasil  
Maria Izilda Santos de Matos, PUC-SP, Brasil  
Miguel Wady Chaia, PUC-SP, Brasil  
Raquel Meneguelo, UNICAMP, Brasil  
Regina Silveira  
Rosemary Segurado, PUC-SP, Brasil  
Silvana Maria Correa Tótoro, PUC-SP, Brasil  
Tathiana Senne Chicarino, FESPSP, Brasil  
Yvone Dias Avelino, PUC-SP, Brasil  
Venício Artur de Lima, UNB, Brasil  
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC-SP, Brasil  
Victor Sampedro Blanco, Universidad Rey Juan Carlos, Espanha

### **Diretor Editorial**

Rafael de Paula Aguiar Araújo, PUC-SP, Brasil

### **Editores**

Luis Eduardo Tavares, FESPSP, Brasil  
Pedro Malina, FESPSP, Brasil

### **Editores Assistentes**

Mércia Alves, UFPR, Brasil  
Fabricio Augusto Antonio Amorim, PUC-SP, Brasil

### **Comitê Editorial**

Claudio Luis de Camargo Penteado, UFABC, Brasil  
Eva Campos Domingues, Universidad de Valladolid, Espanha  
Julian Brigstocke, Universidade de Cardiff, País de Gales  
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil  
Maria Laura Tagina, Universidad La Matanza, Argentina  
Rafael de Paula Aguiar Araujo, PUC-SP, Brasil  
Rodrigo Estramanho de Almeida, FESPSP, Brasil  
Silvana Gobbi Martinho, PUC-SP, Brasil

### **Revisão de texto**

Rosa Couto, UNESP-SP, Brasil

### **Diagramação**

Yasmin Mancini, FESPSP, Brasil

Aurora: revista de arte, mídia e política é uma publicação do NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

# Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.15, n.44, maio - agosto 2022

## Sumário

**Nota dos Editores** 3-6

### Artigos dossiê: Projetos e identidades de Brasil

**Duzentos anos de dependência e autocracia: a revolução burguesa segundo Florestan Fernandes** 7-25

Cláudio Novaes Pinto Coelho

**O bicentenário (da)nação: as contradições de um país pronto, mas que não se fez** 26-41

Paulo Silvino Ribeiro

**Modernismos e resistências à modernização: Mademoiselle Cinema, o pensamento conservador e a modernidade possível ao sul do capitalismo** 42-59

Pedro de Castro Picelli

**Maria Firmina dos Reis como um contraponto ao modernismo paulista? Uma hipótese ainda não comprovada** 60-80

Rafael Balseiro Zin

### Artigos

**A formação identitária do negro no interdiscurso: índices de preconceito** 81-99

Eduardo Alves da Silva

**A campanha negativa no Facebook dos presidenciáveis nas eleições de 2018** 100-124

Doacir Gonçalves de Quadros e Pedro Felipe Silva

**A entrada da Venezuela no Mercosul desde a perspectiva da Câmara dos Deputados Uruguiaia (2000-2016)** 125-145

Angelo Raphael Mattos, Matheus Felipe Silva e Samuel Decresci

**Pesquisa e Extensão e Educação Básica: das forças que nos compõem** 146-166

Davina Marques e Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

### Resenha

**O sequestro da Independência de Carlos Lima Jr.; Lilia Schwarcz; Lúcia K. Stumpf** 167-170

Rodrigo Estramamho

## Nota dos Editores

Luis Eduardo Tavares<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0001-6005-6928

Pedro Malina<sup>2</sup>

ORCID: 0000-0002-2719-4875

O ano de 2022 marca importantes inflexões na história brasileira. Ano de encruzilhada de forças e projetos de país, em que se realizam eleições gerais para a troca ou manutenção do comando da república, trazendo à tona o choque entre tendências ideológicas em jogo e fazendo aflorar as ansiedades e violência políticas. Este é um ano crucial na definição dos rumos imediatos que o Brasil trilhará, num momento dramático da história do país, em meio à crise econômica e aos enfrentamentos de uma pandemia global, em que a sociedade brasileira encontra-se politicamente fraturada pelos acontecimentos da última década e sob o governo de uma extrema direita disruptivo com os valores democráticos.

Acrescenta-se que neste ano também são celebrados dois importantes eventos históricos de profícuas repercussões no destino do país, que desempenharam papel fundamental na construção e formação de sua identidade. Completa-se, em 2022, o segundo centenário da Independência do Brasil, alcançada em 7 de setembro de 1822, e o primeiro centenário da Semana de Arte Moderna, de 13 a 17 de fevereiro de 1922. Mais do que a maioria dos anos, 2022 nos convida a refletir sobre os caminhos e descaminhos do Brasil, sobre os projetos nacionais e utopias do passado e do presente, e a formação da identidade brasileira.

---

<sup>1</sup> Editor da Revista Aurora, pesquisador do NEAMP e professor da pós-graduação da FESPSP.

<sup>2</sup> Editor da Revista Aurora, pesquisador do NEAMP e professor da pós-graduação da FESPSP.

A Independência do Brasil, que em 1822 marcou a passagem da Colônia para o Império, simbolizada pelo mítico grito de “independência ou morte!” foi, no entanto, uma mudança de cima para baixo, realizada como um arranjo político entre elites para a manutenção de seus privilégios. Esta passagem histórica desatou inúmeros projetos e lutas republicanas e abolicionistas por todo o Brasil, com diferentes aspectos regionais que procuravam estabelecer as bases para o Brasil em formação. Contudo, a conservação da monarquia e da escravidão afirmou uma distintiva modernização conservadora que se tornou o padrão dos processos de desenvolvimento brasileiro.

Cem anos depois da Independência, o Brasil vivia transformações advindas da crescente industrialização e urbanização que fomentavam aspirações de mudança. Movimentos políticos e artísticos sintonizados com o espírito do tempo das vanguardas mundiais resultaram em uma variedade de modernismos associados às realidades regionais, engendrando utopias de diferentes tendências ideológicas, que seguem se reproduzindo nos espectros da direita e da esquerda política até os dias de hoje. A Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922, foi um dos principais acontecimentos desse período. Embora não tenha abarcado toda a diversidade do modernismo brasileiro, foi o epicentro de importantes obras e artistas que influenciaram as décadas seguintes. Cabe assinalar que um dos motes da realização da Semana de Arte Moderna naquele ano era também um balanço dos cem anos da independência com vistas ao porvir. Dessa maneira, seus debates refletiram as tensões em torno da identidade brasileira, frente à modernidade que se expandia no país. Novamente, diversos projetos de diferentes matizes políticas disputavam o que era e o que seria o Brasil dali para a frente.

A utopia antropofágica do Grupo Pau Brasil, sobretudo em Oswald de Andrade e Mário de Andrade, repercutiu imensamente nas artes nativas a exemplo do cinema novo, o tropicalismo, e mesmo na política, entre aqueles que defendem a diversidade e buscam um desenvolvimento autônomo do país, ao mesmo tempo aberto a elementos estrangeiros. Exemplo disso está na conformação de uma política cultural, iniciada por Mário de Andrade, e continuada em diferentes momentos institucionais de nosso país, que busca promover o encontro do Brasil consigo mesmo. De outro lado, o verde-amarelismo do Grupo Anta, com seu nativismo conservador e autoritário, se ramificou em diferentes vertentes da direita, das

brandas às extremadas. Observamos na atualidade sua estética em movimentos conservadores e de direita, embora seu conteúdo nativista tenha se perdido.

Que reflexões podemos fazer sobre os projetos de Brasil neste momento em que estamos situados? Que projetos de país encontram-se hoje em disputa? Quais as influências destes dois momentos importantes da história do Brasil nestes projetos? Motivados por tais questões, a Revista Aurora abriu um chamado de artigos para o dossiê “Projetos e identidades de Brasil: 200 anos da Independência Brasileira e 100 anos da Semana de Arte Moderna”. O resultado são artigos que versam sobre as vicissitudes dos projetos nacionais difundidos a partir de 1822 e de 1922, que traçam avaliações de acontecimentos de amplo alcance histórico e que nos trouxeram à atual encruzilhada e reflexões sobre as transformações na identidade brasileira. Apresentamos a seguir os seguintes trabalhos.

O artigo “Duzentos anos de dependência e autocracia: a revolução burguesa segundo Florestan Fernandes” de Cláudio Novaes Pinto Coelho reflete criticamente sobre as principais características da sociedade brasileira, mediante um retrospecto do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir da obra “A revolução burguesa no Brasil” e outros textos do autor.

5

Paulo Silvino Ribeiro, em “O bicentenário (da)nação: as contradições de um país pronto, mas que não se fez”, apresenta as contradições que forjaram os caminhos e descaminhos do país em sua constituição política, econômica e social, desde a Independência de 1822, a partir de uma análise sociológica do processo de formação do Estado brasileiro.

Em “Modernismos e resistências à modernização: Mademoiselle Cinema, o pensamento conservador e a modernidade possível ao sul do capitalismo”, Pedro de Castro Picelli observa os sentidos em que se realizaram as condições intelectuais para o desenvolvimento de uma crítica conservadora à modernização brasileira republicana, por meio da análise sociológica da forma do romance *Mademoiselle Cinema: novella de costumes do momento que passa* (1922), de Benjamim Costallat, sobretudo, em como ele deu suporte aos próprios processos sociais em meio aos dinamismos culturais que tiveram em 1922 seu catalisador simbólico.

O artigo “Maria Firmina dos Reis como um contraponto ao modernismo paulista? Uma hipótese ainda não comprovada” de Rafael Balseiro Zin debate, num primeiro momento, a possibilidade de reedição do romance inaugural

da maranhense como um contraponto ao modernismo paulista para, logo na sequência, apontar o descaso com que as fontes documentais são tratadas por determinados pesquisadores, sobretudo quando elas se referem à história e ao legado de personalidades negras brasileiras.

Além do dossiê, a presente edição também reúne uma pequena miscelânea de artigos de fluxo contínuo relacionados abaixo.

Em “A formação identitária do negro no interdiscurso: índices de preconceito”, Eduardo Alves da Silva caracteriza a imagem no negro e a pluralidade de sentidos que parece se constituir a partir de várias vozes discursivas. Doacir Gonçalves de Quadros e Pedro Felipe Silva analisam em “A campanha negativa no Facebook dos presidencialistas nas eleições de 2018” os usos que os cinco principais candidatos à Presidência do Brasil fizeram desta rede social. O artigo “A entrada da Venezuela no Mercosul desde a perspectiva da Câmara dos Deputados Uruguiaia (2000-2016)”, de Angelo Raphael Mattos, Matheus Felipe Silva e Samuel Decresci identifica a percepção e o posicionamento dos parlamentares no âmbito da Câmara dos Deputados do Uruguai a respeito da inserção e da manutenção da Venezuela no MERCOSUL. E em “Pesquisa e Extensão e Educação Básica: das forças que nos compõem”, Davina Marques e Antonio Carlos Rodrigues de Amorim discutem, teórica e experimentalmente, atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa e extensão em uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Fechando a edição, dentro da temática do dossiê, temos a resenha do livro “O sequestro da Independência” de Carlos Lima Jr., Lilia Schwarcz e Lúcia K. Stumpf.

Boa leitura!

*Luis Eduardo Tavares, Pedro Malina,*

*Mércia Alves e Fabricio Augusto Antonio Amorim*

## PROJETOS E IDENTIDADES DE BRASIL: ■ 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA E 100 ANOS DA SEMANA DE ARTE MODERNA

### Duzentos anos de dependência e autocracia: a revolução burguesa segundo Florestan Fernandes

Cláudio Novaes Pinto Coelho<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0002-4450-5612

**Resumo:** O objetivo do artigo é refletir criticamente sobre as principais características da sociedade brasileira, mediante um diálogo com a visão de Florestan Fernandes a respeito do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou seja, da revolução burguesa. A principal referência do artigo é a obra *A revolução burguesa no Brasil*, mas serão utilizados também outros textos do autor, como *Nova república?* e *Notas sobre o fascismo na América Latina*. Pretende-se argumentar favoravelmente à atualidade do pensamento de Florestan Fernandes, devido à capacidade do autor trabalhar dialeticamente a realidade brasileira e, deste modo, contribuir para a compreensão da sua especificidade dentro do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. A ressaltar o abandono pela burguesia da revolução nacional-democrática, e seu vínculo com formas autocráticas (explícitas ou dissimuladas) de exercício do poder, os textos de Florestan Fernandes são uma grande contribuição para o entendimento da nossa contemporaneidade.

7

**Palavras-chave:** capitalismo dependente. revolução burguesa. autocracia burguesa. método dialético. Florestan Fernandes.

---

<sup>1</sup> Cláudio Novaes Pinto Coelho. [claudionpcoelho@uol.com.br](mailto:claudionpcoelho@uol.com.br). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Possui Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Coordenador do Núcleo de Estudos Críticos da Contemporaneidade (NECC).



**Abstract:** The main proposal of this paper is to critically reflect on the main characteristics of Brazilian society, through a dialogue with Florestan Fernandes' vision regarding the historical process of the development of capitalism in Brazil, that is, the bourgeois revolution. The main reference of the paper is the work *A Revolução burguesa no Brasil*, but other texts by the author will also be used, such as *Nova República?* and *Notas sobre o fascismo na América Latina*. It is intended to argue in favor of the actuality of Florestan Fernandes' thinking, due to the author's ability to work dialectically with the Brazilian reality and, in this way, to contribute to the understanding of its specificity within the historical process of development of capitalism on a world scale. Emphasizing the bourgeoisie's abandonment of the national-democratic revolution, and its link with autocratic forms (explicit or disguised) of exercising power, the texts of Florestan Fernandes are a great contribution to the understanding of our contemporaneity.

8

---

**Keywords:** dependent capitalism. bourgeois revolution. bourgeois autocracy. dialectical method. Florestan Fernandes.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es reflexionar críticamente sobre las principales características de la sociedad brasileña, a través de un diálogo con la visión de Florestan Fernandes sobre el proceso histórico de desarrollo del capitalismo en Brasil, o sea, la revolución burguesa. La principal referencia del artículo es la obra *A Revolução burguesa no Brasil*, pero también se utilizarán otros textos del autor, como *Nova República?* y *Notas sobre o fascismo na América Latina*. Se pretende argumentar a favor de la actualidad del pensamiento de Florestan Fernandes, debido a la capacidad del autor de trabajar dialécticamente con la realidad brasileña y, de esa forma, contribuir a la comprensión de su especificidad dentro del proceso histórico de desarrollo del capitalismo a escala mundial. Al enfatizar el abandono de la revolución democrática nacional por parte de la burguesía y su vinculación con formas autocráticas (explícitas o disfrazadas) de ejercicio del poder, los textos de Florestan Fernandes son un gran aporte para la comprensión de nuestra contemporaneidad.

9

**Palabras clave:** capitalismo dependiente. revolución burguesa. autocracia burguesa. método dialéctico. Florestan Fernandes.

## Método Dialético e Revolução Burguesa em Florestan Fernandes

Em um momento como o atual, quando há uma retomada do questionamento de visões “eurocêntricas” sobre a realidade brasileira, é relevante chamarmos a atenção para a concepção de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa e sua capacidade de trabalhar dialeticamente as relações entre o universal, o particular e o singular. A revolução burguesa é entendida como um processo que é universal, trata-se do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, mas que só pode ser compreendido plenamente se forem levadas em consideração as suas características particulares, já que existem diferentes graus de desenvolvimento capitalista, e também os aspectos singulares, específicos a cada país.

Florestan Fernandes dá sequência à tradição marxista, presente em clássicos como Lênin e Trotsky, que entende que o modo de produção capitalista se desenvolve de maneira desigual e combinada. A efetiva compreensão do capitalismo está vinculada às investigações sobre as relações entre países capitalistas desenvolvidos (dominantes) e países subdesenvolvidos (dependentes), e como cada país vive a sua condição. A história da revolução burguesa no Brasil é, portanto, a história de como se dá aqui a condição de país capitalista dependente.

Nas palavras de Marx, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (1974, p.122). Florestan Fernandes buscou compreender concretamente como se dá o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, investigando as múltiplas determinações (universais, particulares e singulares) que caracterizam esse desenvolvimento. O livro *A revolução burguesa no Brasil* é uma obra que procura oferecer uma visão sintética desse desenvolvimento.

A “Independência”, que completa duzentos anos em 2022, é situada concretamente por Florestan Fernandes como um momento do processo histórico de transição do escravismo para o capitalismo, que se deu no século XIX. Nela se fez presente o componente estrutural da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, a combinação dialética entre arcaico e moderno. A “Independência” deu origem ao processo de construção de um Estado moderno no Brasil, sendo entendida por Florestan Fernandes como uma revolução política, com a transformação do estamento dos senhores de escravos no grupo politicamente dominante, ao mesmo tempo em que significou uma interiorização do império

colonial (processo iniciado com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808), não representando uma ruptura, mas sim uma continuidade das relações de produção escravistas e da situação, agora neocolonial, de dependência frente às potências economicamente dominantes, principalmente a Inglaterra:

Portanto, a Independência foi naturalmente solapada como um processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estatuto jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (FERNANDES, 1976, p.33).

Esteve presente, durante o século XIX no Brasil, uma outra constante da sociedade brasileira que é a tendência para o monopólio do poder estatal (autocracia) pelos grupos socialmente dominantes. A presença ideológica do liberalismo, durante o período imperial, estava vinculada ao monopólio do poder pelo estamento dominante (senhores de escravos), os únicos capazes de exercer a liberdade política. A construção do Estado nacional no Brasil foi marcada, desde o início, pela presença simultânea e contraditória do arcaico e do moderno, ou seja, pela permanência da dominação tradicional patrimonialista que acontece simultaneamente à construção de um Estado nacional legal-burocrático:

A estrutura do patrimonialismo permanecia a mesma, pois continuava a manter-se sobre a escravidão e a dominação tradicional. O aparecimento de um Estado nacional, a burocratização da dominação senhorial ao nível político e a expansão econômica subsequente à “Abertura dos Portos” colocavam em novas bases, contudo, as funções econômicas e sociais dos estamentos intermediários e superiores.[...] Como consequência natural da mudança das funções econômicas do “senhor rural”, o comércio de importação aumentava de importância, o mesmo sucedendo com os agentes humanos que detivessem o seu controle interno (FERNANDES, 1976, p.47 e p.48).

A partir do momento em que, com a ruptura do “pacto colonial”, os estamentos dominantes no Brasil assumem o controle das atividades comerciais, passa a se desenvolver uma contradição entre o patrimonialismo escravista e o desenvolvimento de uma ordem social competitiva baseada no capitalismo comercial. Se a combinação arcaico/moderno é uma constante na sociedade

brasileira, não quer dizer que ela esteja vinculada a uma sociedade estática, ela diz respeito a como se dá a historicidade específica (singular) da sociedade brasileira. O período imperial no Brasil, pensado de maneira dialética por Florestan Fernandes, é o período do desdobramento da contradição entre escravismo e capitalismo comercial, que resultou no fim da supremacia do modo de produção escravista. Neste período:

Uma parte da sociedade global destaca-se, nitidamente, das estruturas tradicionais preexistentes e passa a funcionar, também nitidamente, como o seu “setor livre”, e a única esfera na qual a “livre competição” podia alcançar alguma vigência. Assim, começa a formar-se sob condições e influxos sócio-econômicos adversos (por causa da persistência da escravidão e do patrimonialismo), uma área na qual o “sistema competitivo” pode coexistir e chocar-se com o “sistema estamental” (FERNANDES, 1976, p.48).

A substituição do escravismo pelo capitalismo comercial, no período histórico que vai, segundo Florestan Fernandes, das últimas décadas do século XIX até a primeira metade do século XX, significou uma revolução econômica, mas não uma revolução política (democrática), permaneceu o monopólio político dos grupos socialmente dominantes, assim como não ocorreu também uma revolução nacional, com a manutenção da dependência econômica diante dos países capitalistas desenvolvidos, tendo acontecido, apenas, durante o século XX, a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como a potência dominante.

Enquanto o Brasil, país subdesenvolvido e dependente, entrava no período do capitalismo comercial, os países capitalistas desenvolvidos e hegemônicos já haviam consolidado a sua revolução industrial e estavam no período do capitalismo monopolista, ou seja, na fase do imperialismo, da emergência de uma nova forma de colonialismo. De acordo com Lênin:

Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque, por um lado, o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas de industriais; e, por outro lado, porque a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potência capitalista, para a política colonial de posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente partilhado (LENINE, 1974, p.118).

A consolidação, no Brasil, do capitalismo comercial não significou uma diferenciação entre a burguesia e a aristocracia rural, com o estabelecimento de um conflito entre elas. Aqui se fez presente, mais uma vez, a articulação entre o arcaico e o moderno, já que, do ponto de vista socioeconômico, a burguesia brasileira surge como um desdobramento das atividades de exportação (baseadas no escravismo), e do acúmulo de capital gerado por ela. A República não significou uma revolução política, sendo caracterizada por Florestan Fernandes como:

[...] *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos *altos negócios*, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa.[...] Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil (FERNANDES, 1976, p.209).

No período republicano, a ação contra a ocupação de espaços políticos pelos dominados possui:

[...] larga duração, indo do mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal dos sindicatos (FERNANDES, 1976, p.208).

## **Ditadura Militar e Autocracia Burguesa**

A ação das classes dominantes brasileiras, marcada pela persistência da mentalidade oligárquica, visando impedir que as classes dominadas ocupem um espaço político próprio, se consolida plenamente no mesmo momento em que a revolução burguesa se consolida plenamente, com a ditadura militar implementada em 1964.

O vínculo entre revolução burguesa e autocracia burguesa é uma condição particular de países marcados pelo capitalismo dependente, que os diferencia dos países capitalistas desenvolvidos. No capitalismo dependente:

[...] a Revolução Burguesa combina – nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se

concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia (FERNANDES, 1976, p.292).

No contexto brasileiro, a dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia atingiu grau máximo de intensidade durante a ditadura militar, cuja existência não pode ser compreendida separadamente da presença e desenvolvimento do capitalismo monopolista no país. Foi no período da ditadura militar que o processo de industrialização, iniciado no final do século XIX, se efetivou plenamente. O início do capitalismo monopolista se deu, segundo Florestan Fernandes (1976, p.216), a partir da década de 1950. Ainda de acordo com o autor (1976, p. 215), o que caracteriza a fase monopolista do capitalismo, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos dependentes é a manifestação mais acentuada das crises inerentes ao próprio capitalismo, devido ao vínculo entre capitalismo monopolista e imperialismo, já apontado por Lênin.

Dentro do contexto das relações entre capitalismo monopolista, imperialismo e crise, evidenciado, por exemplo, pelas revoluções socialistas em diferentes regiões do mundo durante o século XX:

[...] as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. [...] ao entrar numa era de luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar e consolidar o capitalismo na periferia (FERNANDES, 1976, p. 294).

A força das burguesias nacionais dependentes, como a burguesia brasileira, é uma força política, marcada pelo controle dos Estados nacionais:

[...] a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias (FERNANDES, 1976, p.294).

Do ponto de vista econômico, a entrada do Brasil no capitalismo monopolista significou um momento de crise para a burguesia brasileira, tendo em vista a maior presença no país de corporações multinacionais, aprofundando o

caráter dependente do capitalismo brasileiro: “[...] é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo” (FERNANDES, 1976, p.219).

A luta contra a possibilidade de uma revolução socialista, evidenciada pela revolução cubana, e a crise gerada pela mudança na situação econômica produziram a necessidade de a burguesia se unificar politicamente, em escala nacional, em torno de um exercício autocrático do poder, manifestando a “[..] sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe” (FERNANDES, 1976, p.295).

A adesão à forma autocrática, ditatorial, de exercício do poder está vinculada ao fortalecimento da solidariedade burguesa em escala nacional (FERNANDES, 1976, p.304 e p.305) e ao abandono definitivo de qualquer intenção de realizar uma revolução nacional-democrática, evidenciado pela retirada do apoio de setores burgueses à política populista (iniciada por Getúlio Vargas), que concedia espaço para a organização dos trabalhadores, ainda que controlada e manipulada pelo Estado, e defendia um processo de industrialização voltado para o crescimento do mercado interno e da presença econômica de empresas brasileiras (públicas e privadas). A revolução burguesa é, desta forma, uma contrarrevolução (FERNANDES, 1976, p.295), uma ação contra a possibilidade de uma revolução nacional-democrática, dentro da ordem capitalista ou contra ela.

O caráter desigual e combinado do capitalismo, que existe em escala mundial, também se faz presente no interior dos países capitalistas dependentes, como o Brasil, cujo padrão de industrialização está baseado em um alto grau de concentração de renda, na existência de fortes desequilíbrios regionais, na drenagem externa de parcela significativa da riqueza produzida, na persistência de formas pré-capitalistas ou subcapitalistas de trabalho e na depressão do valor do trabalho assalariado (FERNANDES, 1976, p.292).

Trata-se da permanência, agora dentro do contexto do capitalismo monopolista dependente, da combinação entre o arcaico e o moderno, que permite a caracterização do capitalismo brasileiro como um capitalismo “selvagem”, mantido pelo controle repressivo do poder pela burguesia: “Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES, 1976, p.293).



No contexto brasileiro, assim como no caso da maioria dos países da América Latina, o controle do poder de forma repressiva e autocrática pela burguesia, dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista dependente, significou a concentração e a militarização do poder:

[...] o vigor adquirido pela aceleração do crescimento econômico e, em particular, pela expansão do capitalismo monopolista não se produziu, especificamente, como puro efeito do desenvolvimento capitalista espontâneo. No momento do impasse, a chave das decisões saiu da esfera do político. A reorganização do Estado, a concentração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado foram a mola mestra de todo o processo de “recuperação” e de volta à “normalidade” (FERNANDES, 1976, p. 219).

O modo como Florestan Fernandes compreende as relações entre os aspectos econômicos e os aspectos políticos, dentro do contexto do desenvolvimento no Brasil do capitalismo monopolista dependente, reconhecendo o papel decisivo desempenhado pela dimensão política, é mais um exemplo da utilização do método dialético por este autor, já que as relações entre o econômico e o político, ou entre a estrutura e a superestrutura, para usar os termos de Marx presentes no prefácio de *Para a crítica da economia política*, não são concebidas de maneira dogmática e mecanicista, como uma mera relação de subordinação do político ao econômico, que reduz a vida política a um simples reflexo da economia. De acordo com a concepção de Marx, que entende a realidade concreta como “síntese de múltiplas determinações”, Florestan Fernandes chama a atenção para o controle autocrático do poder pela burguesia como uma determinação que é fundamental para a existência do capitalismo no Brasil.

Se não há em Florestan Fernandes uma visão que reduz o político ao econômico, também não há uma autonomização do político: a militarização do Estado não significa uma separação entre a dimensão política (poder estatal) que seria monopolizada pelos militares, e a dimensão econômica e social, onde dominaria a burguesia. É necessária a compreensão de como se dão as relações entre a ocupação do Estado pelos militares e a dominação socioeconômica exercida pela burguesia. Para a efetiva compreensão do capitalismo dependente no Brasil, e da autocracia burguesa, é fundamental o entendimento do significado preciso da militarização do Estado, que se constitui como uma das suas determinações

essenciais, assim como o entendimento também do processo de tecnocratização do Estado, presente igualmente no exercício autocrático do poder pela burguesia no capitalismo monopolista dependente.

A ideia de que as decisões tomadas pelo Estado devem obedecer a critério técnicos, fora do alcance da maioria da população, é um componente essencial do exercício autocrático do poder, e da não concretização da revolução nacional-democrática, atravessando a história brasileira, desde a “Independência”:

O desenvolvimento capitalista é percebido e posto em prática, socialmente, primeiro em termos de dominação estamental, em seguida em termos de dominação de classes, como se ele fosse uma simples *técnica econômica* – e não uma política de alcance nacional, que afeta a totalidade do processo histórico (FERNANDES, 1976, p.223).

A tendência para a redução das decisões políticas a decisões técnicas se efetivou plenamente com a concretização da autocracia burguesa no período da ditadura inaugurada em 1964, quando se constituiu uma tecnocracia que, dentro do contexto da militarização do Estado, concentrou em torno de si, de maneira articulada com os interesses burgueses nacionais e internacionais, as decisões sobre o funcionamento do poder político.

Mas, a concretização plena da tendência para a autocracia burguesa, que atinge seu grau máximo de intensidade com a ditadura militar, não significa, de acordo com Florestan Fernandes (1976, p.275), que essa situação possa se eternizar. O capitalismo monopolista agrava a dependência e o subdesenvolvimento, acentuando a concentração social da riqueza, ao mesmo tempo em que desenvolve a industrialização, gerando um crescimento quantitativo da classe operária e uma ampliação da classe trabalhadora como um todo, devido ao crescimento da divisão social do trabalho. A ação estatal repressiva e a tecnocratização do Estado não são capazes de suprimir os antagonismos e contradições inerentes a uma sociedade de classes; pelo contrário, produzem o seu crescimento.

Em *A revolução burguesa no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1974, Florestan Fernandes já chamava a atenção para a tendência para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores, de modo geral e, em particular, do movimento operário; o que ficou evidenciado, posteriormente, na segunda metade da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980. Devido à industrialização:

De súbito, não é só o poder burguês que se restaura e se recompõe. Simetricamente, o *povo* muda de configuração estrutural e histórica, e o proletariado adquire um novo peso econômico, social e político

dentro da sociedade brasileira. [...] esse é um fato central, que muda, de um golpe, o panorama atual e o futuro da sociedade brasileira. Ao consolidar e ao dar novos rumos à industrialização, o novo padrão de desenvolvimento capitalista se associa, queira ou não à burguesia, à multiplicação e ao fortalecimento das condições favoráveis aos movimentos operários e à disseminação do conflito de classes segundo interesses especificamente operários (FERNANDES, 1976, p. 279).

## Classe Trabalhadora e Revolução Democrática

O fortalecimento da classe operária significou o enfraquecimento da autocracia burguesa, mas também significou a possibilidade de retomada, devido às perspectivas de avanço da revolução democrática, de práticas de manipulação e cooptação dos movimentos dos trabalhadores e das forças de oposição à autocracia.

Florestan Fernandes (1976, p.321) já vislumbrava a possibilidade de o enrijecimento político promovido pela ditadura militar ser transitório. Aconteceria uma tentativa de “institucionalização da contrarrevolução”, como a política de “distensão” indicaria. Desse modo, surge, como uma possibilidade, a existência de práticas de cooptação que ajudariam na dissimulação da autocracia burguesa e, efetivamente, na sua consolidação, com o Estado autocrático assumindo uma aparência constitucional/legal:

[...] a contra-revolução preventiva, que se dissipa ao nível histórico das formas diretas de luta de classes, reaparece de maneira concentrada e institucionalizada, como um processo social e político especializado, incorporado ao aparato estatal. É aí que cabem, segundo julgamos, os esforços de “distensão política”[...]. No conjunto, o “avanço democrático” de tais esforços de distensão política apenas repõe o problema político da hegemonia burguesa, agora em termos de um novo contexto histórico e sob a imperiosa necessidade de criar vínculos orgânicos que deverão entrelaçar os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático.

Pode-se concluir, pois, que está em curso uma dupla “abertura”. Ela não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa: 1) por pretender ampliar e consolidar a democracia de cooptação, abrindo-a “para baixo” e para a dissidência esterilizada ou esterilizável; 2) por querer definir o alcance do *poder legítimo excedente*, que deve ser conferido constitucional e legalmente ao Estado autocrático (FERNANDES, 1976, p.362 e p.363).

Em linhas gerais, a combinação de uma democracia de cooptação com a institucionalização do Estado autocrático foi o que, de fato, aconteceu com a chamada “Nova República”, cujas características principais foram analisadas por Florestan Fernandes no livro *Nova república?*, publicado em 1986.

Desde o começo do texto, ele deixa claro que a “transição democrática” não pode ser confundida com a República Democrática: [...] que está sendo construída como uma resposta dos oprimidos aos nossos problemas históricos (FERNANDES, 1986, p.7). Tendo por base o protagonismo operário, estaria se desenvolvendo o processo histórico da revolução democrática, o que impulsionou a “transição democrática”, considerada por Florestan Fernandes como uma tentativa de se estabelecer um “último e surpreendente refúgio” (1986, p.8) para a ditadura.

O projeto da burguesia e dos militares seria a manutenção do máximo de ditadura possível, sempre de acordo com o objetivo comum de bloquear a revolução nacional-democrática, ou seja, de promover a manutenção dos vínculos entre capitalismo dependente e autocracia burguesa:

A ditadura foi um meio de impedir que a revolução nacional e democrática interferisse “negativamente” (de uma *perspectiva burguesa*, ou seja, univocamente nacional e imperialista) na eclosão do capitalismo monopolista; manter o máximo de ditadura possível, quando esta poderia ser reduzida a pó de traque é, por sua vez, uma forma de “segurar” a revolução nacional e democrática montante, de garantir ritmos lentos, graduais e seguros de *transição política* (um sonho dourado dos militares no poder que os políticos garantiram à perfeição) (FERNANDES, 1986, p.10 e p. 11).

A preservação do máximo de ditadura possível significava a manutenção dos militares como “defensores da ordem”: “O braço militar se desarmaria, continuando, porém, por trás da *presidência*, como uma retaguarda pronta para o ataque se os “inimigos da ordem” chegassem a se erigir em um obstáculo efetivo” (FERNANDES, 1986, p.19).

A institucionalização do Estado autocrático, com a sua incorporação aos mecanismos legais/constitucionais, antecipada por Florestan Fernandes, concretizou-se com a Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, uma vez que:

[...] uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969. Refiro-me às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares

estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral (ZAVERRUCHA, 2010, p.45).

O que garantiu as condições políticas para a institucionalização do Estado autocrático foi a retomada da prática da conciliação, elemento essencial da democracia de cooptação. A existência da “Nova República”: “não era uma vitória da democracia, era uma nova derrota do republicanismo e um conchavo descarado [...]” (FERNANDES, 1986, p.19). Tancredo Neves, de acordo com Florestan Fernandes, teve:

A audácia de ir aos últimos extremos para conquistar o poder e a presidência, de agradar a Deus e ao Diabo, e de admitir, para isso, que a política dos fatos consumados crescesse além de todos os limites, tornando impraticável qualquer saída que ultrapassasse a continuidade da ordem existente em sua forma vigente. [...] seduzindo as massas com as palavras e as minorias privilegiadas com as ações (FERNANDES, 1986, p. 19 e p. 20).

A “Nova República” reproduz, de acordo com as características do capitalismo dependente, a tendência para a conciliação, que seria uma “entidade histórica total”:

O capitalismo difícil das nações associadas e periféricas exige soluções específicas para a sua forma peculiar de acumulação capitalista acelerada. A conciliação a partir de cima, pelo topo, ou conservadora, retrata essa situação histórica limite. [...] A conciliação não é, pois, mera contingência histórica ou simples acerto de contas de significado político. Ela é, a um tempo, uma entidade histórica total – econômica, social, cultural e política (FERNANDES, 1986, p.67 e p.68).

Mas, a presença da conciliação na “Nova República” não seria capaz efetivamente de deter o desenvolvimento da revolução democrática, tendo em vista a ampliação da inquietação social. Por outro lado, há o reconhecimento dos limites internos desse desenvolvimento, devido à ausência de uma organização política eficiente:

[...] apesar da miséria, da inquietação social e do desemprego, as massas populares ainda não encontraram os meios de luta política organizada mais eficientes para os seus propósitos: ficam à mercê de envolvimento que fortalecem os seus adversários e mantêm o *status quo ante* com pequenas modificações (FERNANDES, 1986, p. 23).

A possibilidade de concretização da revolução democrática, que é algo que só a classe trabalhadora pode realizar, depende da articulação entre luta

política e luta ideológica (FERNANDES, 1986, p.89) e da construção de partidos revolucionários:

A experiência nos ensina, hoje, que sem partidos revolucionários não existe revolução. Mesmo as transformações mais ou menos confinadas da revolução dentro da ordem (portanto da reforma capitalista do capitalismo) requerem a presença e a ação organizada de partidos revolucionários dos oprimidos e trabalhadores (FERNANDES, 1986, p.93).

O quanto Florestan Fernandes reconhecia e valorizava a necessidade de uma organização política própria dos trabalhadores fica evidenciado pela sua militância no Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, em seu texto de 1986, ele também reconhecia os riscos de a esquerda sucumbir à democracia de cooptação, passando a identificar a “transição democrática”, promovida pelos militares e pela burguesia, com a revolução democrática:

[...] uma “transição democrática” pura e simples não constitui um novo ponto de partida. Ela mantém a democracia de fachada presa a sete chaves nas mãos do arbítrio, escudado e legitimado pelo “constitucionalismo”, pelo “eleitoralismo” e pelo “parlamentarismo”. [...] Em um momento de ruptura histórica, a *esquerda* precisa definir-se sem ambiguidades. Com quem ela está? A quem pretende servir? É possível (e necessário) lutar contra o imperialismo sem lutar contra a sufocação da revolução nacional e democrática?

O “entrismo” e a cooptação dissimulada sob o véu do democratismo constituem formas reais de corrupção política (FERNANDES, 1986, p.89).

Em um texto de 1991 sobre o PT, Florestan Fernandes chama a atenção para a incapacidade de o partido aproveitar as potencialidades de ações coletivas contra a ordem e a sua subordinação imediatista às “eleições ritualizadas”:

O partido não tenta aproveitar politicamente as potencialidades do comportamento coletivo e permite que ele se dissipe nos fins institucionalizados e regulados pela ordem, no plano da representação e das eleições ritualizadas. Tampouco lhe infunde uma duração permanente e conteúdos ideológicos contra a ordem, restringindo-se a colher os frutos das mobilizações mais imediatistas. Atitudes e comportamentos coletivos, que convergem para a negação da ordem, acabam escapando entre os dedos dos dirigentes, como se eles temessem “perder o controle das massas” (por estarem conscientes das limitações organizativas do partido) e as irrupções virulentamente defensivas dos de cima, cujo ódio se abateria destrutivamente sobre o PT (FERNANDES, 1991, p. 76 e p. 77).

## Capitalismo Dependente e Fascismo

Infelizmente Florestan Fernandes não viveu o suficiente para ver o PT ocupando a presidência da República, com os governos de Lula e Dilma Rousseff, para poder avaliar se a incapacidade de lutar contra a “sufocação da revolução nacional e democrática” teria se transformado em ações de sufocação dessa revolução, com a adesão à democracia de cooptação e suas práticas de conciliação. No entanto, esta é a interpretação sobre o PT no poder, de pesquisadores que dialogam com a visão de Florestan sobre a autocracia burguesa no Brasil, como Anderson Deo:

Incapaz de reproduzir de forma direta a sua dominação, a burguesia recorre a um ex-operário para exercer o papel de líder, que foi o responsável pela manipulação das classes subalternas, ao mesmo tempo em que realiza um governo de acordo com os interesses do capital. Eis a fórmula pela qual a autocracia burguesa se reproduz no Brasil em períodos de legalidade [...] (DEO, 2014, p.330).

Mesmo um pesquisador como André Singer, que não se identifica com o paradigma teórico da sociologia crítica de Florestan Fernandes, e não compartilha da vinculação entre os governos do PT e a adesão ao neoliberalismo, argumenta que os governos petistas praticaram um “reformismo fraco”, voltado para o crescimento do mercado interno mediante políticas de redistribuição de renda, dialogando com a mentalidade conservadora do “subproletariado”, não representando, portanto, nenhuma ameaça à ordem (SINGER, 2012).

Mas, se os governos petistas no máximo praticaram um “reformismo fraco”, como explicar que, mesmo assim, foram alvo do “ódio destrutivo dos de cima” e de um golpe de Estado que os expulsou do poder e abriu caminho para um governo com inclinações fascistas? Para responder esta questão, é fundamental recorrermos ao argumento de Florestan Fernandes presente, por exemplo, no livro *Nova república?* a respeito da identificação pelas classes dominantes brasileiras de reforma com revolução:

[...] percebem a reforma como a ponta visível da revolução, como se o todo fosse um *iceberg* muito perigoso. A filosofia consiste em não conceder nada de essencial, pois “quem cede em um ponto cede em todos”. O liame entre reforma e revolução fica feito, portanto, pelos de cima (FERNANDES, 1986, p.61).

A identificação burguesa da reforma com a revolução está vinculada ao medo das classes trabalhadoras vistas como “um terrível barril de pólvora” (FERNANDES, 1986, p.60) já que estão submetidas, dentro do contexto do

capitalismo dependente, a um alto grau de exploração, devendo produzir um excedente econômico a ser apropriado simultaneamente pela burguesia nacional e pela burguesia internacional (FERNANDES, 1986, p.60).

A atual crise do capitalismo, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, aumentou o temor burguês da explosão do “barril de pólvora” e a identificação entre reforma e revolução, tendo em vista a necessidade de manutenção das altas taxas de exploração econômica, como se percebe pelo avanço na desregulamentação trabalhista, com a retirada de direitos dos trabalhadores, promovida após o golpe de 2016. Dentro desse contexto, a burguesia optou por aumentar a presença de formas mais explícitas da sua ditadura de classe, mas ainda não aconteceu um abandono total da dissimulação da autocracia: o golpe de 2016 assumiu a aparência de um afastamento legal de Dilma Rousseff do poder, mediante um processo de Impeachment, e o atual presidente da República (um representante da extrema-direita militar) foi eleito.

A presença, no atual governo, do militarismo e da tecnocracia (cujo representante mais evidente é o ministro Paulo Guedes) faz com que seja indispensável um diálogo com a visão de Florestan Fernandes (1981) acerca das relações entre capitalismo dependente e fascismo. Para ele (1981, p. 15), a militarização e a tecnocratização do Estado capitalista seriam manifestações contemporâneas (trata-se de um texto escrito em 1971) do fascismo. A dialética entre o universal, o particular e o singular está presente na maneira como ele compreende o fascismo dependente na América Latina: um caso particular de fascismo, composto por diferentes manifestações singulares, de acordo com o grau de desenvolvimento capitalista dos vários países.

Na América Latina, o fascismo “[...] pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa” (FERNANDES, 1981, p.17). No contexto brasileiro, que possuiria pontos em comum com a Argentina, o fascismo dependente estaria vinculado ao processo de desenvolvimento da industrialização (FERNANDES, 1981, p.19).

O fascismo dependente é um elemento essencial da autocracia burguesa, sua presença é mais explícita ou mais dissimulada, de acordo com as formas de manifestação do poder burguês:



Portanto, um totalitarismo de classe produz seu próprio tipo de fascismo, que é difuso (e não sistemático), que é fluido (e não concentrado), em suma que tem seu nexos especificamente político *dentro do Estado e do Governo*, mas que impregna socialmente todas as estruturas de poder *no seio da sociedade* (FERNANDES, 1981, p.21).

Tomando por base os argumentos de Florestan Fernandes sobre o fascismo dependente, podemos interpretar o atual governo brasileiro como um governo que procura aumentar a presença dos aspectos fascistas, preservados pela “Nova República”, no exercício do poder no Estado, mas também na sociedade, promovendo assim um encaminhamento para formas cada vez mais explícitas da autocracia burguesa. Trata-se da retomada do projeto de poder da extrema-direita militar, que se opôs à “transição democrática”.

Na década de 1980, como analisou Florestan Fernandes (1986, p.55 e p. 56), setores majoritários da classe dominante brasileira apoiaram o retorno à forma dissimulada da autocracia burguesa, ao invés do seu aprofundamento, que resultaria na maior presença do fascismo. Em 2016, a classe dominante se unificou, assim como em 1964, em torno do golpe e posteriormente da ascensão do atual presidente ao poder. Em 2022, tudo indica que está acontecendo, novamente, uma divisão da classe dominante, mas os seus setores mais importantes parecem estar de acordo com o não aprofundamento do fascismo.

Infelizmente, como a conjuntura de 2022 indica, parece que a sociedade brasileira não consegue romper o círculo vicioso que, dentro do contexto do capitalismo monopolista dependente, reduz a luta política à opção por formas mais ou menos dissimuladas de autocracia burguesa e de fascismo. Evidentemente, do ponto de vista da possibilidade de uma retomada do desenvolvimento da revolução democrática e da revolução nacional, ou seja, da perspectiva da luta dos trabalhadores, é preferível a existência de graus menores de autocracia e fascismo.

As correntes majoritárias da esquerda brasileira estão comprometidas com a democracia de cooptação e com as práticas de conciliação, como fica evidenciado pela composição da chapa que parece reunir as melhores condições para derrotar nas urnas o atual presidente. A possibilidade de retomada do processo de desenvolvimento da revolução nacional-democrática, que depende do avanço da organização política e ideológica dos trabalhadores, parece ser algo que não está no horizonte. Até quando?

## Referências

DEO, Anderson. Uma transição *à long terme*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p.303-330.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Segunda Edição, 1976.

FERNANDES, Florestan. Notas sobre o fascismo na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.13-37.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Segunda Edição, 1986.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**: contribuição ao I Congresso. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

LENINE, Vladimir I. **Imperialismo, estágio supremo do capitalismo**. Coimbra: Centelha, 1974.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.107-263.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.41-76.

## O bicentenário (da)nação: as contradições de um país pronto, mas que não se fez

Paulo Silvino Ribeiro<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0002-6359-0744

**Resumo:** A partir de uma análise sociológica do processo de formação do Estado brasileiro como independente, o presente artigo busca apresentar as contradições que forjaram os caminhos e descaminhos do país em sua constituição política, econômica e social. Da leitura de fatos e processos históricos relevantes da constituição nacional, busca-se provocar uma reflexão sobre a natureza da independência nacional, bem como acerca dos resultados mais diretos à vida da sociedade brasileira, marcados por incongruências profundas.

26

**Palavras-chave:** Estado brasileiro. independência do Brasil. economia brasileira. nacionalismo.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Sociologia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2010) e bacharel em Ciências Sociais-Geral pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2006). É professor de Sociologia e Políticas Públicas em Curso de Graduação e Pós-Graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, integrante do NDE (Núcleo Docente Estruturante) do Curso de Graduação de Sociologia e Política, ex-coordenador da CPA - Comissão Própria de Avaliação e ex-coordenador do Núcleo de Pesquisa nesta mesma instituição. Exerce atividade de pesquisa com temática pertinente ao Pensamento Social Brasileiro, à Formação da Sociedade Brasileira e à Políticas Públicas. Atua como gerente de projetos e consultor nas iniciativas pública e privada, com experiência em avaliação de programas, políticas públicas e criação de indicadores.

**Abstract:** From a sociological analysis of the process of formation of the Brazilian State as independent, this article seeks to present the contradictions that forged the paths and misdirections of the country in its political, economic and social constitution. From the reading of relevant historical facts and processes of the national constitution, we seek to provoke a reflection on the nature of national independence, as well as on the most direct results for the life of Brazilian society, marked by profound inconsistencies.

27

---

**Keywords:** Brazilian State. independence of Brazil. Brazilian economy. nationalism.

**Resumen:** A partir de un análisis sociológico del proceso de formación del Estado brasileño como independiente, este artículo busca presentar las contradicciones que forjaron los caminos y desvíos del país en su constitución política, económica y social. A partir de la lectura de hechos y procesos históricos relevantes de la constitución nacional, buscamos provocar una reflexión sobre la naturaleza de la independencia nacional, así como sobre los resultados más directos para la vida de la sociedad brasileña, marcada por profundas inconsistencias.

28

---

**Palabras Clave:** Estado brasileño. independencia de Brasil. economía brasileña. nacionalismo.

Por ocasião da comemoração do bicentenário da Independência do Brasil em 2022, tem-se uma importante oportunidade para reflexão não apenas sobre o passado nacional, mas sobretudo acerca das permanentes contradições brasileiras nos últimos dois séculos, em especial, nestes últimos cem anos em que o capitalismo industrial se instaurou, bem como sobre realidade presente e os desafios futuros. Quando Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905) almejava em fins do século XIX, inspirado por estéticas estrangeiras, retratar a grandeza e altivez de um país que nascia em seu famoso quadro *Independência ou Morte*<sup>2</sup>, assim o fazia em um contexto no qual a classe política e intelectual desejava construir a identidade de um Estado que ainda não teria se concretizado. O ideal de um Brasil republicano, que desejava se fazer sob o discurso das grandezas nacionais, colocava-se como o capítulo subsequente do grandioso (pelo menos assim imaginado) 7 de setembro de 1822, exatos 67 anos antes, perfazendo-se, porém, sob a égide de uma estrutura em nada republicana. Afinal, em fins do século XIX a política nacional ainda era aristocrática, a estrutura produtiva permanecia agrária e amplamente dependente do mercado externo, a ordem livre convivia com os resquícios daquela escravocrata, racista e a retórica do sufrágio universal tinha por base o voto de cabresto, *modus operandi* do coronelismo, como bem retratou Victor Nunes Leal (1975). Eis alguns dos aspectos da realidade que marcavam a contradição com o espírito nacional que teria inspirado o pintor da mais famosa obra sobre a história brasileira em 1888, um ano antes da Proclamação da República.

No plano intelectual, as primeiras leituras sobre o país, datadas da segunda metade do século XIX, também foram marcadas pelo peso da visão conservadora, a exemplo das obras orientadas pelo racismo biológico como explicação científica para o chamado atraso nacional, tendo por centralidade o problema da miscigenação racial como obstáculo a ser superado, caso o país realmente almejasse sair da barbárie rumo à condição de povo civilizado. Inspirados por princípios positivistas e liberais importados da Europa como referências políticas, científicas e morais, não faltaram figuras na elite intelectual que assim pontuassem seus textos a partir de teses orientadas por uma lógica que, curiosamente, discorriam sobre o povo nativo vilipendiando-o. Silvio Romero e Nina Rodrigues foram bons exemplos neste sentido<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> BARCISNSKI, Fabiana W. (org.). *Sobre a arte brasileira: da Pré-história aos anos 1960*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes: Edições SESC São Paulo, 2014.

<sup>3</sup> Ver mais em: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo, Ática, 1978.

Mas as contradições entre o imaginário da Independência, do projeto de país pelas elites, e a realidade do Brasil como Estado-nação não se limitaram ao final do século XIX. Adentraram e assim permaneceram ao longo de todo o século XX, novamente se fazendo presentes nos mais diversos âmbitos da discussão acerca da construção nacional, perpassando a política e seu arranjo, os projetos econômicos para o país, a produção intelectual, acadêmica e artística.

No plano político, a Primeira República (1889-1930) é marcada por uma forma de governar que prescindiria do povo, uma vez que a valorização da *res pública* com o advento do voto não ampliou efetivamente a participação e a representatividade política dos mais pobres, em especial da população negra, não garantindo a consolidação da democracia como se pressupõe em uma democracia. O projeto republicano, a despeito de sua ilustração liberal, mais se caracterizou por um projeto político dos donos do poder<sup>4</sup> que almejavam maior autonomia em seus negócios e mais poder político nas decisões, travestindo de interesse nacional o que na verdade eram seus interesses enquanto classe. Em nome do regionalismo, contraditoriamente se defendeu, sobretudo, o federalismo como uma retórica integradora do país.

Em termos econômicos, as condições nacionais e internacionais seriam propícias à exploração do café desde os últimos dois decênios do século XIX, o que explicaria o surto cafeeiro e, portanto, a principal atividade e matriz econômica. Segundo Edgard Carone (1970), dentre as causas deste fenômeno estariam questões importantes como o fato de que a “baixa cambial resulta em emissões contínuas, o que significa abundância de capitais e necessidade de rápida aplicação para renda; assim, multiplicam-se empresas comerciais, industriais e rurais, principalmente as fazendas de café, que exigem grandes capitais” (CARONE, 1972, p. 29). Deste modo, a base agrário-exportadora seria mantida como vocação nacional ao longo da Primeira República, em que pesem momentos de crise e da necessidade de ações do governo para recuperação do setor, intercalados a momentos de alta produção e níveis de exportação. Como resultado direto, continuaria o país, agora como Estados Unidos do Brasil<sup>5</sup>, profundamente dependente do capital externo, relativizando sua autonomia econômica e independência política.

---

<sup>4</sup> Ver mais em: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 2007.

<sup>5</sup> Nome que o país recebeu de 1889 até 1968, quando a partir da Lei 5.443, em pleno regime militar, passou a se chamar República Federativa do Brasil.

No início do século passado a industrialização continuava incipiente (embora numa crescente) pelo menos até os anos 1930, sem integrar a maioria da população negra na agora constituída sociedade de classes (a despeito dos ares escravocratas permanentes, com pouca ou nenhuma mobilidade social), como bem explicam Florestan Fernandes e Roger Bastide (2008) ao analisarem a questão racial e o advento do capitalismo industrial no Brasil. Segundo os autores, “as oportunidades criadas pelas tendências de desenvolvimento urbano da economia paulista vão beneficiar os imigrantes europeus e muito pouco os mulatos ou negros libertos” (FERNANDES e BASTIDE, 2008, p. 59).

Esse modelo econômico assentado na produção agrícola deixaria suas marcas na consolidação do capitalismo brasileiro que, de modo tardio, conheceria a industrialização pesada somente a partir da Era Vargas. Menos que por um projeto nacional aventado na Primeira República, e mais pelas consequências da crise de 1929 que desestabilizaram a economia nacional, fortuitamente o país se via diante da necessidade de reconsiderar as bases de sua relação com mercado internacional, em busca de menor dependência. Neste contexto, a bandeira da independência e dos interesses nacionais seria um dos pilares da Revolução de 1930, a qual conduziria Getúlio Vargas ao poder para os próximos 15 anos, até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o protecionismo e o nacionalismo exacerbado não mais fariam sentido na agenda internacional.

Também na cena cultural, assim como no conjunto das primeiras interpretações com ares sociológicos acerca da realidade brasileira entre a Primeira e a Segunda Repúblicas, as contradições se fizeram presentes. No centenário da Independência em 1922, os modernistas projetavam-se como vanguardistas de uma nova forma de pensar e produzir sobre a cultura nacional. Porém, tratou-se de um movimento de cunho elitista, promovido por uma geração descendente da mesma elite latifundiária e conservadora. A despeito da sensibilidade daqueles artistas e escritores em buscar a especificidade da cultura brasileira, partiu-se de um sentido estético ancorado nas escolas europeias, defendendo o imbricamento do estrangeiro ao nacional, extraindo do primeiro o que fosse de interesse do segundo, conforme atestam as linhas gerais contidas nos textos *Escolas & Ideias* (de 1922), *Manifesto da Poesia Pau Brasil* (de 1924) e no *Manifesto Antropófago* (de 1928), todos de Oswald de Andrade (2017). Ainda hoje, não são poucas as críticas e polêmicas tanto em torno do que teria sido a Semana de Arte Moderna



de 1922 enquanto movimento excludente da cultura popular, assim como com relação ao modernismo enquanto movimento literário, artístico e mesmo político, a despeito de sua inquestionável crítica aos padrões mais arcaicos da cultura da brasileira, considerada como conservadora e romântica pelo movimento.

Também imbuídas de contradições, na medida em que tropeçavam no conservadorismo ao buscarem uma leitura mais autêntica e sofisticada sobre a realidade brasileira, estavam obras de autores como Oliveira Vianna (1987) e Gilberto Freyre (1998), ambas desejosas em sistematizar uma explicação acerca do caráter nacional e das especificidades da sociedade brasileira. A obra de Freyre, *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1933, está entre as obras mais icônicas acerca do pensamento de uma época. A partir de uma perspectiva que ressignificava a visão pessimista vigente até então sobre a miscigenação racial, acabaria por produzir a matéria-prima e o verniz acadêmico necessários para a ideologia do mito da fundação nacional, a qual estaria assentada na lógica da formação do país a partir do amálgama das raças em um grande cadinho<sup>6</sup> étnico. A partir desta leitura positiva da miscigenação no país, bem como de uma análise que cristalizava a naturalização da violência das relações raciais e sociais dentre aqueles que transitavam entre a casa-grande e a senzala, Gilberto Freyre encorajou o discurso da democracia racial (embora ele mesmo não tenha utilizado do termo) como mote para a explicação da organização social brasileira, fortalecendo os fundamentos para o nacionalismo como ideologia basilar para a construção do país. Nada mais contraditório à realidade nacional (não apenas para o Brasil de 90 anos atrás, como para hoje) que uma tese que tem por conclusão uma visão de natureza romântica acerca das relações entre brancos e negros, apagando ou diluindo os conflitos interétnicos. Se é verdade que não teria sido, necessariamente, o livro de Freyre o criador do mito da democracia racial, em muito contribuiu ao imaginário social (não apenas das elites) para tal percepção, o qual por tantas outras contradições estruturais da sociedade brasileira tem dificuldade (ou assim não deseja) em perceber a latente questão racial de um país de passado escravocrata. Não à toa, décadas depois da publicação desta obra, ainda permanece a falsa percepção de que no Brasil não haveria racismo, premissa equivocada que contribui negativamente ao enfrentamento do racismo de cunho estrutural.

---

<sup>6</sup> Ver mais em: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Mas a despeito da contradição entre a tese e a realidade que salta aos olhos, o desdobramento político e cultural que terá esta obra no momento de sua publicação acaba por fazer sentido, afinal, nada mais oportuno que uma interpretação que corroborasse o ufanismo tão necessário ao projeto nacional das elites dirigentes e aos formadores de opinião nos idos dos anos 1930 e 1940. Aliás, é preciso lembrar que, como projeto de poder e de nação, o nacional-desenvolvimentismo varguista tinha por necessidade o nacionalismo como lastro político. Não por outro motivo, em seu governo foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP para divulgar a mensagem e a ideologia oficiais, reforçando o sentimento nacional entre a opinião pública, enaltecendo a figura do presidente como o grande líder nacional. Mas como governante, embora Getúlio Vargas tenha assegurado direitos trabalhistas e sociais à classe urbana trabalhadora, o preço do nacional desenvolvimentismo teria sido a própria democracia, suspensa em 1937 a partir do Estado Novo, bem como o alinhamento ao projeto hegemônico estadunidense um pouco mais tarde, ao longo da Segunda Guerra.

Do mesmo modo como a busca da autonomia nacional por meio do alinhamento ideológico e do recebimento de capital dos Estados Unidos da América para infraestrutura<sup>7</sup> tem sua natureza contraditória, assim também o foi a condição do cidadão como ator político no seio de um governo populista de Vargas. Conforme aponta Francisco Weffort (1977), o populismo foi ao mesmo tempo um modo de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular. A Elite exercia domínio, mas este domínio estava ameaçado. A pressão popular ao longo do tempo aumentaria e, por conta disso, tornara-se um dos elementos centrais do processo político. As formas de aquisição ou de preservação do poder estariam cada vez mais impregnadas da presença popular. Getúlio Vargas estava convencido quanto a necessidade de sustentar alguns aspectos fundamentais no populismo: a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade de estimular a participação das massas populares urbanas. Contudo, é no modelo ou no nível de participação popular que estaria a contradição entre a narrativa populista e seus resultados mais práticos. As relações

---

<sup>7</sup> Foi com recursos estadunidenses que na década de 1940 foi construída a Companhia Siderúrgica Nacional, fundamental indústria de base que mais tarde contribuiria para alavancar a indústria nacional de acordo com um projeto econômico de substituição de importações.

políticas que as classes populares urbanas mantiveram com o Estado e com as demais classes foram predominantemente individuais, esvaziando o sentido coletivo mais geral. “É, portanto, a esse nível de relações individuais que convém estudar o populismo se se quer entender sua significação como manipulação e como política de classe” (WEFFORT, p. 66, 1977). A partir desta perspectiva é que convém discutir o problema de se saber até que ponto os interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes e até que ponto elas serviam passivamente de “massa de manobra” para os grupos dominantes. Desse modo, Weffort (1977) aponta que “a manipulação populista é uma relação ambígua, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político.” Não se tem relações entre classes, mas entre indivíduos (WEFFORT, 1977, p. 67). Neste sentido, como uma das contradições que marcam a história nacional, o populismo é produto das transformações da década de 30 do século passado no Brasil e, enquanto fenômeno político, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política, desenvolvimento econômico e transformações sociais que se abre naquele momento.

As transformações sociais da primeira metade do século XX no Brasil, assim como a presença do chamado efeito de demonstração - conceito que sugere a presença de aspectos econômicos, pelos hábitos de consumo, que emulam a presença da modernidade e do progresso capitalista dos países mais ricos, seriam apenas fatos sociais que simbolizariam (embora com alguma materialidade) mais uma etapa da modernização conservadora instaurada no país desde o século XIX. Modernizar e conservar são ideias antagônicas por princípio, mas no processo de formação do Estado brasileiro parecem ter alcançado uma condição *sine qua non* de conciliação (ou equivalência), dando vazão a um processo que alude ao que Gramsci (2002) cunhou de revolução passiva, e que assim se constitui como chave interpretativa para compreender o Brasil, como bem sugere Luiz Werneck Vianna (1997).

Neste sentido, é possível dizer que no despontar de um Brasil moderno, cada vez mais industrial e urbano, ao final do segundo quartil do século XX, ainda não havia maior distribuição de riqueza, uma democracia fortalecida, e tampouco uma consolidada autonomia nacional diante o capital estrangeiro. Portanto, os avanços alcançados no desenvolvimento da indústria, dos centros urbanos, da tecnologia, na institucionalização da universidade, entre outros aspectos, não foram suficientes para superar a condição de uma economia de subdesenvolvimento que

gerou concentração de renda e distribuição de pobreza e vulnerabilidade social. Foram, aliás, as fragilidades sociais, econômicas e políticas – principalmente com o fim do populismo como instrumento de equilíbrio de forças dos setores da sociedade no adiantar da década de 1960 – que deram as condições necessárias para que em 1964 se instaurasse a ditadura militar, permitindo que o discurso autoritário se tornasse um fantasma que assombraria as instituições democráticas até hoje.

Mas as contradições nacionais não foram apenas resultado direto da produção e permanência de problemas internos ao país, fossem eles estruturais, econômicos, políticos ou, de modo geral, resultantes da dificuldade da burguesia nacional em ampliar seu horizonte cultural, como bem aponta Florestan Fernandes (2008) ao tratar sobre os desafios nacionais na segunda metade do século XX, diante das mudanças sociais no Brasil. As contradições que se verificam na história nacional também se explicariam pelos intentos internacionais do capitalismo aqui instaurado. Segundo Caio Prado Jr. (2011), as questões e desafios que se avolumavam no país tinham relação direta com o processo de formação econômica do Brasil no decorrer de séculos, processo este comprometido a partir da colonização do país, em especial, com seu sentido mais geral e imediato: o de atender aos interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais. Para o autor, é “com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras [...] Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira [1942], se agravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país” (PRADO JR, 2011, p. 29). Dito de outro modo, o sentido da colonização do território nacional, contraditoriamente, não olhava para dentro, mas na direção da metrópole.

Portanto, na análise mais geral sobre a efetiva independência brasileira seria preciso considerar em que medida as incongruências nacionais se imiscuíram (ou foram, em boa parte, também resultado) em um processo mais amplo, do qual o Brasil faz parte como país latino-americano e, assim, enquanto economia dependente. Isso significa reconhecer os limites impostos ao Brasil e a seu desenvolvimento, limitação que se explica muito menos como etapa evolutiva do capital, do que como condição à qual a economia nacional é relegada na geopolítica internacional, da

colonização no século XVI até hoje. Ruy Mauro Marini (1973), ao discorrer sobre sua perspectiva acerca da Teoria da Dependência, chama atenção para o processo da superexploração do trabalhador como forma de compensar a estrutura, obsoleta e tardia diante do mundo, montada no país. Segundo Marini (1973):

[...] o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva (MARINI, 1973, p.11).

Portanto, eis mais uma contradição brasileira: gerou-se um modelo de desenvolvimento nacional que tinha por base a manutenção do subdesenvolvimento. Neste sentido é que Lúcio Kowarick (1975) vai apontar para a questão da marginalidade como pedra de toque que explicaria a condição dependente do Brasil e da América Latina como um todo, mais especificamente no que tange à manutenção e conciliação de formas tradicionais com outras modernas de produção. Para ele, no caso brasileiro,

[...] não se trata de duas estruturas, uma 'moderna' e outra 'tradicional', 'arcaica' ou 'marginal'. Trata-se de uma lógica estrutural, de tipo capitalista, a qual ao mesmo tempo gera e também mantém formas de inserção na divisão social do trabalho não tipicamente capitalistas que longe de serem um peso morto constituem partes integrantes do processo de acumulação (KOWARICK, 1975, p.61).

Será este modelo que orientará a natureza contraditória da formação econômica nacional, desembocando na generalização do subdesenvolvimento como a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre*" (OLIVEIRA, 2003, p. 131).

Neste sentido é que a sociedade brasileira se assemelharia, na metáfora de Francisco de Oliveira (2003), a um ornitorrinco, animal a meio caminho do processo evolutivo, com características muito peculiares e exóticas. Em linhas gerais:

O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias – mais até que as economias mais pobres da África que, a rigor, não podem ser tomadas como economias capitalistas –, apesar de terem experimentado as taxas de crescimento mais expressivas ao longo do período [...]. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, [...], mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa (OLIVEIRA, 2003, p.143).

O nascimento desta sociedade que carrega a contradição econômica como adjetivo maior é consequência da trajetória da história do capitalismo no país, a qual oscilaria entre duas tendências, a saber: o capitalismo nacional e o capitalismo associado, tendo este último saído vitorioso. A formação capitalista teria se constituído a partir de uma espécie de tripé formado pelo capital privado nacional, o Estado e o capital estrangeiro, tendo este último, nas palavras de Octavio Ianni (1989), engolido os dois primeiros. Aliás, ao longo do processo de formação do país, em virtude principalmente do apequenamento da burguesia nacional diante os interesses estrangeiros, o Estado brasileiro teria atuado como um lugar privilegiado do capital, assumindo funções e encabeçando o planejamento, como assim se viu ao longo do século XX e da história recente. Como aponta Octávio Ianni (1989), em “[...] diversas conjunturas, ao acaso dos acontecimentos, o Estado tem sido levado a intensificar e generalizar a sua presença na atuação das forças produtivas e no desenvolvimento das relações de produção” (IANNI, 1989, p.250). Da Era Vargas aos anos de governo do Partido dos Trabalhadores – PT, décadas depois, essa máxima prevaleceu.

Ainda segundo Ianni (1989), do ponto de vista social, a dinâmica do tripé, comandada pelo capital internacional, levaria à dissociação entre Estado e sociedade civil. Na medida em que a primazia do Estado são os interesses do capital, o Estado nacional perde sua soberania, e a sociedade não se vê mais representada no Estado, uma vez que suas demandas, principalmente as sociais, não são atendidas. Dentro desta lógica, nada mais evidente que a relativização da independência nacional pela perda de autonomia decisória do Estado e a consequente fragilização da soberania do povo como fundamento primordial na orientação das ações dos governos.

Mas, a despeito da evidente cooptação do Estado pelo capitalismo, outra contradição da história brasileira decorrente deste fato pode ser apontada no âmbito da cultura política. Trata-se da unificação dos mais diversos grupos e vertentes sociais em torno de campanhas e discursos eleitorais que defenderam (ou ainda defendem) uma narrativa de desenvolvimento econômico e social com pautas que constituiriam uma agenda política muito alargada, que numa leitura mais detida revelam incompatibilidades profundas. Dito de outro modo, em que pese a constituição de um Estado nacional, como bem aponta Ianni (1989), amplamente comprometido com os interesses do capital, em especial do neoliberalismo, criou-se uma outra proposta de modelo: o neodesenvolvimentismo. Este, por sua vez, teria por pretensão uma agenda ampla de desenvolvimento, assentado em uma proposta de acumulação capitalista viabilizada também por um Estado empreendedor e criador das condições macroeconômicas para o crescimento, *pari passu* com a promoção de políticas públicas para redução das desigualdades sociais. As contradições, ao que parecem evidentes, ficariam sufocadas em nome de um abstrato interesse nacional, o qual tem figurado nas retóricas políticas das eleições brasileiras (ou na manutenção de governos) nas últimas décadas na busca pela composição de uma frente ampla para apoio e pelo voto. Como aponta Armando Boito (2018):

Embora ampla e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. As formas que a integram, embora entrem em conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e outras, em momentos críticos do processo político nacional, essas forças têm agido conjuntamente. [...] Em todos os momentos críticos citados {fazendo menção à episódios dos governos federais petistas}, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentista esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia, bem como o eleitorado pobre e desorganizado, apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto [...] (BOITO, 2018, p. 113).

Aliás, tais constatações apontadas por Boito (2018) explicam em muito a composição das chapas, candidaturas e programas de governo que se apresentam na disputa eleitoral de 2022, assim como provocam a reflexão sobre grandes alianças a exemplo da que se formou em torno de Vargas e seu projeto de país há mais de

90 anos. Mas ao que parece, o discurso neodesenvolvimentista da história recente não consegue superar sua contradição de origem, isto é, a relativização ou diluição de agendas antagônicas ou incongruentes, a não ser para justificar o discurso político de determinados projetos de poder. Além disso, ainda que com relativo sucesso no passado recente, não resolveu, pelo menos até o presente momento, a percepção de boa parte da sociedade que não se vê refletida ou representada pelo Estado nacional. Afinal, ainda que com boa dose de retórica, o discurso do Estado, sendo ele o lugar privilegiado do capital, é o “discurso da economia, das razões do capital; e não da política, no sentido da diligência, hegemonia” (IANNI, 1989, p. 263). Neste sentido, o discurso de desinteresse na política nacional presente no senso comum encontra nesta constatação parte importante de sua explicação.

Soma-se a isso o fato de que, mesmo com o processo de redemocratização do país na década de 1980 e com a formação de uma nova Constituição Nacional, os desafios para se alcançar um Estado menos contraditório na defesa dos interesses nacionais permanecem. Basta considerar-se que a cidadania, ancorada em direitos básicos, ainda não se concretizou<sup>8</sup> dois séculos após a independência nacional, mas permanece como algo no horizonte e, a despeito das transformações urbanas e econômicas pelas quais o país passou, as grandes cidades brasileiras são o palco de um processo de urbanização excludente, da precarização do trabalho e do aumento da violência, a despeito dos níveis de riqueza que o país produz. Se a cidadania não se concretiza, com ela também se inviabiliza a consolidação da principal instituição que pode de fato assegurar a independência de um povo: a democracia. Afinal, garantir direitos a todas e a todos é buscar um “princípio efetivo de igualdade”, como aponta Thomas Marshall (1967), e a igualdade é um princípio fundamental à mais ligeira noção de democracia. De todo modo, não se trata de questionar a existência, pelo menos no que tange à natureza formal e institucional, da democracia no Brasil, mas de se refletir sobre sua efetividade em um contexto social marcado por mazelas sociais profundas, as quais evidenciam a desigualdade histórica e estrutural.

Neste sentido, na medida em que se compreende as contradições que forjaram a construção do Brasil como país e seu intento por independência, desvela-se a danação dos projetos nacionais nos últimos duzentos anos de história. Formalmente o país está pronto, mas nunca se fez.

---

<sup>8</sup> Ver mais em: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.



## Referências

ANDRADE, Oswald. **Manifesto Antropófago e outros textos**; organização e coordenação editorial Jorge Schwartz e Gênese Andrade. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp/ São Paulo, Editora Unesp, 2018.

CARONE, Edgar. **A República Velha – Instituições e Classes Sociais**. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1972, 2ªed.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Rocco.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfoses**: Estado e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 2007.

FERNANDES, Florestan; BASTIDES, Roger. **Branco e Negro em São Paulo**: Ensaio Sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1999; v.5, 2002.

IANNI, Octávio. Capitalismo e democracia. In:\_\_\_\_\_. **Estado e capitalismo no Brasil**. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo, Ática, 1978.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Editora Era, México, 1990, 10ª edição (1ª edição, 1973). O postscriptum conforme: **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales**, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973. Versão digitalizada conforme publicado em “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acessado em: 25/06/2022.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In:\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2011.

VIANNA, Luíz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil: história, organização e psicologia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. FURTADO, Celso (coordenador). **Brasil: tempos modernos**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

## Modernismos e resistências à modernização: Mademoiselle Cinema, o pensamento conservador e a modernidade possível ao sul do capitalismo

Pedro de Castro Picelli<sup>1</sup>  
ORCID: 0000-0001-6598-8273

**Resumo:** Construo o presente artigo com o propósito de esboçar uma resposta, através do romance *Mademoiselle Cinema: novella de costumes do momento que passa* (1922) de Benjamim Costallat, à indagação deste Dossiê. Qual seja, “que reflexões e avaliações sobre os projetos e utopias de Brasil podem ser feitas a partir do pensamento político, social e estético brasileiro, instilados por estes eventos históricos e na atual encruzilhada em que o país se encontra?” Pretendo desenvolver meus argumentos por meio da análise sociológica da *forma* do romance. Isto é, enquanto chave de acesso à reflexão de determinados grupos sobre os processos sociais em compasso com o “próprio modo como classes diferentes, com pontos de vistas diferentes, confluem em uma situação histórica concreta” (WAIZBORT, 2007, p.67). Neste percurso argumentativo, procurarei observar em quais sentidos se realizaram as condições intelectuais para o desenvolvimento de uma crítica conservadora à modernização brasileira republicana, expressa neste romance enquanto um objeto heurístico da reflexão. E, sobretudo, como ele deu suporte aos próprios processos sociais em meio aos dinamismos culturais que tiveram em 1922 seu catalisador simbólico.

42

**Palavras-chave:** literatura brasileira. modernismo brasileiro. romance. pensamento conservador.

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e licenciado pela mesma instituição. Possui mestrado em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e desenvolve pesquisas nas áreas de Teoria Social, tendo como temas principais: Pensamento Social Brasileiro, Sociologia da Literatura e produção social das diferenças e diversidades. É doutorando em Sociologia na UNICAMP. Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em formato de bolsa de doutoramento. Instituição a qual agradeço.

**Abstract:** I develop this article with the purpose of outlining an answer, through the novel *Mademoiselle Cinema: novella de costumes do momento que passa* (1922) by Benjamin Costallat, to the question of this Dossier. That is, “what reflections and evaluations about the projects and utopias of Brazil can be made from the Brazilian political, social and aesthetic thought, instilled by these historical events and at the current crossroads in which the country finds itself?” I intend to develop my arguments through a sociological analysis of the *form* of the novel. That is, as a key to the reflection of certain groups on social processes in step with “the very way in which different classes, with different points of view, converge in a concrete historical situation” (WAIZBORT, 2007, p.67). In this argumentative course, I will try to observe in what directions the intellectual conditions for the development of a conservative critique of Brazilian republican modernization were realized, expressed in this novel as a heuristic object of reflection. And, above all, how it supported the social processes themselves in the midst of the cultural dynamisms that had their symbolic catalyst in 1922.

**Key Words:** social thinking. literature. modernisms. modernization.

**Resumén:** Construyo este artículo con el propósito de esbozar una respuesta, a través de la novela *Mademoiselle Cinema: novella de costumes do momento que passa* (1922) de Benjamin Costallat, a la pregunta de este Dossier. Es decir, “¿qué reflexiones y valoraciones sobre los proyectos y utopías de Brasil se pueden hacer desde el pensamiento político, social y estético brasileño, infundido por estos hechos históricos y en la encrucijada actual en que se encuentra el país?” Pretendo desarrollar mis argumentos a través de un análisis sociológico de la *forma* de la novela. Es decir, como clave para la reflexión de ciertos grupos sobre procesos sociales en sintonía con “la forma misma en que diferentes clases, con diferentes puntos de vista, confluyen en una situación histórica concreta” (WAIZBORT, 2007, p. 67). En este curso argumentativo, intentaré observar en qué sentidos se realizaron las condiciones intelectuales para el desarrollo de una crítica conservadora de la modernización republicana brasileña, expresadas en esta novela como objeto heurístico de reflexión. Y, sobre todo, cómo apoyó los propios procesos sociales en medio de los dinamismos culturales que tuvieron su catalizador simbólico en 1922.

**Palabras Clave:** pensamiento social. literatura. modernismos. modernización.

**1822, 1922, 2022: Mademoiselle Cinema & os impasses da modernização**

É preciso compreender o modernismo com suas causas materiais e fecundantes, hauridas no parque industrial de São Paulo, com seus compromissos de classe no período áureo-burguês do primeiro café valorizado, enfim, com seu lancinante divisor das águas que foi a Antropofagia nos prenúncios do abalo mundial de Wall Street. O modernismo é um diagrama da alta do café, da quebra e da revolução brasileira.

(Oswald de Andrade *apud* Schwartz, 2013, p.26)

Mil oitocentos e vinte e dois, mil novecentos e vinte e dois, dois mil e vinte dois. A independência brasileira, seu centenário revisitado pela Semana de Arte Moderna, os entraves da modernização nacional retornados no centésimo aniversário da Semana. As utopias nacionalizadoras e a monarquia como forma de exercício do poder político. A fragmentária consolidação da ordem burguesa no Brasil e o arcaico transformado no “canto da sereia da modernidade” (Cf. SCHWARTZ, 2013, p.35). As contradições de nosso tempo corrente e o retorno do recalcado sob condições particulares de desenvolvimento político do moderno assentadas no signo do impasse - a outra face da conciliação.

45

Neste quadro teórico mais genérico, pergunto: como pode *Mademoiselle Cinema: uma novella de costumes do momento que passa...*, romance de Benjamim Costallat a completar um século de publicação<sup>2</sup>, integrar o anuário de efemérides modernistas enquanto objeto do conhecimento sociológico a respeito de nossa realidade histórica? Dito de outro modo, sob quais termos este romance popular (EL FAR, 2004) poderia ser pensado enquanto dinamismo do movimento cultural modernista pela disputa política do controle da mudança social (Cf. BOTELHO, 2020; 2021)? Como ele fabulou intelectualmente (e se ainda confere sentido) os pactos de fraternidade a partir de nossa revolução burguesa?

Sugiro que qualificá-lo sob a rubrica da sociologia do conhecimento e das ideias, tal qual Karl Mannheim (1986) propôs à compreensão de estilos de pensamento e intenções básicas de seus portadores sociais, seja uma possibilidade, posto que situa esta obra em um contexto histórico que encaminhou debates plurais sobre nossa modernização possível.

Ressalto a anterioridade do problema em relação ao debate sobre a homologia estrutural entre o cânone literário modernista e nossa estratificação

social capitalista – na qual se assenta o “paulistocentrismo” como crítica do modernismo. Meu interesse, sobretudo, é interpelar os processos sociais sob os quais arte e política, cultura e sociedade, organizam-se no encaminhamento do truncado dilema histórico da modernização em um país de capitalismo dependente e periférico. Neste sentido, pretendo recuperar *Mademoiselle Cinema* enquanto um caso paradigmático do estilo de pensamento conservador (Cf. MANNHEIM, 1986) desenvolvido em meio aos dinamismos históricos e culturais de 1922. Ou seja, enquanto um tipo de “imaginação política moderna” (Cf. GILROY, 2007, 79) oriunda das disputas por modernização da sociedade brasileira e que deu sentido à contradição neste campo de lutas intelectuais.

Construo o presente artigo com o propósito de esboçar uma resposta, através do romance de Costallat, à indagação deste Dossiê. Qual seja, “que reflexões e avaliações sobre os projetos e utopias de Brasil podem ser feitas a partir do pensamento político, social e estético brasileiro, instilados por estes eventos históricos e na atual encruzilhada em que o país se encontra?” Pretendo desenvolver meus argumentos por meio da análise sociológica da *forma* do romance. Isto é, a forma enquanto ingresso teórico-metodológico às estruturas de pensamento de determinados grupos em contraste ao “modo como classes diferentes, com pontos de vistas diferentes, confluem em uma situação histórica concreta” (WAIZBORT, 2007, p.67). Neste percurso argumentativo, procurarei refletir em quais sentidos se realizaram as condições intelectuais para o desenvolvimento de uma crítica conservadora – de flertes liberais - à modernização brasileira republicana. E, sobretudo, como ela deu suporte aos próprios processos sociais em meio aos dinamismos culturais que tiveram em 1922 seu catalisador simbólico.

Proponho realizar este debate inserindo-o em um contexto mais amplo de reflexão sobre um duplo aspecto que assume tons teórico-metodológicos. O primeiro é a assunção de que o desafio intelectual da primeira República se deu no sentido de pensar a identidade do país em termos nacionais (Cf, BOTELHO, 2002). Resultando na necessidade de forjar os próprios “portadores sociais do projeto de modernização baseado na ideia de nação” (BOTELHO, 2002, p.24). O que implica, em minha leitura, rediscutir os mesmos efeitos da relação reflexiva entre ideias e as empirias no desenvolvimento das dinâmicas sociais. Ou seja, encaminhar analiticamente a qualificação das confluências entre cultura e sociedade. Por decorrência, aterrizo o segundo ponto analítico nas maneiras que

este romance – enquanto caso heurístico de um estilo de pensamento - permitiu formular intelectualmente as bases sociais da solidariedade neste tipo sociedade. Em outros termos, como sustentaram a elaboração e a disputa política sobre o tipo de coesão possível e desejável em uma sociedade como aquela.

A hipótese carregada por este texto é que *Mademoiselle Cinema*, assim como outros romances populares da alvorada republicana, alicerçaram uma crítica conservadora aos processos de modernização da sociedade brasileira. Sobretudo ao incidirem sobre o problema da reorganização das bases sociais da solidariedade na ordem burguesa no capitalismo dependente. O ponto fundamental é que para este estilo de pensamento nosso problema de identidade, ou de coesão social – como prefiro definir -, estaria dado na invasão das unidades orgânicas pelos princípios modernos. Dito de outro modo, nossa realização civilizatória, enquanto ordenamento social moderno, estaria ameaçada não pela deletéria persistência do arcaico, mas pelo excesso de valores modernos entrecruzados em nossas unidades orgânicas. Estas, as únicas instâncias capazes de manter e organizar os pactos sociais e base social do poder republicano formalizado na democracia liberal.

O centro do problema não estaria na modernização das armaduras sociais em si, porém nos efeitos do arranjo de valores, instituições e sociabilidades modernas que deslocariam as unidades elementares de organização histórica do poder privado na sociedade brasileira: como a honra, a família e o privatismo. Impactando diretamente na maneira como o próprio liberalismo se acomodara no país. Rosalina, a *Mademoiselle Cinema*, tinha um destino e Costallat, uma tese. “[...] A menina, educada sob certos costumes da época, nunca poderá ser mãe, nem esposa. Ficam-lhe vedadas as mais puras e as melhores alegrias da vida” (COSTALLAT, 1923, *Cousas Ditas Antes do Livro*<sup>3</sup>) Sob outros termos: as possibilidades de coesão social na periferia do capitalismo eram restringidas por uma sociedade invadida pelas dinâmicas do moderno. Mas que, na própria ambivalência das soluções formais de Costallat, seriam um “momento que passa” – quer fosse em diagnóstico ou prognóstico.

---

<sup>3</sup> A seção *Cousas Ditas Antes do Livro*, da edição com que trabalho neste artigo (2ª edição), não possui paginação neste capítulo.



## Ideias & processo social: o enredo de *Mademoiselle Cinema*

A segunda edição de *Mademoiselle Cinema: novella de costumes do momento que passa...* foi publicada ainda em 1923, pela gráfica do próprio autor, a Costallat & Miccolis<sup>4</sup>. O teor das “cousas ditas antes do livro” me faz crer que Benjamim Costallat preparara um excerto exclusivamente para antecipar ou rebater as críticas sobre o livro. Sem, entretanto, em nada alterar sua tese, apresentada desde 22.

“Vão gritar contra o escândalo. De apito na boca vão apitar para a moral, como se a moral fosse um guarda nocturno, postado numa esquina, à disposição de qualquer apito! É fatal! {...} Que esperneiem à vontade. É o que eu desejo.” (COSTALLAT, 1923, *Cousas Ditas antes do Livro*, itálico meu). Benjamim Costallat, de certo modo, antecipara os pedidos da Liga da Moralidade para o recolhimento de seu livro pela Secretaria de Polícia do Distrito Federal. O que se concretizaria ainda em 1924, mas por um brevíssimo período de tempo. Como explicar, sociologicamente, tal “antecipação”, sem recairmos na explicação dos processos sociais pela tautológica dos mecanismos intelectuais das próprias moralidades? Tenho, em acordo parcial com o autor, que a moral não pode ser um fim em si mesma, um simples sistema de vigilância das condutas. Todavia, é mobilizada pelos agentes sociais enquanto recurso imaginativo para o conhecimento e produção da própria empiria. No limite, então, o que cabe é explicá-la. E, como penso ser, demonstrar que, para o estilo de pensamento conservador, a moralidade<sup>5</sup> é o elemento intelectual primário

<sup>4</sup> Esta foi a edição consultada para as leituras de pesquisa, abrigada na Biblioteca de Obras Raras Fausto Castilho da Universidade Estadual de Campinas e catalogada na Base Acervus do Sistema de Biblioteca da Unicamp. Em sua segunda capa aparecia a numeração das tiragens impressas pela empresa, indo do sétimo ao décimo milheiro, o que sugeria um sucesso estrondoso de vendas para um romance à época, em um Rio de Janeiro que metade de sua população ainda não fora alfabetizada. Estima-se que 65 mil cópias tenham sido vendidas em um período de 5 anos. Para mais detalhes sobre a empresa e o sucesso deste romance, ver: El Far (2004), França (2010) e Farelo (2012).

<sup>5</sup> Brevemente, entendo a moral neste pensamento conservador mobilizando os horizontes durkheimianos das regras coletivas e coercitivas que mantêm dadas sociedades coesas e seus membros solidários. No entanto, me interessa desenvolvê-los. Sobretudo, a partir de uma releitura do conceito realizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), na qual, indiretamente, a autora o tensiona para qualificar a unidade fundamental do modo de relação social extremamente pessoalizada em unidades orgânicas, no qual se realiza o exercício dos laços de solidariedade e reconhecimento possíveis para organização de grupos em uma sociedade periférica. Sem, entretanto, perder de vista que a moralidade se assenta na vida concreta dos agentes históricos. Sendo seus valores, normas, condutas e preceitos passíveis da explicação sociológica. Inclusive em seus efeitos, ou dito de outro modo, na análise de como o assentamento da solidariedade (via moral) pode se expressar no exercício político do poder em determinadas estruturas sociais. Em suma, a moral é uma ferramenta intelectual, utilizada com grande ênfase pelo conservadorismo, para a produção de solidariedade através das unidades orgânicas em momentos de mudança social.

da mediação política para a produção da diferença e do universal, do particular e do público no embate pelos rumos da mudança.

Antecipadamente, Benjamim anunciava as acusações de “escandaloso e immoral” para seu romance, e para si mesmo a fama de pornográfico. No entanto, não dera um passo atrás no que perseguia comprovar com seu texto. *“Se a pornografia é transformar um livro num chicote e chicotear com ele os costumes de uma sociedade inteira (...) sejamos pornográficos, eu quero ser pornográfico e viva a pornographia”* (COSTALLAT, 1923, *Cousas Ditas Antes do Livro*, itálico meu). O motivo do embate, curiosamente, era a reafirmação dos pressupostos de seus próprios acusadores, indo ao encontro da denúncia para se defender dela. *“Não me venham fallar no bom nome da família brasileira offendido. Não me queiram intrigar com o que há de santo e honesto. A família brasileira, a legítima brasileira, eu a conheço e a venero”* (ibid)

André Botelho (Cf. 2020; 2021) tem ressaltado, e a meu ver complexificado analiticamente, uma temática transversal à parte expressiva das produções sociológica e cultural no Brasil. (A despeito de muitas tradições de nosso pensamento sociológico buscarem se afastar, em teoria ou em juízo valorativo, de tal problema). Sua percepção é que cada momento singular e reiterado de crise torna-se uma oportunidade para diversos setores da sociedade brasileira pensarem a qualificação do próprio país e as justificativas para o estado de coisas vigente. Contudo, há um acento teórico da produção de Botelho que me parece significativo ao olhar para esta questão. *“A sociedade brasileira parece movida para e por essa pergunta – às vezes de modo atônito, às vezes de modo anômico”* (BOTELHO, 2021, p.1).

Quero me ater na discussão em sua perspectiva cultural, mais especificamente na solução imaginativa dada às contradições políticas da realidade social, conformada na reflexividade entre as ideias e a empiria. Isto é, dos fenômenos de cultura – em meu caso, a literatura popular – enquanto dinâmicas constitutivas da própria sociedade. Acredito que esta ênfase permite tomar sociologicamente a totalidade da vida social pela interação reflexiva entre as fabulações sobre o mundo e o conflito pelo “controle político da mudança cultural” (BOTELHO, 2020, p.179); ou seja, constituindo-se enquanto uma “presença que orienta as ações” (BOTELHO, 2021, s/p). Ela seria, portanto, um problema político (ORTIZ, 2012), em nada “inocente”, como observou Octavio Ianni (2004, p.143) ao aterrará-la no “jogo das relações sociais”.

Nesta direção, Botelho (2020; 2021) pôde qualificar o modernismo enquanto um “movimento cultural”. Me importa, no presente artigo, a definição desta categoria. Acredito que ela possa ser interessante para pensar outros momentos de cultura, entre eles a “campanha pelo livro nacional” dos anos 1920 do qual Benjamim Costallat foi liderança e *Mademoiselle*, expoente<sup>6</sup>. Afirma Botelho (2021, s/p) movimentos culturais são “formas de ação coletiva fracamente institucionalizadas [...], mas que, ao buscarem produzir mudanças de ordem cultural no conjunto da sociedade, se veem constrangidas a interagir de modo conflituoso e também colaborativo com o Estado”. O interesse sociológico que sustenta essa entrada analítica, e que em minha leitura é o ponto dinamizador da categoria, está localizado na preocupação do autor com os ritmos culturais da vida social que permitem ao analista identificar as formas de enraizamento social ou não das instituições em dada sociedade. Tomando-as pelas condições históricas e sociais que os agentes dispõem ao estabelecê-las.

O modernismo paulista, mas não apenas, se empenhou em “recriar o país” (Cf. IANNI, 2004), principalmente através do engajamento imaginativo sobre as condições de modernização daquela sociedade. O que envolvia, grosso modo, qualificar as relações entre o pensamento e o pensado, entre “as sugestões do pensamento universal e os temas da realidade nacional”; reposicionando a “problemática da sociedade civil, nação e Estado nacional” (IANNI, 2004, p. 28). Elementos que se manifestaram intelectualmente relacionados ao “enfrentamento do problema da dependência cultural” (BOTELHO, 2021, s/p) e ao tipo de solidariedade disponível à consolidação da ordem burguesa no país. De modo a deslocar, parcial ou substantivamente, as justificativas dos impeditivos raciais e do meio ao desenvolvimento nacional, e a caracterização dos próprios processos sociais no Brasil, tidos como cópia, imitação ou inadequação em relação ao centro da modernidade (Ver ORTIZ, 2012).

Em outras palavras, elas iluminaram as contradições de realização empírica e do pensamento de grupos sobre o local e o global, sobre o privado e

---

<sup>6</sup> Este aspecto específico do argumento venho desenvolvendo com mais vagar em minha tese de doutoramento e que, por ora, será omitido. Apenas indicando que observo os romances de Costallat e alguns outros autores através da categoria “movimento cultural” de André Botelho. Este movimento, a campanha pelo livro, da qual me ocupo, teve como base social uma pequena burguesia e classe média em gestação desde os anos finais do século XIX e no Rio de Janeiro (Ver, por exemplo, Paixão, 2017).

público, sobre a tradição e a modernidade. Retorno a tese de Benjamim Costallat, sustentando que ela foi parte destes processos de investida imaginativa da sociedade brasileira em sua ordenação burguesa. O que equivale afirmar que sua visão sobre as dinâmicas sociais compuseram o quadro empírico da modernidade e da modernização na periferia em seus diferentes efeitos políticos.

Melle. Cinema, a minha Rosalina, faz parte da reduzidíssima família internacional de “snobs”, de elegantes e de “arrivistas”, cuja moral varia conforme a moda e conforme a indigente moralidade dos terceiros actos das peças francezas. A virtude nada perde quando se aponta o vício. Nada perde a legítima e sagrada família brasileira em que eu aponte as “Melles. Cinemas” que andam por ahi... - Ah! Não andam não? Ah! É imaginação mórbida de escritor? Pois bem. Aquelle que nunca encontrou uma “Melle Cinema” pelo seu caminho, que me atire a primeira pedra!...” (COSTALLAT, 1923, *Cousas Ditas Antes do Livro*).

Costallat encaminhou sua tese na própria forma literária<sup>7</sup>. Rosalina, jovem de dezessete anos, embarcara rumo a Paris no navio Arlanza, acompanhada de sua mãe e de seu pai - o doutor Martins Pontes, ex-ministro da República. Este perdera parte expressiva de sua fortuna com a saída do ministério, porém ainda se assegurou de um sobrado urbano na Avenida Atlântica. Todo o enredo encaminha, então, a temática da decadência familiar na aurora republicana. Filha de uma classe média urbana, carioca e remediada, Rosalina serve de emblema (Ortiz, 2016) para a composição dos argumentos que justificam a tese de Costallat, mediada em sua construção por intenções conservadoras. A adolescente, “como menina de sua época e de seu meio, não amava ninguém” (COSTALLAT, 1923, p.37-38).

O romance se desenvolve, fundamentalmente, no deslocamento de uma família, ideias e costumes pela ponte Rio de Janeiro - Paris - Rio de Janeiro no ano de 1923. Não há complexidades ou referências filosóficas, nem psicologismos profundos nesta obra, confirmando um estilo próprio dos romances populares dos anos 1890-1930. Assim, dividirei a apresentação da trama nos mesmos eixos de

<sup>7</sup> Não poderei desenvolver este argumento com a profundidade que gostaria. No entanto, indico que ele passa pelo modo como o romance popular brasileiro da virada do XIX formalizou reflexivamente a realidade social (Cf. Lukács, 2007), integrando estrutura e conteúdo, o todo e as partes (Cf. Goldmann, 1979). Isto é, promovendo a unidade literária do embate entre as visões de mundo de determinados grupos e o “próprio modo como classes diferentes, com pontos de vistas diferentes, confluem em uma situação histórica concreta” (Waizbort, 2007, p.67). Neste sentido, a tese sustentada por um romance pode estar localizada em sua própria forma ou não. No caso de *Made-moiselle Cinema*, ela está, pois é elemento central do conflito social ao qual o romance é “expressão”.

viagem por dois motivos. A tentativa de sintetizá-la, indicando, simultaneamente, o problema da próxima seção deste artigo - que assenta terreno para o apontamento das “intenções básicas” do estilo de pensamento conservador do livro. Tenho pensado também que esta própria divisão é indicativa do estilo de pensamento conservador, posto a ênfase na experiência concreta para as possibilidades de conhecimento dos processos de socialização. Isto é, como expressão de um modo particular de compreensão das dinâmicas do social, onde a “razão” perde espaço para a “vida” concreta (Cf. MANNHEIM, 1986) como fonte de significação.

Do Rio à Paris, com parada em Pernambuco, Rosalina explorou o ambiente do Arlanza em seus *flirts* e nos *fox trots* das noites em alto mar. Esta é também a seção literária (os três capítulos iniciais) destinada à despedida da jovem da vida carioca e de seus laços afetivos, rememorando o primeiro beijo – quando “deixou de ser inocente” (COSTALLAT, 1923, p.56) -, a cocaína e as amigas. “Rosalina tinha embarcado, viciada, corrompida, gasta, tendo apenas de puro e de intacto esta cousa secundária em que os homens collocam a honra das meninas - virgindade!” (COSTALLAT, 1923, p.62). Mantida preservada até conhecer Roberto Fleta. “O sensacional escritor brasileiro”, autor de “A Mulher que Pecou” – romance sobre uma jovem condenada pela sociedade após pecar (sem saber que pecou) e que morre em uma cama de maternidade. Fleta, na altura do envolvimento com Rosalina, possuía quarenta anos, casado e com filho. Mesmo assim, o homem das letras se apaixonara pela, agora, garota impura, com quem teve uma noite a sós no convés. Ambos desembarcaram em solo francês com a promessa de manterem-se próximos.

A chegada em Paris é caracterizada por Costallat através do deslumbramento de Rosalina com os automóveis pelos Campos Elísios, com os arranha-céus, com o jazz, os cabarets... Com a descoberta da modernidade! Paris: “a cidade maravilhosa das mil e uma orgias, a cidade-beijos, a cidade-gozo, a cidade-delírio, a mais sensual e a mais feminina cidade do mundo!” (COSTALLAT, 1923, p.103). Nela, o doutor Pontes partiu para a “farra”, a senhora Pontes para “as compras” e a jovem ao encontro cotidiano com Fleta, como anônimos na massa parisiense (Cf. COSTALLAT, 1923). Há dois momentos de virada no enredo. Primeiro: “Em menos de dous mezes Melle Cinema tinha inutilizado completamente o escriptor” (COSTALLAT, 1923, p.161) – definição de Costallat ao estado do autor de “A Mulher que Pecou”, que relembra a esposa e o filho observando uma “família

burguesa” no parque dos encontros com Rosalina. Esta, por sua vez, se distanciara do amásio que se entregou à cocaína. O segundo é a morte de Martins Pontes em “uma cama larga e baixa de bordel de luxo” (COSTALLAT, 1923, p.221).

Benjamim Costallat retornara mãe e filha ao Rio de Janeiro, em específico à pequena ilha de Paquetá – um pouco distante da metrópole. Lá a garota conheceu Mário, jovem que propôs a Rosalina uma vida conjugal. No entanto, apesar de entusiasmada com a proposta, ela não a aceitou: “não era digna do homem que amava. E jamais poderia ser...” (COSTALLAT, 1923, p.254). O livro tem seu desfecho com uma carta de Rosalina a Mário, na qual justifica as razões por não ter aceitado o amor do rapaz:

Já sabes quem sou [...] Rasguei as tuas ilusões [...] Poderia morrer de dor. Suicidar-me. Mas isso é velho, é trágico e é falso. [...] O meu maior castigo será viver. E viverei. Viverei, eternamente, entre gente indiferente; servirei de instrumento do gozo passageiro dos homens; dansarei, dansarei... [...] Não terei a velhice santa, respeitável e serena das mães e das avós. [...] Serei eternamente, a Melle Cinema! (COSTALLAT, 1923, p.257-8).

Em quais argumentos Costallat assenta sua tese ao longo do desenvolvimento do enredo? Quais sentidos e estratégias da imaginação social formalizada no romance podem ser apreendidos em relação ao processo de modernização burguesa da sociedade brasileira? Desenvolverei a seguir minha hipótese neste artigo: *Mademoiselle Cinema* é um exemplo heurístico do estilo de pensamento conservador desenvolvido junto de uma crítica aos dinamismos de aburguesamento da ordem social carioca em consonância ao(s) modernismo(s) de 1922.

### **Modernismo, modernismos e modernização: “intenções básicas” do pensamento conservador em *Mademoiselle Cinema***

*Mademoiselle Cinema* é um romance popular sobre a mudança social dos modos de vida no Brasil republicano, ou seja, na periferia do capitalismo. Ênfase: um diagnóstico particular sobre a transformação dos modos de vida. Antônio Cândido, em *Literatura e Sociedade* (2006), no capítulo destinado à literatura brasileira entre os anos 1900-1945, afirmou que o ano de 1922 foi o “momento decisivo” de nossas letras. A afirmação acentua, sobretudo, o papel do modernismo paulista e o valor das obras produzidas por aquele grupo de intelectuais. No entanto, ela se

sustenta em oposição à observação de uma “literatura de permanência” localizada por Cândido entre 1880 e 1922. Uma tradição literária (menor) repassada pelo “sexualismo frígido”. Rosalina estava neste quadro de “penúria cultural”, no qual o autor contextualiza os romances populares.

Parece-me interessante explorar o contraste entre a leitura de Cândido sobre o romance de Costallat e a formalização da obra, perguntando: como Costallat desenvolveu literariamente a temática apresentada acima? Em quais sentidos o “sexualismo frígido” – evidente e inegável- é estruturado formalmente no livro? O que a forma nos diz sobre um estilo de pensamento? Daqui em diante, procurarei desenvolver minha hipótese de que *Mademoiselle Cinema* é expressão do pensamento conservador possível na literatura dos anos 1920.

**a) O conservadorismo, o concreto e sua unidade orgânica: onde Costallat assenta os pressupostos de sua tese?**

Karl Mannheim (1986, p.111) define o apego ao “imediate, o real, o concreto” como “uma das características mais essenciais” da vida íntima e do pensamento conservador moderno. Todavia, esta adesão, enquanto efeito de processos sócio-históricos de modernização, se desenvolveu por meio de “implicações anti-revolucionárias” (MANNHEIM, 1986, p.111).

Não me parece difícil atentar – a despeito da brevíssima síntese que realizei do romance – que as dinâmicas do núcleo figurativo e as mudanças espaciais da narrativa de Costallat são sempre acompanhadas por um impeditivo de realização ou por um elemento de instabilidade. Têm-se que o fluxo das protagonistas é sempre interdito ou obstaculizado por uma condicionante/necessidade exterior às personagens e não por vontade individual do autor, mas pela forma mobilizada socialmente por meio do estilo de pensamento conservador. Ora, Rosalina, por exemplo, – enquanto emblema da garota de sua época – não poderia, lógica e formalmente, realizar sua individualidade sob a construção estilística do conservadorismo, posto que nele o real é circunscrito à unidade orgânica selecionada para o romance (pensamento): a família. O pequeno burguês intelectual Fleta (e a cocaína), e o pequeno burguês decadente doutor Pontes (e o bordel) são outros exemplos.

Ainda no primeiro capítulo, quando do embarque dos Pontes, Benjamim Costallat assenta implicitamente o conflito entre sociedade e indivíduo,

iluminando-o através dos móveis literários que movimentam e desestabilizam as soluções formais.

E aquellas *meninas de família do século* faziam os seus cálculos de conquista, a somma de novos admiradores adquiridos, o balanço de seus conquistados, como prostitutas entre si recapitulando extenuadas um dia de labor sexual. Aliás, não há grande diferença entre meretrizes e certas meninas da época. O “flirt” para a prostituta chama-se “michet” e o *bordel para a menina de família chama-se “dancing”*. *Com uma ligeira diferença na nomenclatura, as instituições são perfeitamente idênticas entre si.* (Costallat, 1923, p.39, itálico meu).

É a formalização do “real”, estilisticamente caracterizado, que se sobrepõe aos aspectos “racionais” no romance. Nele não há sequer uma passagem que não seja derivativa das movimentações do concreto – seja no enredo ou na própria forma. De modo que até mesmo os leitores atingem o centro dos problemas apresentados por Costallat sem terem de recorrer a mediações com outras instâncias do conhecimento, sendo conduzidos pela construção conservadora da realidade social. Em outras palavras, Benjamim Costallat procura convencer pela demonstração da experiência enquanto único meio de acesso à “validade universal” (Cf. MANNHEIM, 1986: 91) O que ele busca comprovar recorrendo ao caso particular na apresentação da verdade?

55

#### b) Indivíduo, sociedade e instituições: o organismo social

Anteriormente à chegada de seus personagens a Paris, e após descrever a relação entre Rosalina e Fleta, Costallat explicita esta questão, situando-a, fundamentalmente, na afirmação da preponderância das pequenas unidades orgânicas (enquanto centro dinamizador e de solidariedade da vida coletiva) sobre os processos de coesão entre indivíduos estabelecidos pelas instituições modernas.

Os *paes* são sempre os cúmplices sorridentes dos costumes escandalosos de suas distintas filhas. Os *paes* sempre sorriem. [...] sorriem para o se seu cynismo e só depois de lhes descobrirem um ventre mais materno do que virginal, um ventre que só cederá a pressões misteriosas depois de nove mezes, então ahi, é que os *paes* não sorriem mais... e vão se queixar ao delegado. *Como se o delegado, que visivelmente não pôde restituir o perdido*, tivesse culpa de que os *paes* da época não tenham vergonha na cara e queiram que as filhas se conservem virgens *com costumes e hábitos de prostitutas!* (COSTALLAT, 1923, p.79, itálico meu).



Não há dúvidas, para Benjamim Costallat, da primazia da sociedade sobre o indivíduo. Ela está embutida na impossibilidade de restituição ou preservação do perdido, caso a ordem – garantidora da “harmonia pré-estabelecida” (MANNHEIM, 1986, p.117) - seja abalroada. Entretanto, ela só pode ser assegurada por uma unidade social básica que emerja da materialidade do próprio “real” (definido como as “forças naturais da sociedade e da nação”) (ibid) Para o pensamento conservador é a família (MANNHEIM, 1986, p.124), assentada na autoridade paterna, a unidade orgânica elementar de proteção da natureza do corpo social.

Veja, caberia aos pais – enquanto alegoria da invasão da ordem pelos paradigmas da modernidade - não serem cúmplices dos costumes sociais de Rosalina. Principalmente sobre os que diziam algo a respeito daqueles “pequenos segredos do amor moderno” (COSTALLAT, 1923, p.60). Posto que, se fossem, concorreriam para a desagregação dos princípios que regem o fluxo social sob o princípio da necessidade: ou seja, a própria coesão social da sociedade em questão. Dito de outro modo, na vida social não haveria espaço ao contraditório ou ao conflito, uma vez que seu fluxo estaria regido pelos preceitos da necessidade. Sobretudo, as necessidades morais que aterrissavam a coerência, os hábitos, as crenças, associações e as próprias instituições (Cf. MANNHEIM, 1986) no período pré-revolução burguesa no Brasil.

O que o romance de Benjamim Costallat formaliza é a decadência dos princípios reguladores da sociedade brasileira patriarcal invadida pelos “modernos”. É a consolidação da ordem competitiva. Os princípios básicos estariam corrompidos, pois invadidos em sua unidade orgânica elementar por outros modos de sociabilidade. Pensava Rosalina:

Não me fizeram para ser uma *mulher honesta*. Fizeram-me para ter muitas “*toilettes*” e para ter muitos amantes. Aliás, uma mulher com muitas “*toilettes*” não pode viver para um homem só. A elegância é um *função* do amor. E quando uma mãe, como a que possuo, faz tanta questão que antes dos 15 anos a sua filha tenha uma “*lingerie*” maravilhosa, muito leve e muito bordada; que antes dos quinze anos ela pinte os olhos, a boca e passe depilatório pelo corpo; que antes dos quinze anos ella se vista excitadamente [...] e agrade esses mesmos homens com *recursos de prostitutas* – é que visivelmente essa digna mãe não pretende que a sua filha vá para algum convento” (COSTALLAT, 1923, p.181/2, itálico meu).

Agora é Costallat quem pergunta:

Que pensa fazer essa honrada sociedade de “après guerre”, de todos os paizes, das suas filhas, das suas virgens, das suas meninas com esse regimen excitante, de dansas carnaes, de liberdade de “garçonnes”, de criaturinhas educadas para o gozo e para a libidinagem? Que pensa fazer essa honrada sociedade de suas filhas? (COSTALLAT, 1923, p.183).

### c) Função social e destino inconcluso no estilo conservador

Somente a família nuclear Pontes – centrada na figura paterna - poderia regular a conduta e os destinos de Rosalina, sociabilizada sob os preceitos modernos. Para quê, afinal de contas? Como procurei ressaltar, há no estilo de pensamento conservador – e, portanto, em seus portadores sociais – a ênfase na interpretação e construção da realidade social ao redor dos pequenos grupos orgânicos. A prevalência da sociabilidade orgânica, justificada pela necessidade ou natureza da vida coletiva, inibiria qualquer tipo de racionalidade em que a linguagem liberal ou progressista dos direitos constituísse algum primado. De modo que toda conduta, crença ou associação estivesse vinculada ao estabelecimento de uma função social para tal.

Em *Mademoiselle Cinema*, todas as funções sociais das instituições elementares da sociedade são inconclusas ou incompletas, uma vez que suas unidades de realização foram corrompidas. Fleta perde-se da família para o vício, doutor Pontes para a morte e Rosalina, para a não realização da maternidade. Dito de outro modo, é a própria função solidária da unidade orgânica básica do estilo de pensamento conservador – a família – que perde o significado. O “deveria ser” – ancorado no desejo de estabilidade - não se realiza, pois é atingido pela mudança social. A mediação entre a pessoa (proprietário de alguma coisa) e coisa (propriedade de alguém) é deslocada com tamanha força que a própria forma do romance se encerra circularmente: a antecipação de Benjamim Costallat poderia muito bem ser a carta de Rosalina a Mário. Não haveria, portanto, coesão possível que não fosse mediada moralmente pela família.

## Observação final

Se me fosse solicitado resumir o ponto de sustentação do romance centenário de Costallat que lhe permitiu desdobrar sua narrativa e interpretar a sociedade burguesa, eu definiria a seguinte tese. Não haveria modernização possível que desconsiderasse ou inviabilizasse a realização das próprias unidades orgânicas que assentaram historicamente a sociedade brasileira. No caso mais explícito do pensamento conservador, a família como centro irradiador da fraternidade social e da rede de significados sobre a realidade.

Mantendo a oposição dos diagnósticos centrais até os anos 1920, nosso problema formativo não estaria na inadequação socioinstitucional dos princípios modernos aos seus portadores nacionais, ou na ausência de um povo, como o modernismo da Semana revisitou – requalificando o portador do projeto moderno. Nosso problema seria a invasão das unidades asseguradoras de coesão social pelos princípios tidos como modernos. Não seria, portanto, funcionalmente possível uma sociedade moderna sem normas e associações garantidas pelo privatismo e pela própria imaginação conservadora. Este foi o argumento que busquei construir ao longo deste breve artigo. 1922 assinalou, também, as bases de elaboração cultural mediadas por um estilo de pensamento conservador, que incidiu politicamente sobre a construção da identidade e solidariedade nacional possíveis, bem como 1822 e 2022.

## **Bibliografia**

BOTELHO, André. **O modernismo como movimento cultural**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2020.

\_\_\_\_\_. **Movimentos culturais e mudança social**. Suplemento Pernambuco, 2021.

COSTALLAT, Benjamim. **Mademoiselle Cinema: novella de costumes do momento que passa...** Rio de Janeiro: Costallat & Miccolis, 1923.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IANNI, Otávio. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

\_\_\_\_\_. **As celebridades como emblema sociológico**. Rio de Janeiro: Revista Sociologia & Antropologia, 2016.

PAIXÃO, Alexandro Henrique. **Leitores de Tinta e Papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2017.

SCHWARTZ, Jorge. **O fervor das vanguardas**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

## Maria Firmina dos Reis como um contraponto ao modernismo paulista: uma hipótese ainda não comprovada<sup>1</sup>

Rafael Balseiro Zin<sup>2</sup>  
ORCID: 0000-0002-8755-9194

**Resumo:** Um ano antes da realização da Semana de Arte Moderna de 1922, o escritor Graça Aranha teria procurado Monteiro Lobato para lhe sugerir a publicação de uma segunda edição do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, como uma forma de ambos os autores se contraporem aos ideais modernistas paulistas, valorizando o que eles consideravam como uma literatura verdadeiramente nacional. Buscando problematizar esse possível episódio da historiografia literária brasileira, cujas referências não foram apresentadas por Lucciani M. Furtado em seu *Memorial de Maria Firmina dos Reis*, esse artigo tem por intuito debater, num primeiro momento, a possibilidade de reedição do romance inaugural da maranhense como um contraponto ao modernismo paulista para, logo na sequência, apontar o descaso com que as fontes documentais são tratadas por determinados pesquisadores, sobretudo quando elas se referem à história e ao legado de personalidades negras brasileiras.

**Palavras-chave:** Semana de Arte Moderna. Maria Firmina dos Reis. Graça Aranha. Monteiro Lobato. 1921 e 1922.

---

<sup>1</sup> As reflexões aqui apresentadas são um desdobramento da minha tese de Doutorado em Ciências Sociais, intitulada *Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão*, defendida em março de 2022 no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>2</sup> Sociólogo e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

**Abstract:** A year before the 1922 Modern Art Week, the writer Graça Aranha sought out Monteiro Lobato to suggest the publication of a second edition of the novel *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis, as a way for both authors to oppose the São Paulo modernist ideals, valuing what they considered as a truly national literature. Seeking to problematize this possible episode of Brazilian literary historiography, whose references were not presented by Lucciani M. Furtado in his *Memorial de Maria Firmina dos Reis*, this article aims to discuss, at first, the possibility of reprinting the inaugural novel by Firmina dos Reis as a counterpoint to São Paulo modernism, to, soon after, point out the disregard with which documentary sources are treated by certain researchers, especially when they refer to the history and legacy of black Brazilian personalities.

61

---

**Keywords:** Modern Art Week. Maria Firmina dos Reis. Graça Aranha. Monteiro Lobato. 1921 and 1922.

**Resumen:** Un año antes de la Semana del Arte Moderno de 1922, el escritor Graça Aranha buscó a Monteiro Lobato para sugerirle la publicación de una segunda edición de la novela *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, como una forma de que ambos autores se opusieran a los ideales modernistas de São Paulo, valorando lo que consideraban como una literatura verdaderamente nacional. Buscando problematizar este posible episodio de la historiografía literaria brasileña, cuyas referencias no fueron presentadas por Lucciani M. Furtado en su *Memorial de Maria Firmina dos Reis*, este artículo tiene como objetivo discutir, en un primer momento, la posibilidad de reimprimir la novela inaugural de Firmina dos Reis como contrapunto al modernismo paulista, para, poco después, señalar el desprecio con que ciertos investigadores tratan las fuentes documentales, especialmente cuando se refieren a la historia y al legado de personalidades negras brasileñas.

**Palabras clave:** Semana del Arte Moderno. Maria Firmina dos Reis. Graça Aranha. Monteiro Lobato. 1921 y 1922.

## Introdução

As manifestações literárias que tematizaram ou mesmo que se colocaram em defesa da liberdade para os africanos e afrodescendentes escravizados no Brasil foram praticamente inexistentes até meados do século XIX. Somente no final da década de 1840 é que as primeiras imagens do cativo passaram a ocupar algum espaço em nossa literatura, sendo o poeta maranhense Gonçalves Dias (1823-1864) o seu responsável direto. Ao negro, ele dedicou especial atenção em seu poema *A escrava*, publicado em 1846 no livro *Primeiros cantos*; e em seu romance inacabado *Meditação*, cujos três primeiros capítulos, escritos em prosa poética, foram veiculados no primeiro semestre de 1850, na cidade do Rio de Janeiro, nas páginas da revista literária *Guanabara*. Nesse mesmo período, no Maranhão, demais escritores também trataram dessas questões em suas respectivas narrativas, tendo maior destaque os nomes de Trajano Galvão de Carvalho (1830-1864), autor de *Calhambola, a crioula*, de 1854; Celso Magalhães (1849-1879), que escreveu *O escravo*, de 1867; Joaquim de Sousa Andrade (1833-1902), também conhecido como Sousândrade, autor de *O guesa*, redigido ao longo de trinta anos, entre 1854 e 1884; e Aluísio Azevedo (1857-1913), criador de *O mulato*, publicado no Rio de Janeiro em 1881. A primeira voz feminina a registrar a temática da escravidão na literatura brasileira, portanto, é a de Maria Firmina dos Reis, com a publicação de *Úrsula*, em 1859.

Infelizmente, contudo, como é comum a boa parte das mulheres que exerceram atividade letrada no Brasil nos séculos XIX e início do XX, após o seu falecimento, ocorrido em 11 de novembro de 1917, o nome da romancista caiu em um processo de profundo esquecimento, até ser devidamente recuperado na década de 1970, a partir dos esforços de pesquisa empreendidos pelo professor, poeta e jornalista maranhense José Nascimento Morais Filho (1922-2009), que realizou com sua equipe de assistentes reunida para essa missão uma intensa pesquisa em jornais locais alocados nos porões da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, e que culminou no primeiro esboço de uma biografia sobre a maranhense, intitulada *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, publicada em 1975. Desde então, com o passar do tempo, novos estudos sobre a vida e a obra da nossa protagonista foram se avolumando, fazendo com que o seu nome passasse paulatinamente a ocupar o lugar que lhe é devido: o de pioneira da criação literária de autoria negra e feminina no Brasil.



Em 2017, no bojo das comemorações alusivas ao centenário de falecimento da autora, a Editora Uirapuru, sediada em São Paulo, anunciou o lançamento do primeiro volume da obra *Memorial de Maria Firmina dos Reis*, uma edição de fôlego organizada pelo pesquisador Lucciani M. Furtado, propagandeada naquele momento por conter uma série de novidades sobre a vida e a obra da maranhense, como a veiculação de um autorretrato, obra testamentária, fotografias raras e demais documentos até então desconhecidos. Em meio à tantas “descobertas”, o *Memorial* apresentou uma informação inédita para os estudos firminianos, ao revelar uma relação bastante curiosa que teria se estabelecido entre o escritor maranhense Graça Aranha (1868-1931), conterrâneo de Maria Firmina dos Reis, e o editor Monteiro Lobato (1882-1948), entre os anos de 1921 e de 1922, na cidade de São Paulo. Furtado conta em seu livro que, um ano antes da realização da Semana de Arte Moderna, Graça Aranha teria procurado Monteiro Lobato para lhe sugerir a publicação de uma segunda edição do romance *Úrsula*, como uma forma de ambos os autores se contraporem aos ideais modernistas paulistas, valorizando o que eles consideravam como uma literatura verdadeiramente nacional.

Os detalhes dessa história, que serão apresentados com mais cuidado nas páginas a seguir, revelam uma movimentação um tanto particular feita por dois expoentes da literatura brasileira, mas que, por força das circunstâncias à época, acabou não vingando. Buscando problematizar esse possível episódio da historiografia literária nacional, cujas referências não foram apresentadas por Lucciani M. Furtado em seu *Memorial de Maria Firmina dos Reis*, esse artigo tem por intuito debater, num primeiro momento, a possibilidade de reedição do romance inaugural da maranhense como um contraponto ao modernismo paulista, para, logo na sequência, apontar o descaso com que as fontes documentais são tratadas por determinados pesquisadores, sobretudo quando elas se referem à história e ao legado de personalidades negras brasileiras.

### **Quem foi Maria Firmina dos Reis?**

Nascida em 11 de março de 1822 na ilha de São Luís, capital da província do Maranhão, Maria Firmina dos Reis foi registrada em sua certidão de batismo como filha de João Pedro Esteves e de Leonor Felipe dos Reis. Oriunda de uma família de pequenas posses, por volta dos cinco anos de idade se muda com a mãe para a vila de São José de Guimarães, ligada ao antigo município de Viamão,

localizado no continente e separado da capital pela baía de São Marcos (LOBO, 2006, p. 193; DUARTE, 2009, p. 263). A acolhida que teve na casa de uma tia materna, melhor situada economicamente, foi fundamental para a sua formação inicial (MOTT, 1988), além do apoio que recebeu durante a sua juventude do jornalista, escritor e gramático maranhense Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), “a quem deve sua cultura, como afirma em diversos poemas” (LOBO, 1993, p. 224). Por lá, Firmina cresceu em uma casa constituída por mulheres, em meio a uma família extensiva, em companhia da avó, da mãe e de suas duas únicas amigas na infância, a prima Balduína e a irmã Amália Augusta dos Reis. Anos mais tarde, em 1847, após completar os vinte e cinco anos de idade, é aprovada em um concurso público para a cadeira de instrução primária em Guimarães, obtendo o feito inédito de ter sido a primeira professora efetiva a integrar oficialmente os quadros do magistério maranhense, cargo de bastante visibilidade na época, que foi ocupado por ela até o início de 1881, ano em que se aposenta e em que funda, aos cinquenta e oito anos, no vilarejo de Maçaricó, uma das primeiras escolas mistas e gratuitas do país, dessa vez, dedicando-se aos filhos de lavradores e de proprietários de terras da região (MORAIS FILHO, 1975).

Do ponto de vista da criação artística, Maria Firmina dos Reis nos deixou um precioso legado. A primeira obra sua de que se tem notícia, *Úrsula*, foi publicada em 1859 na cidade de São Luís, pela Tipografia do Progresso, pertencente ao jornalista e tipógrafo local Belarmino de Mattos (1830-1870). Reconhecido atualmente como o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil, além de ter sido o primeiro romance de autoria negra e feminina publicado no país, sob o pseudônimo “*Uma maranhense...*”, a autora apresenta de forma inédita aos leitores a questão da servidão, a partir do entendimento do negro, perspectiva essa que nortearia os seus demais trabalhos (DUARTE, 2005). É interessante observar que, num momento em que as mulheres viviam submetidas a um sem-número de limitações e de preconceitos, a ausência do nome, somada à indicação da autoria feminina, aliam-se ao tratamento “absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro” (DUARTE, 2009, p. 265). Não obstante, em seu romance inaugural, Firmina já expunha as duras condições do cativo, revelando ao mesmo tempo as contradições existentes entre a fé cristã, mantida e professada pela grande maioria da sociedade brasileira, e as crueldades do regime escravista, com seus castigos, torturas e humilhações. Como explica Luiza Lobo (2011, p. 119):

A consciência da negritude de Maria Firmina dos Reis em sua obra pioneira consiste em ver a questão da abolição não sob um prisma universalista, europeizado e distante do cotidiano, mas sob a ótica dos vencidos, descrevendo as condições concretas do escravo. Ela insere em toda a sua obra preciosos aspectos antropológicos que permitem ver a existência do escravo no seu aspecto real, sob a violência e o jugo de senhores e feitores que agiam sob o amparo das leis – como na cena do assassinato da escrava Susana, em *Úrsula*. Esta posição, bastante rara na literatura nacional, deve-se ao fato de a autora ser mulata e ocupar as camadas mais subalternas da sociedade brasileira, como professora primária. Pôde ela observar a vida cotidiana do escravo porque também ocupava o lugar social de oprimida, como mulher e como afrodescendente. Assim, observou de dentro, ao contrário de obras que descrevem a escravidão teoricamente. Foi a primeira escritora no Brasil a expressar o sentimento e as ideias abolicionistas em um romance, em 1859, e o fez explícita e corajosamente.

Apesar de ter sido relegado ao esquecimento alguns anos após sua publicação, *Úrsula* foi alvo de inúmeras considerações por parte da imprensa local. Entre anúncios de venda do livro e artigos que elogiavam a entrada da escritora no universo das letras, a recepção obtida na época foi bastante intensa. No ano seguinte à publicação de sua obra de estreia, Maria Firmina dos Reis passa a colaborar em jornais locais com textos poéticos, divulgando no periódico *A Imprensa* um primeiro poema, utilizando, ainda sem revelar o nome, as iniciais M.F.R. Em 1861, ela é convidada a participar da antologia poética *Parnaso Maranhense*, organizada pelo jurista, poeta e escritor Gentil Homem de Almeida Braga (1835-1876), e o jornal *O Jardim das Maranhenses* dá início à publicação de seu segundo trabalho, o conto *Gupeva*, de temática fortemente indianista. Tendo em vista a boa aceitação da obra por parte do público, em 1863, o jornal *Porto Livre* republica *Gupeva*. Em 1865, Firmina brinda os seus leitores em momentos diversos com o lançamento de novos poemas e, uma vez mais, *Gupeva* é reimpresso, dessa vez, nas páginas do jornal *Eco da Juventude*, contendo ligeiras alterações de estilo, mas sem apresentar modificações significativas em seu conteúdo.

Quebrando as barreiras impostas pela lógica patriarcal e manifestando o exemplo de criatividade e de determinação, Maria Firmina dos Reis segue adiante em sua produção literária, trazendo a lume, em 1871, os poemas de *Cantos à beira-mar*, publicados pela Tipografia do País, também em São Luís. Anos mais

tarde, em 1887, num período em que a instituição da escravidão passava de “mal necessário” a um “problema que exigia solução” (CHALHOUB, 1999, p. 16), no auge das campanhas abolicionista e republicana, a escritora lança na terceira edição da *Revista Maranhense*, além de novos poemas, o conto *A escrava*, narrativa breve em que descreve o funcionamento de uma rede antiescravista articulada de São Luís ao Rio de Janeiro, cujos membros escondiam cativos fugidos e, rápida e legalmente, lhes compravam a liberdade (TELLES, 1997, p. 414-415). Vale lembrar, também, que a autora contribuiu de maneira significativa na imprensa local com ficções, crônicas e até com a publicação de enigmas e charadas, prática recorrente na época, do mesmo modo em que atuou, de acordo com os que a conheceram em vida, na recolha e na preservação de textos da literatura oral, antecedendo nomes de importantes folcloristas brasileiros como Mário de Andrade (1893-1945) e Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), além de ter realizado trabalhos como compositora, sendo responsável pela elaboração, com letra e música, do *Hino à liberdade dos escravos*, de 1888 (MORAIS FILHO, 1975; DUARTE, 2009; SANTOS NETO, 2004). Para completar sua trajetória enquanto escritora e compositora, a maranhense contribuiu com a criação de algumas canções de caráter folclórico para folguedos populares, tais como a pastoral e o bumba meu boi. Segundo a tradição oral vimarense, inclusive, ela teria musicado os famosos *Versos da garrafa*, atribuídos pelos antigos a Gonçalves Dias.

De modo sucinto, essa breve cronografia serve para mostrar que Maria Firmina dos Reis teve participação relevante enquanto cidadã no Império, “ao longo dos noventa e cinco anos de uma vida dedicada a ler, escrever e ensinar” (DUARTE, 2009, p. 264). No Maranhão do seu tempo, ela foi considerada por seus pares como um exemplo de sabedoria e erudição. Sua popularidade deve ter sido tão grande em Guimarães que, até hoje naquela cidade, “a uma mulher inteligente e instruída chamam-na Maria Firmina” (MOTT, 1988, p. 62). Acontece, contudo, que os anos se passaram e, mesmo tendo ocupado um lugar proeminente no cenário cultural maranhense oitocentista, tomando com as mãos a aspiração de, através do magistério e da criação literária, contribuir para a construção de um país mais justo e sem opressão, a escritora ficou por décadas esquecida, muito provavelmente por conta de um possível silenciamento ideológico vindo das elites condutoras da vida política e intelectual brasileiras. Faleceu em 11 de novembro de 1917, cega, pobre e sem nenhuma honraria,

na casa de uma amiga que vivera como escravizada e em companhia de Leude Guimarães, um de seus filhos de criação. O resultado desse processo é que “uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século” (DUARTE, 2009, p. 265).

### **Sobre o processo de recuperação histórica da vida e obra de Maria Firmina dos Reis**

A despeito do cenário apresentado na seção anterior, de maneira um tanto peculiar, os escritos de Maria Firmina dos Reis vieram à tona outra vez. O romance *Úrsula*, em sua versão original, foi redescoberto em 1962 em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida (1896-1983), que, ao garimpar a identidade do pseudônimo “*Uma maranhense...*” no *Dicionário por Estados da Federação*, de Otávio Torres (1885-1963), além de realizar consultas em outras referências, conseguiu identificar a procedência da autora (LOBO, 1993, p. 224). Tendo compreendido a importância histórica e literária da obra em questão, depois de ter preparado, em 1975, uma edição fac-similar do texto em companhia de José Nascimento Morais Filho, Almeida doou o seu achado a Nunes Freire (1911-1986), governador do Maranhão na época. No *Prólogo* que acompanha essa edição, porém, o bibliófilo salienta a ausência de registros sobre a escritora nos estudos dedicados à produção literária maranhense:

O livro de que se tira esta edição fac-similada é talvez a maior raridade bibliográfica do Maranhão. Trata-se de romance escrito por mulher e passa por ser o primeiro no Brasil de autoria feminina. Além do mais, só existe um exemplar conhecido da obra, fato que a torna ainda mais valorizada, independentemente do seu mérito literário.

Pouco se sabe da autora. Seu nome, Maria Firmina dos Reis, permaneceu mais de um século sepultado no esquecimento. De espantar é que isso tenha acontecido no Maranhão, terra que foi no passado um viveiro de homens ilustres, muitos dos quais com repercussão além das fronteiras do Brasil. Eram tantos os que se acotovelavam na literatura maranhense, entre jornalistas, poetas, escritores, ensaístas, historiadores, que São Luís, a gloriosa capital do Maranhão, granjeou a fama de Atenas brasileira. Nenhum, entretanto, tomou conhecimento da autora, certamente porque era mulher, numa época em que os homens faziam alarde da proclamada superioridade do sexo. (ALMEIDA, 1975, p. I)

Possivelmente, por ter sido redescoberta tardiamente, Maria Firmina também ficou esquecida entre os principais críticos e estudiosos da literatura brasileira. Nomes como o de Sílvio Romero (1943 [1888]), José Veríssimo (1981 [1916]), Ronald de Carvalho (1920), Nelson Werneck Sodré (1985 [1938]), Afrânio Coutinho (1986 [1959]), Antonio Candido (2000 [1959]), Alfredo Bosi (1970) e Carlos Nejar (2007 e 2011), por exemplo, ignoram-na por completo. E mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores negros brasileiros, não faz referência alguma a ela. Dentre outros expoentes da historiografia literária nacional, muitos fizeram o mesmo, à exceção de Sacramento Blake (1970 [1883-1902]), que foi contemporâneo da autora; Raimundo de Menezes (1978 [1969]), que soube da existência de Úrsula logo após seu ressurgimento e que acabou incluindo um verbete sobre a escritora na segunda edição de seu *Dicionário Literário Brasileiro*; e Wilson Martins (2010 [1979]), que, no terceiro volume de sua monumental *História da inteligência brasileira*, apenas cita o seu nome em uma linha.

Os demais documentos de e sobre Maria Firmina dos Reis foram recuperados a partir de 1973, pelo professor, poeta e jornalista maranhense José Nascimento Morais Filho, que realizou com sua equipe de assistentes reunida para essa missão uma intensa pesquisa nos jornais locais dos séculos XIX e início do XX, alocados nos porões da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís (LOBO, 1993, p. 225; CARVALHO, 2006, p. 62-63), e que entrevistou, entre outras personalidades, dois filhos de criação da romancista, Leude Guimarães e Nhazinha Goulart. É dele, inclusive, o primeiro esboço de uma biografia sobre a maranhense, intitulada *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, obra de difícil acesso e que foi publicada em 1975, o mesmo ano em que veio a público a edição fac-similar de Horácio de Almeida e o artigo *A primeira romancista do Brasil*, de Josué Montello (1975), também conterrâneo da autora, no *Jornal do Brasil*, tendo sido divulgado em língua espanhola no ano seguinte, na *Revista de Cultura Brasileña* (DUARTE, 2009, p. 265).

O livro de Morais Filho reúne charadas, enigmas e poemas divulgados na imprensa, além dos contos *Gupeva* e *A escrava*. Entretanto, para além das criações literárias, a descoberta de maior importância e que revela alguns traços da personalidade da escritora é aquele que deve ser, possivelmente, o primeiro

diário íntimo redigido por uma mulher no século XIX a ser publicado no Brasil: o *Álbum*, de Maria Firmina dos Reis (LOBO, 1993, p. 225). Somado a isso, o prefácio de Charles Martin (1988) à terceira edição de *Úrsula*; as reflexões de Norma Telles (1987, 1989, 1997 e 2012) e de Luiza Lobo (1993, 2006 e 2011) veiculadas em livros e periódicos especializados; o estudo assinado por Zahidé Muzart (1999) sobre as escritoras brasileiras oitocentistas; os apontamentos de Eduardo de Assis Duarte (2009) acerca da maranhense, além de alguns verbetes que podem ser consultados em dicionários e enciclopédias literárias voltados para essa temática (SABINO, 1996 [1899]; SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000 e 2007; e LOPES, 2007), completam os trabalhos mais relevantes sobre Maria Firmina dos Reis realizados durante o período que podemos chamar de *anonimato* ou então de *redescoberta*, evidenciando, assim, a escassa recepção crítica obtida pela autora em pouco mais de um século.

Para a sorte dos pesquisadores e principalmente dos leitores do século XXI, os ventos mudaram de direção nos últimos anos e esse triste cenário começou a ser redesenhado aos poucos, sobretudo a partir de 2017, ano que marcou o centenário de morte da escritora. Para avivar a efeméride e render as devidas homenagens a essa pioneira da literatura brasileira, uma série de eventos foi realizada naquele ano em diversas capitais do país, conectando estudiosos de norte a sul. Em meio às inúmeras possibilidades que um ano temático como esse sugere aos que se dedicam a investigar a vida e a obra da romancista, algumas novidades vieram à tona, o que contribuiu significativamente para o processo de recuperação histórica do legado firminiano. Até meados de 2017, por exemplo, estávamos bastante seguros de que o 11 de outubro de 1825 era a data correta para se comemorar, todos os anos, o aniversário de nascimento de Maria Firmina dos Reis. Contudo, para a nossa surpresa, durante as atividades do VIII Seminário Internacional e XVII Seminário Nacional Mulher e Literatura, ocorrido entre os dias 17 e 20 de setembro de 2017 na Faculdade de Letras da Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador, a pesquisadora Dilercy Aragão Adler tornou pública a informação de que a maranhense, na verdade, não havia nascido naquela data, mas em 11 de março de 1822. O anúncio foi feito em 19 de setembro, uma terça-feira, para todos os ouvintes da mesa *Maria Firmina dos Reis: centenário de uma precursora*, que contou com a participação do professor Eduardo de Assis Duarte, da Dilercy Aragão Adler e a minha.

Embora pareça um simples dado que corrija um ligeiro desvio de percurso na biografia da escritora, essa informação assume importância histórica única, uma vez que, praticamente tudo o que sabíamos a respeito de sua trajetória individual estava contido nos poucos fragmentos encontrados e reunidos por José Nascimento de Moraes Filho nos anos 1970, além das demais pistas que foram sendo coletadas nos últimos sessenta anos – de 1962 em diante –, por um corpo diverso de pesquisadores espalhados pelos quatro cantos do país. Essa novidade, por exemplo, revela que Maria Firmina dos Reis nasceu pouco antes do Brasil se tornar independente de Portugal. Além disso, ela não morreu aos 92 anos de idade, como pensávamos, mas aos 95, o que mostra o quão resistente e longeva foi essa mulher que dedicou uma vida inteira ao ensino básico e à criação literária. De acordo com Dilercy Aragão Adler (2017, p. 57-58), ainda:

No tocante aos dados pessoais relativos ao nascimento e origem de Maria Firmina dos Reis, nas várias fontes pesquisadas anteriormente, coletei e inclusive assinalei (...) que Maria Firmina dos Reis nasceu em 1825, em São Luís, Maranhão. Seu pai, João Pedro Esteves, era negro, e sua mãe, Leonor Felipe dos Reis, branca, de origem portuguesa, dados que passo a refutar, a partir de coletas recentes, em fontes primárias, no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

71

Mas antes devo explicar o que motivou a minha ida ao APEM. No período de 21 a 25 de agosto de 2017, por ocasião da realização da Semana Montelliana, na Casa de Cultura Josué Montello (CCJM), em São Luís, encontrei-me com a Profa. Mundinha Araújo, Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Estadual do Maranhão, escritora, pesquisadora e militante do Movimento Negro, sendo ela inclusive pioneira na realização do mapeamento dos quilombos, assim como no processo de investigação de temas para a história do negro no Maranhão. Na ocasião ela me disse que a mãe de Maria Firmina dos Reis não era branca e me compartilhou que tinha alguns apontamentos sobre a escritora coletados no Arquivo Público do Estado do Maranhão, e como demonstrei interesse, ela ficou de levar-me no dia seguinte. Além da informação de que a mãe de Maria Firmina, Leonor Felippa, não era branca, mas, mulata, tendo sido inclusive escrava do Comendador Caetano José Teixeira, fiquei surpresa ao ver a data de nascimento de Maria Firmina que diferia daquela registrada em vários trabalhos, inclusive nos meus. E me dirigi ao Arquivo Público no dia seguinte para coletar mais dados acerca de Maria Firmina, onde pude contar com a orientação da própria Chefe do Arquivo, Maria Helena Pereira Espínola, na busca dos documentos e, também, na tradução do português do Império.



A documentação que comprova esse breve histórico foi reproduzida por Dilercy em seu livro *Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor*, publicado em novembro de 2017 na cidade de São Luís, e pode ser facilmente consultada no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Além dele, a Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, e a Hemeroteca Física e/ou Digital da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, também guardam documentos importantes que nos ajudam a reconstruir a trajetória de vida da maranhense. E é bastante provável que novos dados e informações, registros escritos e fotográficos, textos de cunho literário e demais documentos sobre a autora, que continuam desconhecidos por nós até hoje, ainda venham à tona nos próximos anos. Recuperar as pistas que nos permitirão reconstituir com maior exatidão determinados aspectos de sua biografia, portanto, é apenas uma questão de tempo.

Em 2017, também, no bojo das comemorações alusivas ao centenário de morte da Firmina, o Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP promoveu um ciclo de debates intitulado *Desvendando Maria Firmina dos Reis*, que foi realizado nos dias 9 e 10 de novembro daquele ano, na cidade de São Paulo. O evento contou com a participação de nove estudiosos da obra firminiana<sup>3</sup>, que se dividiram em quatro mesas temáticas. Aproveitando a riqueza das exposições e a aproximação desse time de pesquisadores que se reuniu de forma inédita para debater as ideias e o legado da escritora, chegamos à conclusão de que não poderíamos finalizar o evento sem projetar novos momentos como aquele. Como resultado desse primeiro encontro, após refletirmos em conjunto e avaliarmos o cenário, decidimos criar a *Rede de Pesquisadores sobre Maria Firmina dos Reis*, que conta, atualmente, com cerca de cinquenta pesquisadores brasileiros, distribuídos em dezessete estados da Federação e cujo objetivo é articular e aprofundar os estudos sobre a autora, além de fazer circular as informações e as novas documentações em torno do seu nome.

---

<sup>3</sup> São eles: Eduardo de Assis Duarte, Ligia Fonseca Ferreira, Régia Agostinho da Silva, Algemira de Macêdo Mendes, Juliano Carrupt do Nascimento, Fernanda Rodrigues de Miranda, Jéssica Catharine Barbosa de Carvalho, Luciana Martins Diogo e eu.

## Maria Firmina dos Reis como um contraponto ao modernismo paulista

Ainda em 2017, com relação às novidades que vieram à público naquele ano, a Editora Uirapuru, sediada em São Paulo, anunciou no final do mês de novembro a pré-venda do primeiro volume da obra *Memorial de Maria Firmina dos Reis*, uma edição comemorativa organizada por Lucciani M. Furtado, nome artístico do pesquisador Lutiane Marques Silva, que vem acompanhada do romance *Úrsula*, dos contos *Gupeva* e *A escrava*, além do poema de cunho antiescravista *Elvira*. A publicação do primeiro volume um foi prometida para novembro de 2017, justamente para marcar o centenário de falecimento da autora, mas, por problemas da editora com a impressão do livro na gráfica, ele foi lançado somente em janeiro de 2018. O segundo volume, que contém as demais informações sobre Maria Firmina dos Reis e o restante de sua obra poética, foi publicado no segundo semestre de 2019. Durante a campanha de divulgação do livro, no entanto, foi anunciado que esse primeiro volume viria acrescido com o *Álbum de recordações da Firmina*, um autorretrato, obra testamentária, fotografias raras e demais documentos inéditos, para traçar, segundo seu organizador: “(...) a excepcional história de uma mulher e sua contribuição para a formação da sociedade brasileira contemporânea, levando-nos à descoberta do que existe de africano em nosso país” (sic).

73

Perplexo com o anúncio de tantas novidades simultâneas, adquiri um exemplar do livro e, assim que o recebi em minha residência, iniciei a leitura em busca das “descobertas” anunciadas. Infelizmente, para a minha surpresa, a editora não cumpriu o que prometeu, ou seja, não consta no primeiro volume a publicação do *Álbum de recordações da Firmina*, tampouco a publicação de seu autorretrato<sup>4</sup>, de sua obra testamentária, das fotografias raras e demais documentos ditos inéditos. Quando li o anúncio da publicação do livro, inclusive, já havia desconfiado, afinal, até hoje, nenhum dos mais de cinquenta pesquisadores que se dedicam a investigar a vida e a obra da autora conseguiu encontrar essas raridades. Por outro lado – e isso sim seria motivo de muita comemoração, caso fosse

<sup>4</sup> Apesar de sua importância e dos aspectos políticos e sociais únicos contidos em sua trajetória, Maria Firmina dos Reis, infelizmente, não deixou para a posteridade quaisquer registros fotográficos ou mesmo alguma pintura ou desenho que pudessem identificá-la. Até hoje, tudo o que se sabe a respeito de suas feições vem de seu “retrato falado”, que foi registrado por Nascimento Moraes Filho (1975, s/p) em seu livro, após colher os depoimentos de Nhazinha Goulart, filha de criação da escritora, e de Eurídice Barbosa, que foi sua aluna na escola mista de Maçaricó: “Traços físicos – Nenhum retrato deixou Maria Firmina dos Reis. Mas estão acordes os traços desse retrato-falado dos que a conheceram ao andar pelas casas dos 85 anos. Rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos, mãe (1,58 m, pouco mais ou menos), morena”.

possível comprovar –, o *Memorial* trouxe uma informação inédita para os estudos firminianos, ao revelar uma relação bastante curiosa que teria se estabelecido entre o escritor maranhense Graça Aranha (1868-1931), conterrâneo de Maria Firmina dos Reis, e o Monteiro Lobato (1882-1948) editor, entre os anos de 1921 e de 1922, na cidade de São Paulo. Em determinada altura do livro, Lucciani M. Furtado (2017, p. 54) afirma o seguinte:

Originada em 1921 por Graça Aranha, a proposta [*de publicação de uma segunda edição do romance Úrsula*] almejava o relançamento do livro num curto intervalo de tempo. A revelação desse fato resgata uma parcela das memórias sobre os bastidores do universo editorial que, nos dias atuais, ainda permanecem escondidas em velhos, amarelados e empoeirados livros e papéis dos arquivos (...).

Para Monteiro Lobato, [Úrsula] era “uma obra das mais consideráveis nas letras nacionais. Os seus trabalhos de prosa e poema foram os mais variados” (sic). Que denunciavam “todo o horror da escravidão – vergonhoso *regímen* que maculou o coração desta nação – e revelaram toda a crueldade e a monstruosidade dos suplícios empregados aos negros da África, caçados a tiro, metidos nos porões dos negreiros como fardos de couro com carne viva por dentro, e depois trazidos à força para o cativoiro”.

74

De acordo com Lucciani Furtado (2017, p. 54), havia uma estreita conexão entre a produção literária da maranhense e as memórias do autor de *Canaã*, como fica explícito na seguinte passagem:

Graça Aranha definia a obra de Maria Firmina como “original” e reeditá-la numa editora de renome nacional [*como a de Monteiro Lobato*] cobriria as imensas lacunas deixadas pela ausência dos seus livros nas prateleiras das livrarias. Publicar os trabalhos de Maria Firmina era recuperar as histórias transmitidas de geração em geração e preservadas pela memória afetiva infantil, aquela dos anos vividos na velha São Luís. Para o romancista era reviver as crenças, os costumes e as lendas; escritos em linguagem cativante, sem o rebuscamento tolo dos escritores pósteros à romancista.

De fato, Graça Aranha e Monteiro Lobato se encontraram em 26 de outubro de 1921, na sede da Monteiro Lobato & Cia., em episódio narrado pelo próprio Lobato, em uma correspondência enviada por ele ao seu amigo Godofredo Rangel<sup>5</sup> (1884-1951), datada de 27 de outubro daquele ano. E foi na sede da

<sup>5</sup> José Godofredo de Moura Rangel foi um escritor e tradutor brasileiro, nascido em Carmo de Minas, no estado de Minas Gerais. Reconhecido pela crítica como um autor de talento superior, retratou em seus livros a calma da vida campesina mineira.

Monteiro Lobato & Cia. que teriam surgido as primeiras conversas entre os dois, acerca da produção literária de Maria Firmina dos Reis e sobre a intenção de reeditarem seus escritos.

Esteve por aqui o Graça Aranha. Foi interessante o nosso encontro. O Jacinto, daquela livrariuzinha O Livro, telefonou-me dois dias seguidos. Primeiro dia: “O Graça Aranha está em São Paulo e quer conhecê-lo”. Fiquei ciente e agradei. Segundo dia: “O Graça Aranha quer conhecê-lo. Venha cá”. Respondi: “Não posso. Muito serviço. Se de fato ele quer me conhecer, que venha procurar-me aqui”. Sim, porque quando eu quero conhecer alguém, eu o procuro, não o mando chamar sob vara. E afinal o Graça Aranha veio ontem e conversamos longamente e ficamos amigos. Falou tão bem da *Vida ociosa*<sup>6</sup> que me entrou no coração. Eu hoje avalio os homens pela capacidade de compreensão do teu livro. Amanhã vamos almoçar juntos. (LOBATO, 2010 [1921], p. 471)

Sobre as impressões de Monteiro Lobato acerca de *Úrsula*, retiradas de um possível *Datiloscrito* que teria sido enviado por ele à Graça Aranha, também em 1921, Lucciani M. Furtado (2017, p. 85) nos conta que:

“Uma gratíssima impressão que me ficou dos tempos de mocidade foram as horas de mais intenso gozo espiritual que vivi ao ler a *Úrsula*, da Sra. Maria Firmina dos Reis, espécie de estandarte das nossas letras nacionais, concebida em pleno desabrochar das geniais mentalidades oitocentistas”, lembra Lobato.

“E quem não se sensibilizaria ao se deparar com o amor vigoroso e transbordante do jovem casal, sobretudo da fragilidade feminina da protagonista – a Sinhazinha que dá nome ao romance – redivivos em corpo e espírito, graças ao poder evocativo da arte advindo da pena de um dos vultos mais notáveis de uma das épocas mais brilhantes da literatura brasileira?!...”, sentencia Lobato.

Ansioso para formalizar as negociações dos direitos autorais, Graça Aranha encaminha solicitação ao irmão, residente em São Luís, para que localizasse e se comunicasse com os familiares da escritora. Enquanto isso, Lobato planejava a publicação de *Úrsula*, como volume na “Collecção Brasília”; as demais obras sairiam, inicialmente, em folhetins nas edições de *A novela semanal* e na *Revista do Brasil*, a maior vitrine de divulgação dos livros publicados pela editora.

<sup>6</sup> *Vida ociosa: romance da vida mineira*, de Godofredo Rangel, foi editado em livro em 1920, após ter sido publicado em São Paulo, na *Revista do Brasil*, entre maio de 1917 e janeiro de 1918.

Mais adiante, Lucciani M. Furtado (2017, p. 87) diz que: “Úrsula seria o livro de transição [*da Coleção Brasília*], mas quis o destino que isso não acontecesse”. A ideia de Graça Aranha e Monteiro Lobato era publicar uma segunda edição do romance como forma de estabelecerem um contraponto às novidades que fervilhavam e que seriam anunciadas no ano seguinte, durante a realização da Semana de Arte Moderna de 1922, preservando, assim, “a tradição da literatura verdadeiramente nacional”. E, logo na sequência, Furtado (2017, p. 87-88) nos conta os motivos que teriam levado Monteiro Lobato a desistir da empreitada:

“Não temos os brasileiros, o espírito muito inclinado à memória, ao resgate dos acontecimentos que o passado nos legou. Povo impressionista, vibrátil, faltam-nos as aptidões mais naturais para a especulação histórica. Nem sequer gostamos de pensar. As reflexões longas apavoram-nos. Somos um povo de impulsivos. A nossa cultura, mais extrema que intensa, mais variada que profunda, retrata bem essa incapacidade nativa para as cogitações demoradas”, desabafa Lobato.

Não havia como explicar esses acontecimentos que atropelaram a redescoberta de uma escritora fundamental [*da nossa literatura*]. O que fica implicitamente explícito era o envolvimento de questões outras que não seriam respondidas. Assim, houve um eclipse, um silenciamento sobre esses acontecimentos.

“É natural, portanto, que a Sra. Maria Firmina, romancista brasileira, morresse ignorada ou zombada. Essa ilustre senhora não era do seu tempo e do seu meio. Vê-se isso muito bem pela escassez da sua obra, curta mas excelente, que a primeira consagrou o Sr. Graça Aranha. Não haverá, provavelmente, muitos curiosos que se proponham a ler a obra de Maria Firmina dos Reis. Aos que sobrar coragem para tanto aconselhamos, ao menos, a leitura daquela obra. É quase certo que ficarão com o desejo de conhecer inteiramente...”, conclui o criador de *Jeca Tatu*.

## Considerações finais

Conforme o exposto, infelizmente, os dois volumes do *Memorial de Maria Firmina dos Reis*, além de serem confusos, não cumprem o que prometem. Mas apresento essa breve história para problematizar essa importante “descoberta”, afinal, até onde sabemos, após sua morte, a autora caiu em profundo esquecimento. O que tais passagens nos revelam, contudo, vai na direção contrária, mostrando que um dos principais editores do Brasil na época, o Monteiro Lobato, ao lado de um escritor de fama reconhecida, o Graça Aranha, tiveram a intenção de reeditar a produção literária da maranhense, ainda que não tenham obtido sucesso na empreitada. Para o desespero dos pesquisadores, porém, embora anuncie essas “novidades”, o organizador dos dois volumes acabou não revelando as suas fontes. A única informação lastreável que aparece no livro está na nota de rodapé de número 45, quando ele diz que os trechos escritos por Monteiro Lobato foram extraídos do seguinte documento: *Datiloscrito de Monteiro Lobato a Graça Aranha, dezembro de 1921*.

Em janeiro de 2018, entrei em contato com a Editora Uirapuru, via telefone, e com o Lucciani M. Furtado, através das redes sociais, em busca de maiores informações sobre o processo de organização do livro e sobre o levantamento feito por ele em torno do nome da Firmina, mas não obtive retorno. Por essa razão, entre janeiro e fevereiro de 2018, entrei em contato com a equipe que administra a *Coleção de obras raras* da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, em São Paulo, que mantém boa parte do acervo particular do autor, composto por livros, fotografias, mobiliários, objetos pessoais e correspondências; com a equipe responsável pelo *Acervo de Monteiro Lobato*, sob a guarda do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, que também preserva uma parcela significativa das cartas do escritor; e com a equipe que administra o *Fundo Monteiro Lobato* no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, onde estão suas demais correspondências. Infelizmente, o documento que poderia comprovar de uma vez por todas essa história não foi localizado. Apesar de frustrante, esse episódio revela o descaso com que as fontes documentais são tratadas por determinados pesquisadores, sobretudo quando elas se referem à história e ao legado de personalidades negras brasileiras.

## Referências

- ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor**. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.
- ALMEIDA, Horácio de. Prólogo. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Edição fac-similar organizada por José Nascimento Morais Filho. Prefácio de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora; São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, p. III-VIII.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1970 [1883-1902].
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito**. Apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000 [1959].
- CARVALHO, Claunísio Amorim. Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n. 2, dez. 2006, p. 53-69.
- CARVALHO, Ronald de. **Pequena história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1920.
- CHALHOUB, Sidney. Prefácio. In: AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 15-17.
- COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986 [1959].
- DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: *Úrsula*. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, maio/ago, 2005, p. 443-444.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula* (romance); *A escrava* (conto). Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009, p. 263-279.
- FURTADO, Lucciani M. (Org.). **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. Prosa Completa & Poesia. Livro 1. São Paulo: Editora Uirapuru, 2017.
- FURTADO, Lucciani M. (Org.). **Memorial de Maria Firmina dos Reis**. Prosa completa & Poesia. Livro 2. São Paulo: Editora Uirapuru, 2019.
- LOBATO, Monteiro. **A barca de Gleire**. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Editora Globo, 2010.

LOBO, Luiza. Autorretrato de uma pioneira abolicionista. In: LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1993, p. 222-238.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis (1825-1917). In: LOBO, Luiza. **Guia de escritoras da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2006, p. 193-196.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Vol. 1: Precursores. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 111-126.

LOPES, Nei. **Dicionário literário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.

MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Presença/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988, p. 9-14.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. Volume III (1855-1877). 3ª ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2010 [1979].

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário literário brasileiro**. 2ª ed. Revisada, aumentada e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978 [1969].

MORAIS FILHO, José Nascimento (Org.). **Maria Firmina, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. Coleção repensando a história. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**. Vol. 1. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1999.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira: da carta de Pero Vaz de Caminha à Contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2007.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira: da carta de Caminha aos contemporâneos**. São Paulo: Editora Leya Brasil, 2011.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943 [1888].

SABINO, Ignez. **Mulheres ilustres do Brazil**. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora Mulheres, 1996 [1899].

SANTOS NETO, Manoel. **O negro no Maranhão**. São Luís: Clara Editora, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico (Orgs.). **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora do Senac Nacional, 2007.



SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1985 [1938].

TELLES, Norma Abreu. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX**. 531 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo, 1987.

TELLES, Norma Abreu. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, jan./jul. 1989, p.73-83.

TELLES, Norma Abreu. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1997, p. 401-442.

TELLES, Norma Abreu. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX**. Coleção Entregêneros. Apresentação de Edgard de Assis Carvalho. Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Brasília, 1981 [1916].

## A formação identitária do negro no interdiscurso: índices de preconceito

Eduardo Alves da Silva<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0001-7626-1504

**Resumo:** Considerando a Análise do Discurso, propomos neste artigo analisar a formação da identidade negra em diversas situações envolvendo preconceitos em função da linguagem utilizada. A caracterização da imagem no negro no interdiscurso parece se constituir de uma pluralidade de sentidos, que se estende desde a leitura imediata às várias vozes discursivas, até uma espécie de concretização em sua manifestação circunstancial levando em consideração aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. Através da *etnolinguística*, braço da linguística que se preocupa com grupos étnicos, e baseado numa metodologia indiciária (GINZBURG, 1989), propomos entender como a simbologia do negro é fundamentada numa série situações conceituais intermediadas pela linguagem.

81

**Palavras-Chave:** paradigma indiciário. análise do discurso. identidade negra. racismo.

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos da Linguagem, Mestre em Estudos da Linguagem, graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002). Especialista em Libras pela Faculdade Estácio de Natal (2012). Atualmente é professor de Língua Portuguesa na Secretaria Municipal de Educação de Parnamirim. Tem experiência na área de Educação, Didática e ênfase em Linguística Cognitiva. Possui interesse na área da Linguística.

**Abstract:** Considering Discourse Analysis, we propose in this article to analyze the formation of black identity in several considerations about the function of the language. The characterization of the black image seems to be constituted in a different way in several senses, which extend from a kind of diversity of discursive voices. Through ethnolinguistics, the branch of linguistics that is concerned with ethnic groups, and based on an evidential methodology (GINZBURG, 1989), we propose to understand how the symbology of black people is based on a series of conceptual situations mediated by language.

82

---

**Keywords:** indiciary paradigm. speech analysis. black identity. racism.

**Resumen:** Teniendo en cuenta el Análisis del Discurso, proponemos en este artículo la formación de la identidad negra en diferentes situaciones que involucran prejuicios debido al lenguaje utilizado. La caracterización de la figura del negro en el interdiscurso parece consistir en una pluralidad de significados, que se extiende desde la lectura inmediata de las diversas voces discursivas hasta una especie de concreción en su manifestación circunstancial, teniendo en cuenta aspectos sociales, económicos, culturales y políticos. A través de la etnolingüística, rama de la lingüística que se ocupa de las etnias, y con base en una metodología evidencial (GINZBURG, 1989), nos proponemos comprender cómo la simbología de los negros se sustenta en una serie de situaciones conceptuales mediadas por el lenguaje.

83

---

**Palabras clave:** paradigma indiciário. análisis de discurso. identidad negra. racismo.

## Introdução

A formação identitária do negro na sociedade apenas pode ser vista dentro de um contexto específico que possui determinância relativa a seu papel no entorno. Guimarães (1999) afirma que as peculiaridades e características relativas a cor e a raça, mesmo sendo atributos biológicos, apenas fazem sentido quando entendidas como construções discursivas e ideológicas.

Tal afirmação implica na assunção do protagonismo que as pessoas têm diante de uma sociedade socioculturalmente situada, no caso específico do qual este artigo visa versar, o homem negro. Ainda, sob a mesma perspectiva levantada por Guimarães (1999), podemos entender que a linguagem também determina uma interpretação e formação de sentido em relação à construção de uma identidade própria.

Através de uma pesquisa qualitativa e básica (CASELL; SYMON, 1994), usando como metodologia o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) e analisando o discurso apresentado em várias situações envolvendo o negro, buscamos neste artigo compreender a formação de sentido não apenas da identidade formada a partir do discurso, mas entender seu posicionamento na sociedade atual.

Iniciamos trazendo as noções da análise do discurso para uma melhor fundamentação do percurso epistemológico. Nesta seção mostramos a importância da análise do discurso na formação de sentido da identidade do negro nas situações que estão expostas no corpo do texto.

Posteriormente fazemos uma análise polissêmica das mais diversas situações retiradas da internet baseadas na análise do discurso. Finalmente embasamos as escolhas de análise em função do paradigma indiciário de Ginzburg (1989).

## Dinamicidade discursiva e sua análise

Antes de mais nada, é preciso deixar claro que a Análise do Discurso se preocupa e leva em consideração *inputs* e *outputs* que vão além do que o texto apresenta em sua superfície, mais do que aparentemente se coloca diante do óbvio. Em outras palavras, vai além da análise do conteúdo e perpassa até a análise do discurso propriamente dita, considerando o que está além da linguagem.

À análise do discurso importam as relações plurifacetadas entre os discursos e as relações ideológicas, inclusive, do que não foi dito na superfície do texto. Essas relações se estendem não apenas entre o dito e o não dito, mas entre os sujeitos, vozes do texto, interdiscurso, formações discursivas e ideológicas e seu papel na sociedade num contexto e momento histórico-político específicos. Cabe ao analista considerar todas essas variáveis quando se propõe a analisar o discurso. Sobre a dinamicidade da linguagem, Luciana Leão Brasil afirma que:

A linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos. A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável (BRASIL, p.172, 2011).

Do mesmo modo, o próprio negro e sua ação social devem ser analisadas sob as mesmas premissas. As muitas formas pelas quais o discurso se apresenta nos textos da sociedade necessitam que o analista leve em consideração não apenas o que está dito nas palavras e na semiose dos textos, mas também nas relações ideológicas, sociais, temporais e políticas a que elas se referem. O discurso nunca está acabado e pronto de significado. As formações discursivas sempre remetem a um prisma ideológico, político e social e está sempre em movimento. Os sujeitos mutantes do discurso trazem à luz do debate representações e impressões individuais sobre si e sobre as coisas do mundo, e não apenas isso: também de seu interlocutor e do assunto abordado (BRASIL, 2011).

Castells (1999) traz um apanhado interessante da forma como se deve pensar a construção identitária negra. O autor elenca três movimentos epistemológicos: a identidade legitimadora, de resistência e de projeto. O primeiro deles, segundo o autor, é determinado por instituições de resistência, que reforçariam não apenas o preconceito, mas a submissão geral do negro. A identidade de resistência, para Castells, é determinada pela condição social e sua resistência à máquina opressora. Finalmente o autor apresenta a identidade de projeto, na qual o negro, baseado em seu repertório cultural, constrói novas identidades e reformula as previamente existentes. Dessa forma ele redefiniria seu *locus* e se projetaria no percurso na esterificação social.

Acreditamos que cada uma das identidades apresentadas por Castells (1999), pode ser considerada na manifestação do discurso e além: no interdiscurso. O interdiscurso, se constrói além do sujeito, além da mera concretização discursiva.

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso (ORLANDI, 1992, p. 89-90).

Pêcheux e Fuchs (1997) acreditam, por sua vez, que uma formação ideológica perpassa o discurso e se concretiza nos elementos não discursivos, socioculturalmente situados.

O ponto da exterioridade relativa de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva: ela designa o efeito necessário de elementos ideológicos não discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa determinada formação discursiva (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 168).

Dessa forma, conforme pensa Castells (1999), a formação da identidade e construção de sentido do negro perpassa, necessariamente, sua concretização até mesmo fora de sua esfera discursiva, engendrando-se em formações ideológicas e socioculturais, que determinam o lugar polissêmico do negro na sociedade.

Nesse sentido, a beligerância por uma afirmação de face positiva das identidades coletivas, em especial do negro, pode se construir nos muitos aportes multiculturais, da mesma forma como se aprofunda nos processos específicos de formação de unidades identitárias únicas como a identidade negra (CANEN; ASSIS, 2004).

### **Análise: uma miríade de possibilidades**

A análise das situações apresentadas nesta seção dá conta de uma atividade multicultural focada na questão identitária e de formação de sentido do negro na sociedade. A atividade apresenta uma série de textos/imagens evidenciando uma convergência para o debate a respeito do negro em muitos contextos e situações diferentes. Elas conversam com vários discursos relacionados à agenda antirracista e de preconceito. As análises parecem deixar clara a perspectiva antirracista defendida pelo multiculturalismo crítico (CANEN, 2000; 2002),

Na imagem 1 (Etnolinguística<sup>2</sup>), temos a interpretação não apenas de uma vertente linguística, a etnolinguística, mas outras formações discursivas como o debate racial e o caso Marielle Franco. Marielle Franco foi uma socióloga e política que faleceu em circunstâncias que estavam ligadas a razões políticas, raciais e ideológicas. Quanto à etnolinguística, podemos dizer, neste excerto específico, ajuda a construir a identidade de Marielle Franco socioculturalmente e politicamente situada no Brasil atual, considerando, inclusive as consequências de seu assassinato.



O que vemos no discurso da imagem 1 é a presença do interdiscurso e de informações que vão além do que está na superfície do texto. É preciso ir além de suas sentenças fechadas linguisticamente e situá-la no tempo e no espaço, como estrutura volúvel que está à mercê das variáveis ideológicas, políticas e inserida contextualmente no tempo. Seria impossível o analista compreender totalmente o texto sem conversar com as muitas vozes do texto e suas condições de produção. Sobre isso, Pêcheux (1969) afirma que:

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, pois é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (PÊCHEUX, 1969, p. 79).

<sup>2</sup> Etnolinguística é um ramo da linguística que toma como prioridade e objeto de estudo situações levando em consideração a relação entre língua e cultura das pessoas e como os diferentes grupos étnicos percebem o mundo.



Portanto, para compreender esse texto, é preciso entender as formações discursivas que perpassam a análise da imagem 1. É necessário perceber muitos discursos que estão presentes aí: o discurso racista, discurso dos milicianos, discurso do empoderamento feminino, discurso da militância de esquerda, entre tantos outros.

A imagem 2 (O Atraso) nos traz um texto sobre o atraso de se ainda aceitar o racismo e as consequências de sua difusão. Não apenas isso, o texto traz um sem-número de formações discursivas e ideológicas que permeiam sua estrutura no interdiscurso. A própria autora, em seu blog, admite que é negra, militante e antifascista, o que já deixa claro o que Foucault (1997) advoga sobre a Análise do Discurso: para compreender o discurso é preciso inseri-lo dentro de um espectro político e ideológico.

### Imagem 2 – O atraso

## O atraso

por Mara Emília Gomes Gonçalves | nov 29, 2019 | Blog

Existem assuntos que são desconfortáveis, uma ferida, e nestes casos o melhor é cuidar antes de estourar.

Na semana anterior não foi possível escrever, mas outros veículos produziram textos, palestras, audiências, matérias jornalísticas sobre a o dia da consciência negra e, por conseguinte, trataram do racismo nosso de cada dia.

“— Pai, afasta de mim esse cálice.”

Na maioria dos casos, a voz que ecoava o discurso de luta antirracista produz, consolida e reproduz ao longo dos outros dias do ano práticas que consolidam preconceitos contra a população negra, tudo feito com discrição e muito conhecimento.

De tal forma que confesso a minha pouca ou nenhuma vontade de escrever naqueles dias mais próximos, porque não queria minha voz sobrevivente e minúscula perto da Casa Grande.

“— Afasta de mim esse cálice.”

Escrever sobre racismo é um texto que se inicia, e não se conclui, que escrevemos três linhas, e apagamos trezentas, porque na ânsia de denunciar tais atos queremos encontrar uma fórmula de destruir tais memórias, e seguir.

Cada ato que trouxesse para o texto ocultaria pelo menos outros cem, diários, que é como se comporta o racismo, vai ampliando em efeito onda, e cada explicação e contorno do

Fonte: <https://blogdogeraldi.github.io/2019/11/>. Acesso em 15/05/2022.

O texto, sim, irrompe dentro de um contexto ideológico e social pois o homem é um ser político (ARISTÓTELES, 1994). Nas linhas do texto vemos também frases que referenciam a fala de Jesus sobre o pesado fardo que ele tem que carregar pelo pecado e a fala de Chico Buarque e Gilberto Gil sobre a música Cálice, cuja letra diz “afasta de mim esse cálice”. Em ambas as situações temos vieses políticos e ideológicos. Jesus, por se referir ao martírio que é morrer pelos

homens e Chico e Gil a se referirem à censura e violência da ditadura. A autora traz esses trechos no sentido de aproximá-los da luta negra por igualdade e da luta antirracista que apenas “atrasa” o ser humano.

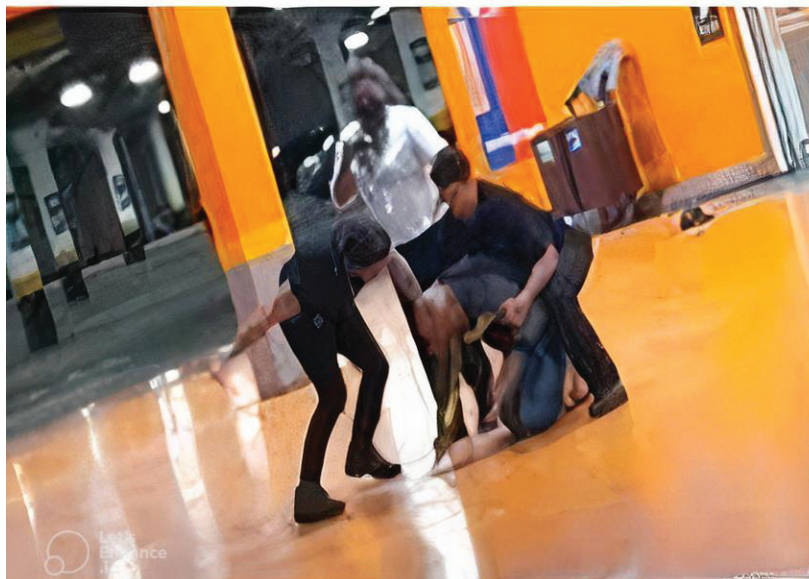
A imagem 3 (George Floyd) traz muitos elementos semióticos imagéticos e pouquíssimo texto, o que nos dá evidência que o discurso não necessariamente é feito apenas por linhas e frases linguísticas. “Um enunciado pode ser além de palavras ou frases, símbolos, imagens, gráficos, organogramas, desenhos etc.” (CHASKO; DIONET, 2017, p.21). O caso refere-se a um homem negro chamado George Perry Floyd, que morreu no estado de Minnesota nos Estados Unidos por razões meramente raciais em maio de 2020. Tal caso acendeu o debate e a militância nos últimos meses acerca do racismo. Charaudeau e Maingueneau (2012) admitem que o sujeito possui uma postura crítica e sua posição de interlocutor desempenha papel fundamental na interpretação das formações discursivas. No caso específico, o conhecimento de mundo sobre o que se passou com George Floyd pode contribuir decisivamente para o entendimento da fotografia. O mesmo ocorre para a imagem 4 (homem morre no Carrefour). O caso refere-se a João Alberto Silveira, morto em novembro de 2020 no estacionamento de um supermercado por espancamento. A análise desse discurso segue caminhos parecidos em relação aos da imagem 3. Foram crimes sensivelmente parecidos e de reverberações políticas e ideológicas semelhantes. O que agrava a situação foi que o crime ocorrido na imagem 4 ocorreu na véspera do dia da consciência negra, o que fomentou ainda mais o debate sobre o tema.

Imagem 3 – George Floyd



Imagem 4 – Homem morre no Carrefour

## Homem negro morre após ser espancado



No que tange a imagem 5 (Música Boa Esperança) temos dessa vez uma música do *rapper* Emicida, conhecido por sua postura política e militância a favor da agenda antirracista. A essência do texto é a discriminação racial e o preconceito. A letra da música apresenta uma miríade de possibilidades interpretativas e possui várias formações discursivas e ideológicas permanentes em sua constituição.

90

Imagem 5 – Música Boa Esperança

Boa esperança

(Emicida)

Por mais que você corra, irmão  
Pra sua guerra vão nem se lixar  
Esse é o xis da questão  
Já viu eles chorar pela cor do orixá?  
E os camburão o que são?  
Negreiros a retraficar  
Favela ainda é senzala, Jão!  
Bomba relógio prestes a estourar

O tempero do mar foi lágrima de preto  
Papo reto como esqueletos de outro dialeto  
Só desafeto, vida de inseto, imundo  
Indenização? Fama de vagabundo  
Nação sem teto, Angola, Keto, Congo, Soweto

O autor referencia a escravidão no Brasil, a cultura africana, o preconceito contra a raça negra e uma série de outros discursos que compõe a lírica da música. O músico traz o discurso ao debate e Orlandi (2009) justamente afirma que o discurso é este local de debate. As formações discursivas na música constituem um organismo parafrástico no qual os discursos são retomados e ressignificados.

Os sentidos vão se estabelecendo através de já ditos ou já construídos, ora retomando discursos em forma de paráfrase e reproduzindo sentidos, ora em uma disputa acirrada de efeitos discursivos (SOARES, 2007, p. 183).

Finalmente em relação à imagem 6 (Joaquim Barbosa), o texto apresenta poucos elementos aparentes, no entanto, de alto teor ideológico, político e subjetivo. A mera apresentação do ex-ministro Joaquim Barbosa já traz para o debate a questão do racismo e toda a agenda da luta racial. Joaquim Barbosa não apenas foi um jurista, mas também ocupou um cargo extremamente influente e importante na conjuntura brasileira: a de presidente do supremo tribunal federal.

Imagem 6 – Joaquim Barbosa



Outro texto que vem acompanhando sua foto é a legenda que diz “Líderes brasileiros negros que atuaram ou estudaram em universidades americanas”. Este discurso nos apresenta outro debate político-ideológico que pode incluir a

meritocracia, abismo social, pobreza, discriminação, poder e influência. Vemos novamente várias formações discursivas e ideológicas na constituição desse texto, o que deve ser considerado para o entendimento sempre dinâmico do discurso.

Concluindo, vemos que o entendimento do texto deve levar em consideração muito mais do que a superfície do que ele expõe. Ele deve ver o que está “por trás” dos enunciados, levando em conta suas condições de produção que podem incluir tanto aspectos ideológicos quanto políticos. O texto é processo, não produto. Deve ser considerado em sua dinamicidade e nunca estacionário com sentido dado, pois está sempre em movimento. O sentido das palavras nessa dinamicidade depende daqueles que as empregam.

As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (ORLANDI, 2009, p. 424).

Ainda, o comando da questão pede que se leve em consideração a metodologia da Análise do Discurso. Quanto a isso, podemos dizer que os métodos utilizados na AD são essencialmente dinâmicos, pois dinâmica é a natureza do discurso. As formações discursivas estão imbricadas às formações ideológicas. Isso nos direciona a uma concepção dinâmica de método que deve se adequar à natureza fluida do discurso. É uma espécie de jogo entre a produção linguística e a materialidade histórica.

O método de análise da Análise do Discurso, diferente de outras “metodologias” de pesquisa, tem princípios bastantes inovadores, calcados num jogo que se estabelece entre a produção linguística e a materialidade histórica, buscando as rupturas e os lapsos dos textos (orais e escritos), os quais não são inocentes, uma vez que a própria produção textual é a atuação da ideologia em sua relação com o inconsciente – o sujeito (BARROS, 2015, p.2)

Dessa forma vemos que a imagem do negro no percurso das imagens de 1 a 6 nos remete a uma imagética amplamente ligada à luta da agenda antirracista. Essa pauta tão importante irrompe em cada imagem de forma que é a partir desse debate sobre preconceito e racismo que parece que a prática do interdiscurso se materializa. A essência dos textos é amplamente lúdica pois permite as muitas constituições das formações discursivas durante suas análises.

## Fundamentação indiciária

Como mencionado, a imagem do negro no percurso das imagens e textos de 1 a 6 mostram não apenas a apresentação étnica da raça negra, mas uma série de outros discursos que perpassam sua emergência. Apesar da evidente diferença de constituição imagética de cada uma delas, existe muito em comum entre todas no que diz respeito essencialmente aos discursos de resistência, antirracista, agenda de luta da raça negra, preconceito etc. O que o recorte nos traz é, basicamente, as muitas formas de representatividade pelas quais o negro se insere na sociedade em sua busca por direitos, igualdade e tratamento livre de preconceito e racismo. No entanto, vale salientar que os discursos nas imagens não são os únicos presentes na pluralidade de sua emergência. Nelas também podemos observar o discurso de violência contra a mulher, representatividade feminina, inclusão, criminalidade e uma série de outras formações discursivas e ideológicas que perpassam esse recorte. Os indícios que levam a essa interpretação são evidentes a partir de pistas discursivas que seus autores deixam, as quais apresento a seguir. Seguindo uma metodologia calcada no paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989), elenco alguns indícios do exposto nas análises e a favor de seus argumentos.

Carlo Ginzburg (1989), no final do século XX, propõe um sistema epistemológico que ele chama de paradigma indiciário, segundo o qual alguns princípios e procedimentos levam a um método heurístico que lança luz sobre as minúcias e detalhes. A partir desses dados considerados marginais e residuais (ou indícios) a metodologia do analista toma substância. Para o escopo do paradigma indiciário, devemos procurar pistas e indícios desde os mais evidentes até os menores, de forma até mesmo não convencional, buscando evidências em características que normalmente poderiam ser ignoradas ou negligenciadas. Sobre isso o próprio Ginzburg (1989) pontua:

É preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés (GINZBURG, 1989, p. 144).

Do mesmo modo podemos aplicar o método indiciário no percurso da análise das imagens de 1 a 10. As muitas vezes que perpassam o interdiscurso apresentado no recorte não apenas nos levam a interpretações muito substanciais, como também a outras conclusões a partir de indícios menores apresentados nas imagens.

Na imagem 1, a saber, precisamos ir além dos ditames e pressupostos da etnolinguística. O que evidenciamos como pistas de que a imagem 1 nos remete a outras formações discursivas e ideológicas é a imagem de Marielle Franco, que nos direciona a pautas como representatividade feminina, racismo, violência contra a mulher, política, milícias assassinas do Rio de Janeiro e outras. Já na imagem 2 do texto “Atraso” de Mara Emília Gomes Gonçalves, temos também contribuições importantes se levarmos em consideração o paradigma indiciário. Segundo a metodologia do paradigma, é preciso levar em consideração informações que não estão aparentes no discurso. No texto “atraso”, além das várias referências a outros discursos (Gilberto Gil, Chico Buarque, a fala de Jesus Cristo etc.), temos a informação externa de que a autora, além de negra, é também militante e ativista da agenda de luta em prol da voz da raça negra conforme vemos na imagem 7.

### Imagem 7 – Mara Emília Gomes Gonçalves

#### Mara Emília Gomes Gonçalves

Professora, militante, escritora

Mara Emília Gomes Gonçalves é formada em Letras pela Universidade Federal de Goiás.

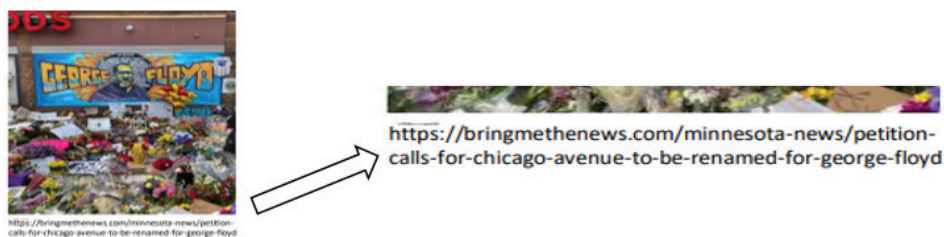
Gestora escolar, professora, militante, feminista, negra. Excelente leitora, escritora irregular.

Acompanhe-a também em seu blog: [LEITURAS POSSÍVEIS](#).

Fonte: <https://blogdogeraldi.github.io/autores/>

Estas informações não são apresentadas ao interlocutor de forma imediata, sendo preciso um procedimento venatório para chegar a essas conclusões. Nas imagens 3 e 4, que falam da morte de George Floyd e João Alberto, temos visões semelhantes, pois investigamos indícios para chegarmos à conclusão de que ambos os textos estão ligados a assuntos de preconceito e racismo e que ganharam grande repercussão. No caso específico da imagem 3, logo abaixo da foto estilizada de George Floyd, temos no próprio corpo do hiperlink (imagem 8) a pista de que a população está revoltada e sensibilizada pela morte brutal do homem.

## Imagem 8 - Índices

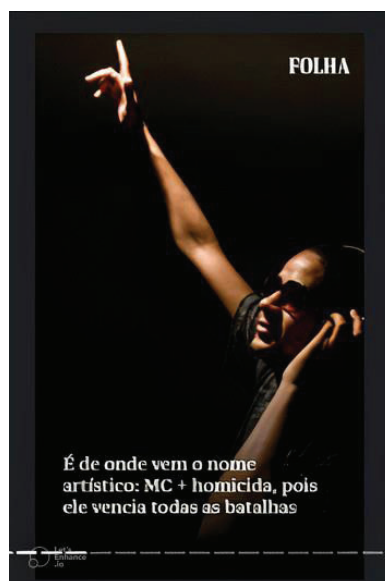


Na imagem, em tradução livre, temos “*petição clama para que avenida seja renomeada em homenagem a George Floyd*”. Esta informação é sutil e normalmente é colocada em segundo plano ou nem mesmo considerada quando se observa uma imagem como essa, nessas circunstâncias. No entanto, a partir de um prisma indiciário, devemos ir além do que está óbvio e buscar nos pequenos indícios as formações discursivas.

Sobre a imagem 9 (Boa Esperança), o que valida sua interpretação no tocante à presença de várias formações discursivas ligadas ao negro é, além do próprio *rapper* Emicida ser seu compositor, são os detalhes e indícios outros. O corpo da música está repleto de outros discursos de uma sorte bastante extensa. O próprio nome do *rapper*, Emicida, diz respeito à integração de MC + Homicida. Segundo ele próprio, esse nome denota que ele teve de “matar” muitos obstáculos para chegar a seu sucesso por ser negro e pobre e por ganhar suas “lutas” de rimas com outros *rappers* no início de sua carreira.

95

## Imagem 9 – Emicida



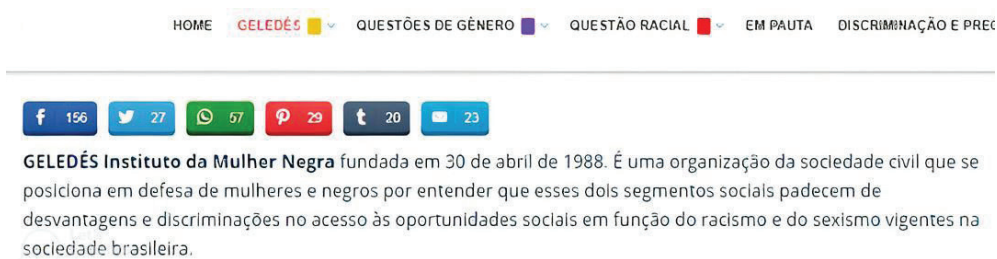
Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2020/07/quem-e-o-rapper-emicida/>



Estes são indícios que não estão claramente observáveis na superfície do texto, o que leva o analista do discurso a buscar outras pistas e detalhes.

Finalmente, na imagem 6 temos o recorte de Joaquim Barbosa sobre uma matéria a respeito de pessoas negras que estudaram em universidades americanas e que possuem bastante projeção, destaque e importância na sociedade. Fossem apenas essas as informações observáveis já teríamos ideia do discurso relacionado ao negro de maneira geral. No entanto são os outros indícios menores, buscados de forma venatória, que sedimentam a compreensão sobre o discurso de militância e luta a favor do negro e contra o racismo. A matéria em questão foi lançada pelo *site* do instituto Geledés (imagem 10), conhecido publicamente por ser fundado sobre bases da agenda do povo negro. O instituto foi fundado em 1988 e, desde então, apenas se dedica à defesa da mulher e do negro.

### Imagem 10 – Site do instituto Geledés



Fonte: <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>

O próprio nome do instituto (e do *website*), Geledés, faz referência a uma sociedade feminina de caráter religioso Iorubá que expressa o poder, fertilidade e bem estar feminino sobre a terra.

Dessa forma, vemos que os muitos discursos presentes no recorte das imagens de 1 a 6 estão ligados de forma lúdica e aberta aos discursos em favor da raça negra, antirracismo, preconceito e outros. O que dá cabimento a esse tipo de interpretação, além do exposto no interdiscurso, são as pistas, indícios e pormenores que encontramos ao aplicarmos um prisma indiciário durante a análise.

## Conclusões

Vimos através de uma metodologia qualitativa e indiciária, baseada no paradigma de Carlo Ginzburg (1989), a formação da identidade polissêmica do negro na sociedade. Primeiro apresentamos noções introdutórias sobre análise do discurso fundamentando sua escolha em função de um entendimento da construção de sentido do texto.

Posteriormente analisamos situações que trabalham a questão da interdiscursividade e as várias possibilidades interpretativas promovidas por este mecanismo. Vimos que o discurso e as muitas vozes presentes nas situações ajudam a construir uma identidade negra que, no atual contexto da sociedade, mostra-se eivada de preconceitos e questões antirraciais.

Deste ponto em diante, fundamentamos as escolhas analíticas em função do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), segundo o qual o analista encontra pistas que guiam sua interpretação sobre determinado fenômeno. No caso específico deste artigo, a construção de uma identidade racial negra.

O que concluímos é que a concretização de uma identidade cultural negra perpassa necessariamente por suas manifestações social, cultural e política, sem as quais não seria possível ter uma dimensão substancial de seu sentido. Essa identidade cultural é percebida através de índices (ou indícios) de preconceito, que se manifestam nas muitas pistas deixadas no discurso. Tais índices nada mais são do que as próprias ações nocivas e preconceituosas evidenciadas nas situações apresentadas neste artigo como a violência, a ojeriza e a intolerância pela mera cor da pele. É a partir da situação do negro em determinado contexto e mediado pela linguagem, sendo ela verbal ou semiótica, é que o sentido parece emergir. É na consideração do interdiscurso e das muitas vozes reverberantes no texto que a identidade cultural surge, evidenciando indícios para o irromper de uma fala de resistência, tão necessário no atual panorama mundial.

## Referências

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Livro IV, 3, 1005b apud FARIA, Maria do Carmo B. de. *Aristóteles: a plenitude como horizonte do ser*. São Paulo: Moderna, 1994.

ASSIS, Marta Diniz Paulo de and CANEN, Ana. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. *Cad. Pesqui.* [online]. 2004, vol.34, n.123

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva. In: *Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 73-95.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*. UFG campus catalão, v.15, no. 1, 2011.

CANEN, Ana. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. *Cadernos de Pesquisa*, n.111, p.135-150, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.) *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002. p.174-195.

CASELL, Catherine; GILLIAN, Symon. *Qualitative Methods in Organizational Research: A Practical Guide*. London: Sage, 1994.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHASKO, Jonathan; DIONET, Alcemar. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. *Grau Zero — Revista de Crítica Cultural*, Bahia, v. 5, n. 1, 2017

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-179.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. O estranho

espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean- Jacques. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos (SP): EdufScar, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Péricles Cunha. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, MICHEL . **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. [Trad. Eni P. Orlandi et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. O discurso jornalístico e seus rituais. **Revista ECOPOS**, Rio de Janeiro: v. 10, n. 2, jul/dez, 2007

#### Websites Consultados

BLOG DO GERALDI. <https://blogdogeraldi.github.io/autores/> - acesso em: 22/11/2020

SITE DA FOLHA. <https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2020/07/quem-e-o-rapper-emicida/> - acesso em: 22/11/2020

INSITUTO GELEDÉS. <https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> - acesso em: 22/11/2020

#### Obras Consultadas E Não Referenciadas

DENZIN, Norman Kent.; LINCOLN, Yvonna Sessions. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

## A campanha negativa dos presidenciáveis do Facebook em 2018

Doacir Gonçalves de Quadros<sup>1</sup>  
ORCID: 0000-0002-6652-9738

Pedro Felipe Silva<sup>2</sup>  
ORCID: 0000-0003-4360-8246

**Resumo:** Este artigo analisa o uso de campanha negativa na rede social Facebook pelos cinco principais candidatos à Presidência do Brasil durante o pleito de 2018, comparando o uso, a relevância e as estratégias predominantes no uso da rede social. A pesquisa foi realizada por meio da coleta de postagens pelo aplicativo Netvizz entre 16 de agosto e 28 de outubro de 2018, sendo 1.678 durante o primeiro turno e 162 postagens no segundo turno, totalizando 1.840. Em primeiro lugar, por meio da grade de Aggio (2011), essas postagens foram classificadas em 11 categorias, uma das quais é a campanha negativa. Em seguida, foram analisados a partir da tipologia proposta por Steibel (2005) somente as postagens negativas, a fim de entender quem foram os alvos, que tipos de campanha negativa (ataque, crítica e comparação) realizaram-se e qual foi o espaço estratégico da campanha negativa na campanha de cada candidato. Os resultados indicam que a campanha negativa foi pouco empregada no primeiro turno em virtude do grande número de candidatos; no segundo turno o seu uso foi maior e focou majoritariamente aspectos pessoais em detrimento dos aspectos políticos.

**Palavras-chave:** política brasileira. eleições. redes sociais. comunicação política.

---

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política do Mestrado Acadêmico em Direito do Centro Universitário UNINTER. Possui doutorado em Sociologia (UFPR) na área de concentração Cultura e Poder, Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia Política (UFPR).

<sup>2</sup> Bacharel em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (Uninter) e pós-graduando em Políticas Públicas pela Faculdade Unina. Pesquisador voluntário do projeto de pesquisa “Mídia e política: o facebook e o twitter nas eleições de 2018 para presidente e para governador do Paraná”.

**Abstract:** This article analyzes the use of negative campaigns on the social network Facebook by the five main candidates for the Presidency of Brazil during the 2018 election, comparing the use, relevance and predominant strategies in the use of the social network. The research was carried out through the collection of posts by the Netvizz app between August 16 and October 28, 2018, with 1,678 during the first round and 162 posts in the second round, totaling 1,840. First, through Aggio's (2011) grid, these posts were classified into 11 categories, one of which is the negative campaign. Then, based on the typology proposed by Steibel (2005), only the negative posts were analyzed, in order to understand who the targets were, what types of negative campaigns (attack, criticism and comparison) were carried out and what was the space of the negative campaign within each candidate's campaign. The results indicate that the negative campaign was little used in the first round due to the large number of candidates, in the second round the use was greater and that it focused mostly on personal aspects to the detriment of political aspects.

**Keywords:** brazilian politics. elections. social networks. political communication.

**Resumen:** Este artículo analiza el uso de campaña negativa en la red social Facebook por parte de los cinco principales candidatos a la Presidencia de Brasil durante las elecciones de 2018, comparando el uso, la relevancia y las estrategias predominantes en el uso de la red social. La investigación se realizó a través de la recolección de publicaciones por la aplicación Netvizz entre el 16 de agosto y el 28 de octubre de 2018, con 1.678 durante la primera ronda y 162 publicaciones en la segunda ronda, totalizando 1.840. Primero, a través de la grilla de Aggio (2011), estas publicaciones fueron clasificadas en 11 categorías, una de las cuales es la campaña negativa. Luego, con base en la tipología propuesta por Steibel (2005), solo se analizaron las publicaciones negativas, con el fin de comprender quiénes eran los objetivos, qué tipos de campañas negativas (ataque, crítica y comparación) se llevaron a cabo y cuál era el espacio estratégico. de la campaña negativa en la campaña de cada candidato. Los resultados indican que la campaña negativa fue poco utilizada en la primera vuelta debido a la gran cantidad de candidatos; en la segunda vuelta su uso fue mayor y se centró mayoritariamente en aspectos personales en detrimento de los aspectos políticos.

**Palabras clave:** política brasileña. elecciones. redes sociales. comunicación política.

## Introdução

O objetivo no presente artigo é refletir sobre o uso da campanha negativa como estratégia eleitoral na disputa das eleições de 2018 para Presidente da República no Brasil. Em nosso entendimento, a campanha negativa como estratégia eleitoral refere-se a ações em que os candidatos, para conquistar o eleitor, atacam ou desacreditam seus oponentes via meios de comunicação. A literatura sobre o assunto evidencia que a campanha negativa tem-se mostrado uma estratégia importante nas campanhas eleitorais, sobretudo a partir dos anos 1950, nos Estados Unidos, pois, com a profissionalização das campanhas, seu uso passou a ter maior destaque (LOURENÇO, 2009; BORBA, 2012).

No Brasil, o estudo sobre campanhas negativas ganhou importância a partir do embate entre Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional (PRN)) e Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores (PT)), no segundo turno das eleições de 1989 (BORBA, 2012). Com isso, a campanha negativa passou a ter maior importância no meio político, uma vez que os candidatos lidam com esta tática de maneira estratégica, pois, ao mesmo tempo em que podem ser favorecidos pelo seu uso, também podem ser afetados por ela.

É nesse contexto que se insere o presente artigo, que busca entender se a campanha negativa teve relevância estratégica para os candidatos à Presidência da República em 2018, e como ela foi utilizada. Para tanto, elencamos como objeto de estudo a campanha presidencial no Facebook dos principais candidatos de 2018: Ciro Gomes, Marina Silva, Geraldo Alckmin, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. A coleta de postagens foi realizada pelo aplicativo Netvizz entre 16 de agosto e 28 de outubro de 2018, compreendendo o período eleitoral. Como norte deste estudo, baseados na literatura existente sobre campanha negativa, foram elencadas as seguintes hipóteses:

- I. Jair Bolsonaro, que cresceu na escolha popular usando a campanha negativa nas redes sociais antes do pleito, não abandonaria a estratégia durante as eleições e faria maior uso da campanha negativa que o segundo colocado de acordo com as pesquisas de intenção de voto;
- II. O PT seria o alvo preferencial da campanha negativa feita pelos competidores no primeiro turno, com o intuito de desqualificar a imagem do partido de afiançador da candidatura escolhida pelo partido. Nas



eleições de 2018 a candidatura de Lula lançada inicialmente pelo partido foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 11 de setembro e, em seu lugar, entrou Fernando Haddad;

- III. A tendência ao uso de campanha negativa com ataques pessoais é maior em um cenário eleitoral altamente polarizado, com escândalos envolvendo partidos e candidatos e com várias candidaturas com potencial para chegar ao segundo turno.

Para atingir o objetivo proposto optamos por estruturar este artigo da seguinte forma: inicialmente refletimos sobre o que é a campanha negativa, seus benefícios e suas limitações como estratégia eleitoral. Em seguida, abordamos o contexto da eleição de 2018, a fim de mostrar quais foram os fatores que tornaram essa eleição diferente das anteriores. Na sequência, apresentamos os aspectos metodológicos desta pesquisa e a análise empírica dos dados levantados junto ao Facebook dos candidatos selecionados a Presidente da República em 2018. Para concluir, apresentamos alguns comentários finais.

## **A Campanha Negativa**

Para Sampaio (2013), a campanha negativa pode ser percebida por alguns traços. O autor indica que a campanha pode ser considerada negativa quando, da parte de determinado candidato, há a utilização de recursos com o objetivo de definir junto aos eleitores que o perfil de um ou mais adversários está inadequado. Já Steibel (2005) entende que a campanha negativa, assim como a campanha positiva, tem por objetivo diminuir a base de apoio contrária, conquistar o voto de eleitores indecisos e aumentar a margem de sustentação do candidato que pratica esse tipo de campanha. Entretanto, as campanhas positiva e negativa não têm o mesmo objeto de discurso: a campanha positiva destaca os pontos positivos do patrocinador, no caso o político que está patrocinando a campanha; já a campanha negativa destaca os pontos negativos do candidato adversário. A partir desses dois conceitos podemos sintetizar o conceito de campanha negativa adotado neste estudo: a campanha negativa consiste em uma ação na qual os candidatos atacam ou desacreditam seus oponentes, visando ressaltar aspectos negativos de atributos pessoais ou políticos, a fim de obter votos e vantagens com isso.

Dentre as tipologias que buscam estratificar a campanha negativa, adotamos para a análise dos dados a elaborada por Steibel (2005). O autor oferece uma tipologia “guarda-chuva”, que engloba três conceitos menores dentro de um conceito maior (no caso, a campanha negativa). Esses conceitos menores são: a crítica, a comparação e o ataque. Como afirma Steibel (2005: 113):

Em termos gerais, “crítica” é toda mensagem que pretende posicionar negativamente o adversário dentro de um eixo temático; “comparação” é toda mensagem que pretende, com base em uma linha temática comum entre os candidatos (saúde, segurança, gestão pública etc.), ressaltar diferenças entre os candidatos; “ataque” é toda a mensagem que pretende, a partir de pontos pessoais, desvalorizar a imagem do adversário.

Esse conceito guarda-chuva é importante para o desenvolvimento desta pesquisa. A crítica e a comparação permitem-nos identificar se uma campanha focou mais aspectos racionais, ligados ao debate público e à atuação parlamentar, ou se a campanha focou em ataques, ofensas pessoais e escândalos envolvendo a vida íntima dos candidatos, o que não contribui para um debate informativo.

Vale ressaltar que um dos fatores que gera o emprego da campanha negativa pelos candidatos é que ela estimula o medo no eleitor. Como afirma Sampaio (2013), diante de um cenário em que o interesse do eleitor está em risco, o votante sente-se mais motivado a impedir a vitória daquele que ameaça seus interesses. Todavia, vale destacar que a campanha negativa também causa problemas “logísticos” para o candidato alvo, visto que, para elaborar e emitir uma resposta à mensagem negativa, o candidato atingido perde tempo e recursos que seriam úteis futuramente. De mais a mais, a ausência de uma resposta pode ser percebida como impossibilidade de contra-argumento (SAMPAIO, 2013).

Mas caso seja usada com muita frequência, a campanha negativa, assim como qualquer estratégia, tem suas limitações e às vezes causa efeitos danosos para o candidato que a usa. Como afirmam Moreira e Sierra (2014), no Brasil existem limitações formais e materiais legítimas na legislação infraconstitucional, que limitam e regulamentam o uso da campanha negativa no país. Dentre essas limitações podemos citar os artigos 323 e 324 do Código Eleitoral, que legislam sobre a divulgação de fatos inverídicos ou caluniosos; o artigo 57-H, § 1º, da Lei n. 9504/97 (Lei Eleitoral), que legisla sobre a contratação de pessoas para emitir mensagens a fim de ofender a honra ou a imagem de candidato, e legisla também sobre o direito de resposta, que possibilita ao político lesado ter um espaço para

posicionar-se a respeito do que foi apresentado contra sua pessoa (MOREIRA; SIERRA, 2014)<sup>3</sup>.

Além das limitações jurídicas, podemos ressaltar também os efeitos interpretativos e a composição do sistema partidário como fatores que influenciam o uso ou não da campanha negativa. Como é baixo o controle sobre como se dá a recepção das mensagens, ou seja, como a mensagem será interpretada pelo receptor, muitos candidatos tendem a moderar seus ataques, visto que ataques desmedidos podem provocar um “efeito bumerangue”, em que um candidato usa uma campanha negativa para tentar tirar votos do adversário, mas o efeito é o oposto do desejado e o patrocinador da campanha negativa acaba perdendo votos (SAMPAIO, 2013; JOATHAN, 2017).

No tocante à composição do sistema partidário, o aspecto multipartidário característico no primeiro turno das eleições resulta em que a adoção estratégica da campanha negativa pelos candidatos tende a ser menor; com isso, evita-se assim que um outro candidato beneficie-se (JOATHAN, 2017). No caso do segundo turno, assim como em sistemas bipartidários, o volume de campanha negativa tende a ser maior, visto que o benefício (caso ele exista) irá diretamente para o patrocinador. Como afirma Borba (2012), os segundos turnos brasileiros seguem essa linha e mostram-se mais negativos que os primeiros turnos. Testaremos aqui esta hipótese aventada por Borba. Entendemos que em um cenário altamente polarizado, com vários candidatos podendo disputar o segundo turno e com vários escândalos envolvendo os candidatos e os partidos, o número de ataques pessoais é superior aos outros tipos de estratégias eleitorais no Facebook.

## **Campanha Negativa Nas Redes Sociais**

Como afirma Miguel (2002), o desenvolvimento dos meios de comunicação durante o século XX modificou o ambiente político. As relações entre líderes políticos e bases sociais, entre cidadãos e questões públicas e até mesmo a forma de governar sofreram o impacto da evolução tecnológica dos meios de comunicação de massa.

---

<sup>3</sup> Para Moreira e Sierra (2014), de acordo com a legislação infraconstitucional, para que haja configuração de excesso e o conseqüente direito de resposta, a propaganda tem que ser caluniosa, difamatória ou injuriosa; em outras palavras, a propaganda deve constituir crimes. A despeito disso, vale ressaltar que há outros limites à propaganda negativa: a própria Constituição Federal, que, no relativo à abrangência da liberdade de expressão, estabelece certos critérios de limitação dessa liberdade, para proteção do indivíduo e do interesse público.

A comunicação de massa trouxe para a política vários pontos positivos; entre eles, o destaque é para a informação via jornal impresso, rádio, revistas e televisão que chegam até o eleitor, sendo assim um atalho cognitivo que não necessita de altos custos para obtenção de conhecimento sobre os assuntos relacionados à política.

A partir da década de 1990, a evolução dos meios de comunicação culminou na comunicação via *internet*. No início dessa década surgiram as primeiras campanhas políticas digitais, o que abriu caminho para uma nova forma de comunicação política. Em meados de 1990, vários entusiastas da *internet* ressaltaram as características positivas dessa nova mídia, que possibilitaria uma divulgação maior de conteúdos e, principalmente, um estreitamento da relação entre eleitor e representante. Para tais entusiastas, a *internet* permitiria que as campanhas eleitorais fossem mais abertas e interativas, resultando em que os candidatos atingissem com suas estratégias específicas vários grupos de eleitores, realizando um debate plural por meio de um canal alternativo para a conquista do voto e para receber as opiniões dos eleitores. A partir disso, no âmbito da *internet*, é claro que os Sites de Redes Sociais (SRS) – como é o caso do Facebook – estão abertos a investigações que focam as estratégias de campanha negativa em períodos eleitorais que utilizam tais recursos.

É importante destacar o pequeno avanço em pesquisas sobre campanha negativa no Brasil, bem como a existência de poucos trabalhos sobre o uso dessa estratégia na *web*. Na literatura sobre o assunto se sobressai estudos que mostram que a campanha negativa traz riscos a candidatos e a partidos que a utilizam, como por exemplo, o “efeito bumerangue” (BAUMGARTNER, 2013). Para a contenção desse risco outros trabalhos mostram o uso de campanha negativa não oficial e disseminada por grupos não oficiais de modo a reduzir os efeitos desta estratégia sobre as candidaturas referendadas por esses grupos não oficiais (DOWLING & WITCHOWSKY, 2015; ALVES, 2017). Além disso, nunca é demais observar que, quando olhamos as campanhas negativas nas redes sociais, devemos levar em consideração a peculiaridade brasileira que se origina de sua legislação eleitoral específica.

A partir de uma análise atenta dos últimos pleitos, podemos dizer que no Brasil a prática de campanha negativa *online* pode ser notada pela primeira vez na disputa presidencial de 2002, em que os principais candidatos – Lula (PT), José Serra (Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)), Anthony Garotinho

(Partido Socialista Brasileiro (PSB)) e Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista (PDT)) – adotaram o uso dos *websites* para divulgar informações da disputa e atacar os adversários (SAMPAIO, 2013). Até então não havia redes sociais relevantes no Brasil, o que começou a mudar em 2004, ano em que o Orkut popularizou-se. Todavia, nas eleições para cargos municipais não foi registrado o uso da plataforma pelos candidatos, mesmo não existindo uma legislação eleitoral para a propaganda no Orkut (CHAIA, 2007).

A partir da Lei n. 12.034/2009, em seu art. 57-B, IV, passou a existir uma regulamentação do uso das redes sociais e *blogs* nas campanhas eleitorais. Após a promulgação dessa lei e com os avanços da *internet* no país, os políticos e suas equipes passaram por uma imersão, que começou no Twitter, por volta de 2010, e depois para o Facebook por volta de 2014 (CARLOMAGNO, 2015). Em consequência, as pesquisas acadêmicas voltaram seus olhos para as redes sociais nas eleições, o que possibilitou importantes trabalhos, com destaque para Sampaio (2013), Santos *et al.* (2014), Rossini *et al.* (2016), Sousa e Marques (2016) e Joathan (2017), dentre outros.

Rossini *et al.* (2016) afirmam que pesquisas sobre o uso de *email* em campanhas para o poder Legislativo sugerem que, em corridas eleitorais em que não há incumbentes, os candidatos tendem a adotar discursos positivos no início da campanha e tornam-se negativos conforme a data da eleição se aproxima. Como afirmam os autores (ROSSINI *et al.*, 2016: 156):

O uso de ataque é mais recorrente por candidatos que estão em desvantagem na corrida eleitoral e que a competitividade do pleito está positivamente relacionada ao aumento do uso de mensagens de ataque. Candidatos incumbentes, entretanto, estariam menos inclinados a apostar nestas estratégias, sobretudo quando estão em vantagem nas pesquisas de intenção de voto.

Dialogando com os autores acima, voltamos nossos olhos para a eleição de 2018. Nessa eleição não havia incumbente no âmbito do poder Executivo federal e vários candidatos buscavam uma vaga para o segundo turno, o que aumenta a competitividade. Além disso, o cenário muito polarizado indicava que o número de ataques poderia ser maior, de modo que a eleição de 2018 torna-se atrativa para o estudo da campanha negativa. Como hipótese neste assunto, argumenta-se aqui que o candidato Jair Bolsonaro, que cresceu na escolha popular usando a campanha negativa nas redes sociais antes do pleito, não abandonaria a estratégia durante as eleições e faria mais uso da campanha negativa que o segundo colocado.

Por fim, presumimos também como hipótese que o PT, como partido, seria o alvo preferencial no uso da campanha negativa no primeiro turno da disputa, ao invés do seu candidato Fernando Haddad. Argumentamos que isso ocorreu devido aos adversários de Haddad buscarem desconstruir a imagem do PT como aiançador dessa candidatura. Tal estratégia dos adversários de Haddad mostrava-se promissora devido ao partido estar no centro do escândalo político investigado pela Operação Lava Jato (2014-2021), levada a cabo pela Polícia Federal e julgada pela Justiça Federal; tal operação investigou crimes de corrupção, tendo profundos efeitos sobre a legitimidade eleitoral de lideranças políticas do PT, como, em 2016, o impedimento da ex-Presidente Dilma Rousseff (reeleita pelo PT em 2014), bem como a impugnação da candidatura de Lula a Presidente da República pelo TSE em 2018, tendo como base a Lei da Ficha Limpa (que considera inelegíveis candidatos condenados em segunda instância).

### Apontamentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada por meio da coleta de postagens pelo aplicativo Netvizz entre os dias 16 de agosto e 28 de outubro de 2018, englobando o período eleitoral de 2018. Foram coletadas 1.678 postagens feitas durante o primeiro turno (16/08 a 7/10/2018) e 162 postagens feitas no segundo turno (8/10 a 28/10/2018), totalizando 1.840 postagens.

De acordo com o cenário eleitoral de 2018 e levando em conta a relevância dos candidatos de acordo com as intenções de voto durante a eleição, selecionamos os perfis dos seguintes candidatos no Facebook:

- **Jair Messias Bolsonaro** – candidato do Partido Social-Liberal (PSL), com 27 anos de atuação como Deputado Federal e líder absoluto de todas as pesquisas durante o pleito;
- **Geraldo Alckmin** – quatro vezes Governador do estado de São Paulo e Presidente Nacional do PSDB, partido ao qual foi filiado por mais de 30 anos. Alckmin disputou a Presidência da República em 2006 e ficou em segundo lugar;
- **Ciro Gomes** – político com mais de 30 anos de vida pública, foi titular de cargos de grande relevo como Governador do Ceará, Ministro da Fazenda e Ministro da Integração Nacional. Em 2018 surgiu como um

dos grandes nomes da centro-esquerda brasileira. Ciro Gomes disputou a Presidência da República em 2002 e ficou em terceiro lugar;

- **Marina Silva** – ex-Ministra do Meio Ambiente, ex-Senadora pelo Acre, Marina Silva foi duas vezes candidata à Presidência da República antes de 2018, tendo ficado em ambas as vezes em terceiro lugar, sendo que em 2014 conseguiu 21% dos votos e, em 2010, 19% dos votos;
- **Fernando Haddad** – foi Ministro da Educação por sete anos, ex-Prefeito de São Paulo e, depois de alguns dias de campanha, em 11 de setembro de 2018 foi anunciado como candidato pelo PT e pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (após este último ter tido sua candidatura impugnada pelo TSE).

Para dividir e quantificar os dados, usamos a grade de temas empregada elaborada por Aggio (2011) para análise das estratégias nas redes:

- 1) **Agenda:** divulgações para participar de eventos e atividades de campanha presencialmente ou acompanhá-las por meio de transmissões *online*;
- 2) **Exibição de capital político:** exibições de prestígio no campo político;
- 3) **Exibição de capital social:** mensagens que cumprem a função de exibir ou anunciar o apoio de personagens públicos com a finalidade de obter prestígio social; há referências a cidadãos comuns e a celebridades;
- 4) **Posicionamento:** posições em questões de interesse público;
- 5) **Divulgação de notícias:** informações e notícias de veículos de comunicação;
- 6) **Campanha negativa:** comentários negativos que visam tirar a credibilidade dos adversários;
- 7) **Tentativa de criar engajamento:** ações *online* e instrução de engajamento e convocação para atos presenciais;
- 8) **Pessoal ou intimidade:** mensagens apolíticas e gostos pessoais;
- 9) **Promessas e projetos de campanha:** divulgações de tópicos de campanha;
- 10) **Realização passadas:** divulgações de conquistas enquanto ocupava cargos de poder;
- 11) **Outros:** postagens que não se enquadram em outras categorias, podendo ser voltadas a temas apolíticos ou a mescla de mais de um tipo de postagem,

o que impossibilitaria a inclusão em uma única categoria.

Visando entender qual tipo de campanha negativa foi preferencial na campanha dos candidatos, adotou-se a metodologia empregada por Steibel (2005). Segundo o autor, a campanha negativa divide-se em três subcategorias, a saber:

- **Crítica:** toda mensagem que pretende posicionar negativamente o adversário em um eixo temático, relacionada diretamente à sua atuação como político;
- **Comparação:** toda mensagem que, com base em uma linha temática comum entre os candidatos (saúde, segurança, gestão pública etc.), pretende ressaltar diferenças entre os candidatos;
- **Ataque:** toda mensagem que, a partir de pontos, posições e opiniões pessoais, pretende depreciar a imagem do adversário.

Após essa categorização os dados foram tabulados e quantificados, sendo balizados pelas hipóteses expostas anteriormente. É importante ressaltar que os conceitos acima são tipos ideais e não se encontram plenamente separados no mundo real. Em muitos casos eles estão mesclados; a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), categorizamos as postagens de acordo com o conteúdo acerca da frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências nos textos das postagens coletadas. Diante disso, para empreender a análise, trabalhamos os conceitos e as categorias como autoexcludentes.

---

III

## **Análise dos Resultados**

O cenário de 2018 foi um dos mais imprevisíveis e complexos para uma eleição do poder Executivo federal desde a redemocratização pela qual o Brasil passou em 1989. Após 14 anos de governo do PT (2002 a 2016) e de um processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (2014-2016), o cenário político passou por uma reestruturação e novos candidatos surgiram.

Em meio a um cenário político conturbado desde 2016, com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, políticos e partidos alinharam alianças políticas e trabalharam na construção de suas imagens nos principais meios de comunicação do país, televisão e *internet*, tendo como foco a disputa para as eleições. Esses realinhamentos e reelaborações das imagens públicas ocorreram apesar de a



Resolução n. 23.551, de 18 de dezembro de 2017, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), definindo que a propaganda eleitoral no rádio, na televisão e na *internet* seriam lícitas somente a partir de 16 de agosto de 2018.

Em virtude desses fatores, o cenário eleitoral de 2018 no Brasil para a disputa presidencial possui alguns aspectos distintos dos das eleições anteriores. Desde 2013 o país atravessou uma onda de protestos de rua contra os governos e a favor do combate à corrupção com uma das principais pautas. Os governos de Dilma Rousseff (PT) e, posteriormente, entre 2016 e 2018, de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro (MDB)) apresentaram níveis de reprovação elevados, além de estagnação econômica. Em 2017 uma reforma eleitoral proporcionou algumas mudanças significativas para eleitores e candidatos. A campanha eleitoral iniciou-se em 16 de agosto, tendo 45 dias de exposição oficial dos candidatos, o que representou metade do período relativo às eleições de 2014. Isso resultou em que as candidaturas deveriam aproveitar ao máximo o período eleitoral para a conquista dos votos dos eleitores. O horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão iniciou-se em 31 de agosto. O tempo reduzido de campanha aumentou a importância das coligações, que garantem mais tempo do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, além da distribuição de verba pública do Fundo Eleitoral.

Todavia, o número de 13 presidenciais dificultou a composição de coligações majoritárias, tornando a disputa pulverizada. Entre os presidenciais houve candidatos em sua primeira disputa e também nomes que já haviam participado de pleitos anteriores. O PT continuava como uma força política, mas já não tinha o mesmo protagonismo de outros momentos, tendo seu grande trunfo ancorado na imagem do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém, em setembro de 2018 o Tribunal Superior Eleitoral (STF) julgou e rejeitou a candidatura de Lula tornando-o inelegível com base na Lei da Ficha Limpa. Caberia ao PT lançar outro candidato para a disputa, e o escolhido foi Fernando Haddad.

O então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, que era tachado de figura caricata e com pouca relevância parlamentar (mesmo tendo sido Deputado Federal por quase 30 anos), ascendeu de maneira surpreendente por meio do uso de suas redes sociais, criticando duramente a classe política e a situação do país. Nesse sentido, antes mesmo do início da campanha, Bolsonaro já usava largamente o artifício da campanha negativa como ferramenta para posicionar-se como o

candidato antissistema. Outros nomes relevantes já eram conhecidos do grande público, como Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (Rede Sustentabilidade) e Ciro Gomes (PDT).

Antes mesmo do início da corrida eleitoral, era nítido que o cenário era de grande acirramento, havendo claras indicações de que haveria segundo turno; entretanto, em momento nenhum ficou nítido qual seria a dupla de candidatos que comporia essa segunda etapa da disputa eleitoral. Essa condição de acirramento, combinada com a divisão do tempo de televisão e o curto espaço temporal entre o início da campanha e as eleições, colocaram os candidatos em uma luta constante para promoção de imagem, propostas e críticas aos adversários.

Outro aspecto importante para contextualizar o pleito de 2018 foi o avanço tecnológico no Brasil. Em 2018 o acesso à *internet*, em especial por meio de dispositivos de *smartphone*, cresceu bastante em relação aos anos anteriores, o que sem dúvida transformou as redes sociais em elemento crucial na decisão do voto e na estratégia dos candidatos. Diante disso, as redes sociais atuaram como uma fonte importante de campanha. Assim, por exemplo, Jair Bolsonaro tinha apenas 8 segundos de tempo de televisão e as redes sociais foram a fonte primária para a divulgação de notícias, propostas, agenda e campanha negativa, dentre outros elementos da campanha.

A seguir serão examinadas as campanhas individuais dos candidatos, a fim de mostrar como a campanha negativa inseriu-se nas suas estratégias. Vejamos abaixo como se distribuíram as postagens dos candidatos durante o primeiro turno, entre 16 de agosto e 7 de outubro de 2018.

Tabela 1 - Distribuição de posts a partir das categorias adaptadas da Aggio (2011)

Categorias	Jair Bolsonaro	Fernando Haddad	Ciro Gomes	Geraldo Alckmin	Marina Silva	Total por Categoria
Agenda	54	156	120	116	79	525
Capital Político	3	3	35	10	13	64
Capital Social	34	4	95	6	16	155
Posicionamento	23	3	40	7	42	115
Divulgação de Notícias	29	23	13	3	19	87
Campanha Negativa	17	3	6	51	21	98
Engajamento	4	33	32	54	44	167
Pessoal e Intimidade	12	5	3	4	18	42
Propostas de Campanha	3	23	50	31	21	128
Realizações Passadas	1	11	10	30	3	55
Outros	53	49	48	46	46	242
Total de Posts	233	313	452	358	322	1678

Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

A Tabela 1 mostra 1.678 *posts* relativos ao primeiro turno da eleição, sendo que cada um deles foi analisado com as técnicas de análise de conteúdo a fim de entender qual era o conteúdo predominante. Vale lembrar que as categorias são

auto excludentes e que o N neste caso corresponde a 100%. Observa-se que a campanha negativa ocupa um total de 98 postagens do total de 1.678, o que representa 5,8% de postagens durante o primeiro turno.

Fernando Haddad entrou em definitivo na campanha eleitoral no dia 16 de setembro, um mês após o início do pleito. No primeiro turno Haddad fez 313 postagens, sendo que esse número é semelhante aos de Marina Silva (322) e Geraldo Alckmin (358) e superior ao de Jair Bolsonaro (233). Analisando os dados notamos que a estratégia do candidato foi predominantemente voltada para a sua agenda, que ocupou mais de 50% das postagens. Dentre as 11 categorias, a campanha negativa ficou na nona posição, sendo pouco significativa, ao contemplar apenas três postagens (menos de 2%).

Marina Silva, assim como Fernando Haddad, focou sua agenda como principal estratégia de campanha. Para ela, a campanha negativa mostrou-se relevante ainda que não tenha se constituído como estratégia principal: das 11 categorias elencadas, a campanha negativa figurou como quinta colocada, com 21 dos 322 *posts* (6,52% do total) durante o primeiro turno.

A Tabela 1 mostra que Ciro Gomes foi o candidato que fez mais postagens no primeiro turno, com 452 postagens. Em sua campanha, assim como a dos candidatos anteriormente citados, a categoria mais relevante foi agenda; no caso desse presidencial, assim como no de Fernando Haddad, a campanha negativa revelou-se pouco usada entre as 11 categorias: a campanha negativa foi a décima colocada, com apenas seis postagens, que representam aproximadamente 1,32% do total de postagens.

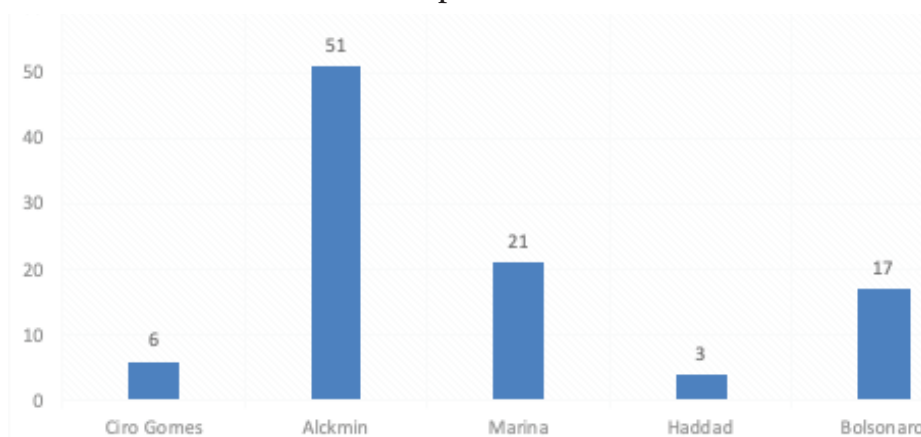
Seguindo o padrão de todos os candidatos apresentados até aqui, Geraldo Alckmin também usou como principal estratégia nas redes sociais a divulgação de sua agenda, mas a campanha negativa inseriu-se de outra forma: ela foi a terceira estratégia mais usada nas postagens. Por fim, com Jair Bolsonaro a divulgação da agenda esteve presente em 54 dos 233 *posts*; a sua campanha negativa foi uma categoria intermediária, ocupando exatamente a mediana entre as categorias: das 11 categorias, a campanha negativa figurou como sexta colocada, com 17 *posts* (7,30%).

De acordo com esses dados é possível concluir que a campanha negativa não figurou entre as principais estratégias de campanha entre os candidatos selecionados, exceto no caso de Geraldo Alckmin, cuja campanha negativa ficou entre as suas três principais estratégias.

## A Campanha Negativa No Primeiro Turno

O Gráfico 1, abaixo, mostra os números brutos de postagens de campanha negativa dos candidatos no primeiro turno.

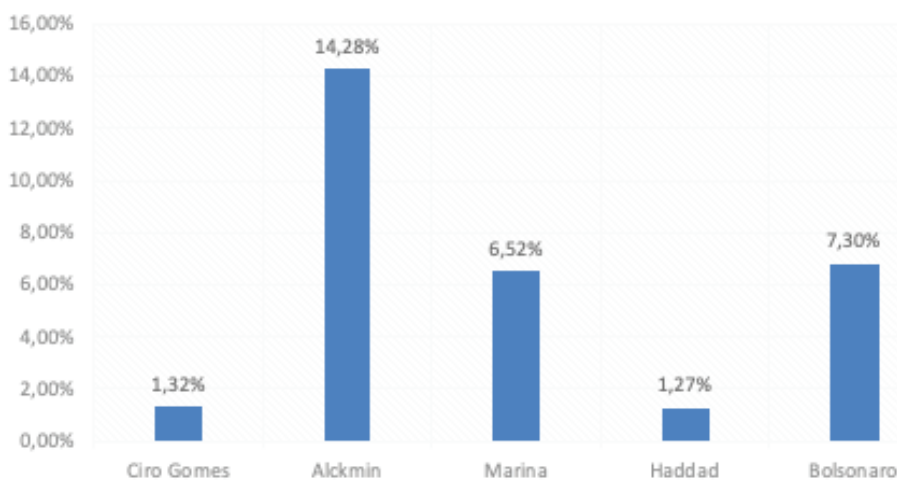
Gráfico 1 - Total de postagens de campanha negativa por candidato durante o primeiro turno



Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

No Gráfico 1 podemos observar que o uso da campanha negativa seguiu a seguinte ordem: Geraldo Alckmin (51 *posts*), Marina Silva (21 *posts*), Jair Bolsonaro (17 *posts*), Ciro Gomes (6 *posts*) e Fernando Haddad (3 *posts*). Nesse sentido, é relevante ressaltar que, dos 98 *posts* de campanha negativa no primeiro turno, um total de 51 *posts* (52,04%) foram de Geraldo Alckmin. Marina Silva e Bolsonaro tiveram números semelhantes. O total de *posts* no primeiro turno, em percentuais, mostra o seguinte:

Gráfico 2 - Percentual de campanha negativa em relação ao total de posts de cada candidato durante o primeiro turno

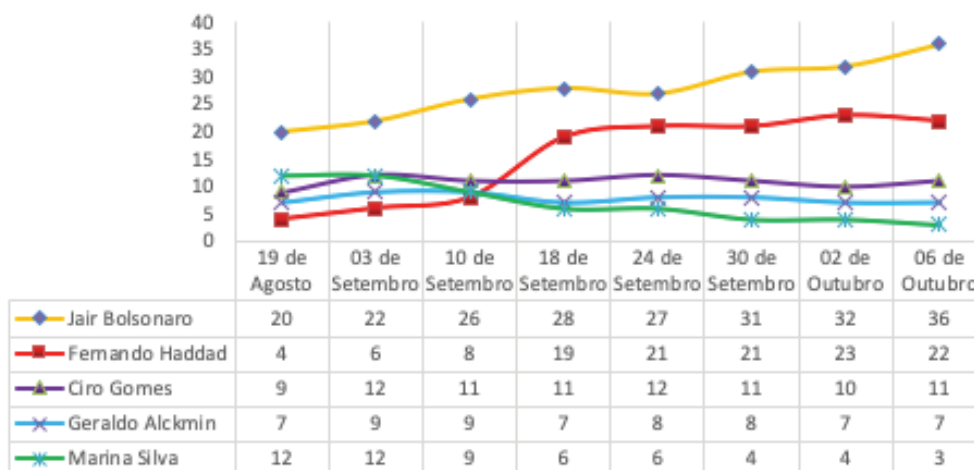


Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

No Gráfico 2, acima, apresentamos os valores percentuais de postagens com campanha negativa. Nele evidencia-se que Geraldo Alckmin foi quem mais empregou a campanha negativa; já Haddad e Ciro Gomes foram os que menos a usaram, porém Marina Silva e Bolsonaro invertem sua posição. Em números percentuais, Jair Bolsonaro foi o segundo colocado no uso da campanha negativa, com 7,30% de seus *posts*. Da sua parte, Marina Silva foi a terceira colocada (6,52%), uma diferença pouco expressiva, porém que deve ser ressaltada para que possamos analisar a hipótese I.

Levando em consideração somente esses dados, a nossa primeira hipótese confirma-se parcialmente. Jair Bolsonaro usou a campanha negativa mais que o segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto. Durante o pleito, Marina Silva, Ciro Gomes e Fernando Haddad alternaram-se em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto do Instituto Ibope (Gráfico 3). Observa-se de acordo com os resultados das pesquisas de intenção de voto que Geraldo Alckmin foi o único que fez mais uso da campanha negativa que Bolsonaro. Alckmin nunca chegou a figurar como segundo colocado. No entanto, em quantidade de *posts* Marina Silva fez mais uso que Jair Bolsonaro.

Gráfico 3 - Pesquisas de intenção de voto durante o pleito de 2018



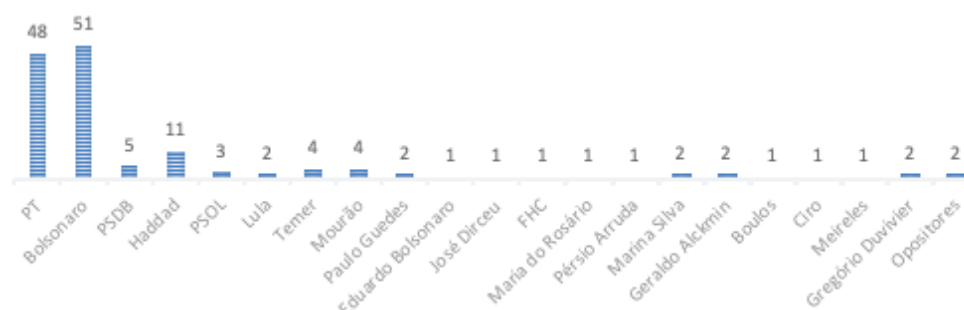
fonte: instituto ibope

A segunda hipótese a testar é a de que, em virtude da impugnação da candidatura de Lula após o início da campanha eleitoral e da entrada tardia de Fernando Haddad na disputa, o PT seria o alvo preferencial da campanha negativa no Facebook dos candidatos no primeiro turno. O PT como alvo preferencial decorre da estratégia de afetar a imagem do partido como afiançador da candidatura do respectivo candidato. Essa estratégia dos adversários do PT foi corroborada

pelo impasse no lançamento de uma candidatura pelo partido e também porque o PT estava entre os principais partidos investigados pela Operação Lava Jato. Acrescenta-se também a isso o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, eleita pelo PT, e a estagnação econômica no país desde o governo de Dilma. Esses fatores em conjunto contribuíram para que o PT despontasse como o principal alvo das estratégias de campanha negativa no Facebook.

Para testar essa hipótese, do Gráfico 4, a seguir, constam os alvos de cada postagem de campanha negativa. Vale destacar que no gráfico abaixo o N é maior que o número total de postagens de campanha negativa porque uma única postagem no Facebook pode servir para atingir mais de um alvo.

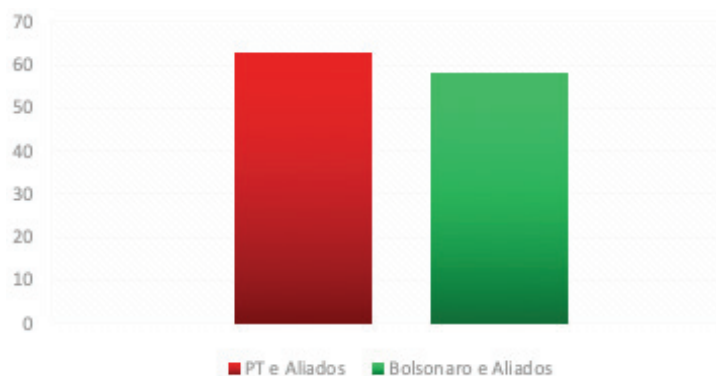
Gráfico 4 - Alvos de campanha negativa durante do primeiro turno



Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

Conforme os dados acima, no primeiro turno o candidato Jair Bolsonaro foi o alvo preferencial no conteúdo das campanhas negativas. O candidato Bolsonaro foi citado negativamente em 51 *posts*, seguido por 48 citações negativas contra o PT e 11 contra Haddad. O PT não foi o alvo preferencial dos ataques. Porém, a campanha negativa muitas vezes opta por não atingir diretamente o alvo, mas, sim, seus arredores, a fim de acertá-lo indiretamente. Nesse sentido, o Gráfico 5, abaixo, elenca o PT e seus aliados citados em *posts* negativos (Haddad, Lula, a Deputada Federal Maria do Rosário e o ex-Ministro e ex-Deputado Federal José Dirceu) e do outro lado Jair Bolsonaro e seus aliados citados em *posts* negativos (o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, o economista Paulo Guedes e o General e candidato a vice-Presidente Hamilton Mourão).

**Gráfico 5 - Número total de posts das categorias: Bolsonaro e Aliados e PT e Aliados**



Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

Ao agregar os dados, observa-se que o PT e suas lideranças políticas foram os principais alvos da campanha negativa no Facebook durante o período analisado – foi alvo de 63 citações negativas –, enquanto Jair Bolsonaro e seus aliados foram o alvo de 58 citações.

A hipótese seguinte refere-se a um cenário eleitoral polarizado e com vários candidatos podendo disputar um segundo turno: em tal ambiente, a hipótese é a tendência de que a campanha negativa concentre-se em ataques pessoais em detrimento da crítica e das comparações.

A ideia de ataque pessoal advém do conceito guarda-chuva de Steibel (2005), em que a campanha negativa abarca três categorias.

**Tabela 2 - Descrição da campanha negativa a partir das categorias: Crítica, Ataque e Comparação por candidato**

Candidato	Crítica	Ataque	Comparação
Jair Bolsonaro	0	17	0
Marina Silva	8	13	0
Geraldo Alckmin	23	21	7
Fernando Haddad	2	1	0
Ciro Gomes	3	3	0
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>55</b>	<b>7</b>

Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

Dos 98 *posts* de campanha negativa do primeiro turno (Tabela 2), um total de 55 (56,12%) postagens foram de ataque, seguido de 36 de críticas e 7 de comparação. A crítica faz referência às atitudes políticas dos candidatos na disputa. A comparação incita a contrapor projetos, propostas de campanha e o ataque visa depreciar a imagem pessoal dos candidatos. Portanto, os dados

sugerem que a campanha negativa no Facebook foi adotada estrategicamente para o ataque a posições pessoais dos candidatos.

Conforme a Tabela 2, Jair Bolsonaro usou 100% dos seus *posts* (17) de campanha negativa para atacar seus adversários. Além de Bolsonaro, podemos destacar Marina Silva, que dedicou 13 (61,90%) de suas postagens de campanha negativa para atacar adversários; Ciro Gomes, que utilizou três postagens (50%), e Geraldo Alckmin, que utilizou 21 *posts* (41,17%).

No caso de Geraldo Alckmin é interessante notar que só as suas postagens de ataque representaram um número superior ao de todas as campanhas negativas (comparação, crítica e ataque) de seus adversários. Além disso, Geraldo Alckmin também foi o que mais usou a crítica (23 *posts*); em números absolutos, ele também superou a soma de todos os seus adversários. Todavia, somente Geraldo Alckmin usou a comparação (7 *posts*) como estratégia durante o primeiro turno. Por fim, Fernando Haddad usou uma postagem para atacar e duas para criticar seus adversários. Nesses termos, o ataque representou 33% de seus *posts* de campanha negativa; dessa forma, em comparação com seus adversários, sua campanha foi a que menos empregou essa estratégia.

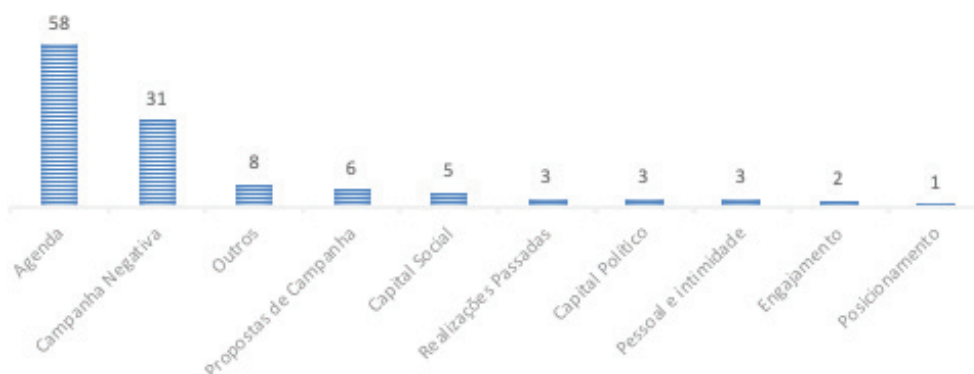
## A Campanha Negativa No Segundo Turno

No segundo turno, entre 8 e 28 de outubro, foram coletadas 162 postagens nos perfis do Facebook de Jair Bolsonaro e de Fernando Haddad. Nesse período, a campanha negativa tomou mais volume entre as estratégias usadas pelos candidatos. Haddad fez 120 postagens, sendo que a campanha negativa representou 25,80% das postagens (31 *posts*).

Dessa forma, a campanha negativa tornou-se a segunda categoria mais importante para o candidato; além disso, cabe destacar que o número de postagens subiu de três no primeiro turno para 31 postagens no segundo turno.



Gráfico 6 - Quantidade de posts, por categoria, do candidato Fernando Haddad no 2º turno das eleições de 2018

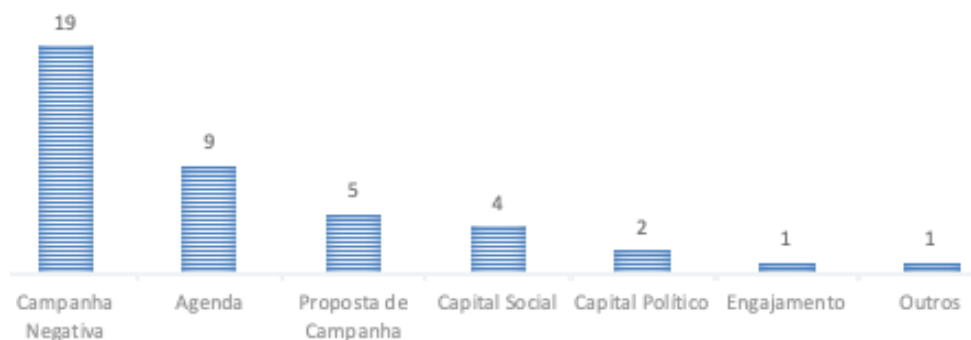


Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

Bolsonaro, conforme o Gráfico 7, teve na campanha negativa sua principal estratégia: ela fez 45,23% das postagens do candidato (19 de 42 posts). Dessa forma, Haddad fez mais campanha negativa em número de postagens; todavia, por outro lado, em números percentuais, Bolsonaro fez mais uso da campanha negativa.

Nesse sentido, o segundo turno manteve o padrão identificado no primeiro turno das eleições. Dentre os candidatos, Jair Bolsonaro foi o que mais usou percentualmente a campanha negativa no Facebook.

Gráfico 7 - Quantidade de posts, por categoria, do candidato Jair Bolsonaro no 2º turno das eleições de 2018



Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

Tabela 3 - Quantificação da campanha negativa a partir das categorias: crítica, ataque e comparação

Candidato	Crítica	Ataque	Comparação
Jair Bolsonaro	9	8	2
Fernando Haddad	17	11	3
Total	26	19	5

Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

Conforme a Tabela 3, comparando-se os dados coletados do primeiro com os do segundo turno, pode-se observar que a campanha negativa de ataque perdeu espaço no Facebook para a crítica e a comparação. Porém, ao longo do pleito, somando os dois turnos, o ataque foi a estratégia mais utilizada pelos candidatos.

Tabela 4 - Total de postagens de campanha negativa no primeiro e segundo turno, dividido pelas categorias: crítica, ataque e comparação

Turno	Crítica	Ataque	Comparação
Primeiro	36	55	7
Segundo	26	19	5
Total	62	74	12

Fonte: Os autores a partir de dados coletados no aplicativo Netvizz

Na Tabela 4, acima, podemos identificar que a categoria ataque, com 74 *posts*, representou ao todo 50,00% das postagens de campanha negativa de toda a campanha eleitoral.

## Considerações Finais

Neste artigo parte-se do pressuposto da importância em implementar estudos sobre o uso das estratégias de campanha negativa por candidatos durante as eleições. É fundamental entender se o processo eleitoral prioriza ofensas, ataques ou se procura enfatizar um debate propositivo e programático entre os postulantes ao cargo em disputa. Os dados coletados aqui junto aos perfis do Facebook dos principais candidatos a Presidente da República nas eleições de 2018 e apresentados neste artigo mostram que a estratégia da campanha negativa foi de uso secundário no primeiro turno. No entanto, ela ocupou mais espaço no segundo turno.

Os dados coletados mostraram que Bolsonaro, que sempre foi o líder do pleito de acordo com as pesquisas de intenção, adotou a estratégia da campanha negativa no seu Facebook. Presume-se que o uso dessa estratégia foi corroborado pelo fato de o candidato não ter destaque positivo de sua imagem nos meios de comunicação tradicionais. Bolsonaro contava com apenas oito segundos no

horário gratuito de rádio e televisão. Esses fatores podem ter contribuído para que Bolsonaro usasse mais as redes sociais na sua campanha eleitoral. O candidato construiu sua imagem por meio de críticas e ataques à classe política e ao *status quo* político com o *slogan* de campanha “mais Brasil e menos Brasília”. A estratégia de campanha negativa contra seus adversários tornou-se natural para dialogar diretamente com seu eleitorado. Assim, a mudança nessa estratégia, que estava dando certo, poderia não ser algo muito prudente, o que fez que esse primeiro colocado usasse a campanha negativa com maior frequência.

Normalmente, o alvo preferencial das campanhas negativas são os incumbentes ou candidatos que lideram o pleito. Porém, nesta eleição em específico, os dados coletados mostram que o PT foi um dos principais alvos de campanha negativa no Facebook das candidaturas selecionadas. Esse protagonismo do PT como alvo de ataques e críticas decorre de ser o partido que, além de ter vencido as quatro eleições presidenciais anteriores, estava no epicentro do escândalo político investigado pela Operação Lava Jato e que afetou a sua imagem para afiançar a candidatura do seu candidato escolhido para concorrer a Presidente da República. Por fim, o cenário de 2018 era mais propenso a ataques, devido ao alto número de candidatos. Os dados coletados no Facebook mostraram que no segundo turno a campanha negativa do tipo “crítica” prevaleceu. Entretanto, no apanhado geral, o predomínio foi de ataque.

## Referências

AGGIO, C.; REIS, L. As campanhas políticas no Twitter: uma análise do padrão de comunicação política dos três principais candidatos à presidência do Brasil em 2010. *In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica)*, 4. **Anais...** Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho *Internet e Política*, 2011, p. 1-24. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/AGGIO-Camilo.pdf>

AGGIO, C.; REIS, L. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configuração e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. **Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2013, p. 156-188. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/48>

ALVES, M. Campanha não oficial—A Rede Antipetista na eleição de 2014. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 19, n. 1, p. 102-119, 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2017.191.10>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: ed. 70, 1977.

BAUMGARTNER, J. Internet political ads in 2012: can humor mitigate unintended effects of negative campaigning? **Social Science Computer Review**,

v.31, n.5, p. 601-613, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0894439313490399>

BORBA, F. M. O impacto da propaganda negativa na decisão do voto. *In*: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 8. **Anais...** Gramado: Associação Brasileira de Ciência Política, 2012. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/impacto-propaganda-negativa-nas-intencoes-voto-12.pdf>

BORBA, F. M. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 2, 2015, p. 268-295. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762015000200268&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762015000200268&script=sci_abstract&tlng=pt)

CARLOMAGNO, M. C. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelos impactos das tecnologias digitais (1998-2014). *In*: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica), 6. **Anais...** Rio de Janeiro: Compólitica, 2015.

CHAIA, V. *Internet* e eleições: as comunidades políticas no Orkut nas eleições de 2006. **Logos** 27, Rio de Janeiro, ano 14, n. 27, 2007, p. 127-140. Disponível em: [http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/09\\_VERA\\_CHAIA.pdf](http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/09_VERA_CHAIA.pdf)

DOWLING, C. M. & WITCHOWSKY, A. Attacks without Consequence? Candidates, Parties, Groups, and the Changing Face of Negative Advertising. **American Journal of Political Science**, v. 59, n. 1, p. 19-36, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ajps.12094>

ESPÍRITO SANTO, P.; FIGUEIRAS, R. Comunicação Eleitoral. *In*: CORREIA, J.C.; FERREIRA, G. B.; ESPÍRITO SANTO, P. (orgs.). **Conceitos de Comunicação Política**. Salvador: LABCOM, 2010, p. 77-89.

GOMES, W. S. Apresentação: 90 anos de Comunicação Política. **Contemporânea**, Salvador, v. 9, n. 3, 2011, p. 337-343.

JOATHAN, I. Ataques online: Uma análise das estratégias de campanha negativa antes e durante a campanha presidencial de 2014 no Facebook. **Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2017, p. 73-106.

LOURENÇO, L. C. Propaganda negativa: ataque *versus* votos nas eleições presidenciais de 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, 2009, p. 133-158. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762009000100006&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100006&lng=pt&tlng=pt)

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, 2002, p. 155-184.

MOREIRA, A. B.; SIERRA, J. S. Propaganda eleitoral negativa nas eleições: limitações à liberdade de expressão dos candidatos e dos eleitores. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir-UFRGS**, Porto Alegre, v. 9, 2014, p. 1-21.

RIBEIRO, P. J. F. Campanhas eleitorais e sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, 2004, p. 25-43. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3659>

ROSSINI, P. G. C. ; BAPTISTA, E. A.; OLIVEIRA, V. V.; SAMPAIO, R. C. O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras: a influência das pesquisas eleitorais nas campanhas online. In: **Internet e Eleições no Brasil** / Emerson Urizzi Cervi, Michele Goulart Massuchin e Fernanda Cavassana de Carvalho (organizadores). Curitiba, 2016. p.150-179.

SAMPAIO, T. Ataques e contra-ataques: campanhas negativas na disputa presidencial de 2010. In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica), 5. **Anais...** Curitiba: Compólitica, 2013.

SANTOS, R. M.; PELLIZZARO, A; CARLOMAGNO, M. C. A cobertura eleitoral dos jornais no Facebook em 2014: um estudo preliminar sobre a visibilidade dos presidentiáveis. **Aurora Revista de Arte, Mídia e Cultura**, São Paulo, v. 7, n. 21. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/21625>

SOUSA, I. J.; MARQUES, F. P. J. Campanha negativa nas eleições de 2014: uma abordagem empírica sobre como os candidatos à Presidência utilizaram o Facebook. In: CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. (orgs.). **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da Universidade Federal do Paraná, 2016, p. 180-222.

STEIBEL, F. Campanha negativa: construindo o objeto de estudo. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2005, p. 106-118. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17148>

STROMER-GALLEY, J. Interação *on-line* e por que os candidatos a evitam. In: MARQUES, F. P. A.; SAMPAIO, R. C.; AGGIO, C. (orgs.). **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: UFBA, 2013, p. 29-62.

## A entrada da Venezuela no MERCOSUL desde a perspectiva da Câmara dos Deputados Uruguaia (2000-2016)

Angelo Raphael Mattos<sup>1</sup>  
ORCID: 0000-0001-5841-4255

Matheus Felipe Silva<sup>2</sup>  
ORCID: 0000-0003-3914-5031

Samuel Decresci<sup>3</sup>  
ORCID: 0000-0003-2296-0355

**Resumo:** É notório que o MERCOSUL tem vivido, neste século, uma sensação de interminável crise e paralisia. Um dos fatores de instabilidade no regionalismo sul-americano diz respeito à entrada da Venezuela no bloco no ano de 2012. A partir dessa hipótese, o artigo objetivou identificar a percepção e o posicionamento dos parlamentares no âmbito da Câmara dos Deputados do Uruguai a respeito da inserção e da manutenção do país bolivariano na organização. Para tanto, foram realizadas análises e discussões com base na bibliografia referente e nas notas taquigráficas das reuniões da Comissão de Assuntos Internacionais da referida Casa legislativa. Como anúncio prévio dos resultados, aponta-se que a entrada e participação Venezuela no MERCOSUL foi controversa e resultou em polarização entre os congressistas uruguaios quanto à sua trajetória e suspensão do bloco.

**Palavras-chave:** MERCOSUL. legislativo. integração regional. Uruguai. Venezuela.

---

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP de Marília. Membro da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e Professor nas Faculdades Integradas de Três Lagoas.

<sup>2</sup> Professor no Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF) de Franca/SP. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara. Mestre pelo mesmo programa e instituição. Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela UFSJ. Licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara.

<sup>3</sup> Doutorando, Mestre e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, campus de Araraquara). É membro da Rede de Pesquisa sobre Regionalismo e Política Externa (REPRI) e no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

**Abstract:** It is clear that MERCOSUR has experienced, in this century, a sensation of endless crisis and paralysis. One of the factors of instability in South American regionalism concerns Venezuela's entry into the bloc in 2012. Based on this hypothesis, the article aimed to identify the perception and behavior of parliamentarians in the sphere of the Chamber of Deputies of Uruguay regarding the insertion and maintenance of the Bolivarian country in the organization. To this end, analyzes and discussions were carried out based on the referring bibliography and hearings of the Committee on International Affairs of that legislative house. As a previous announcement of the results, it is pointed out that Venezuela's entry and participation in MERCOSUR was controversial and resulted in polarization among Uruguayan congressmen regarding its trajectory and suspension from the bloc.

126

---

**Keywords:** MERCOSUR. legislative. regional integration. Uruguay. Venezuela.

**Resumen:** Es claro que el MERCOSUR viene experimentando, en este siglo, un sentimiento de crisis y parálisis sin fin. Uno de los factores de inestabilidad del regionalismo sudamericano se refiere al ingreso de Venezuela al bloque en 2012. A partir de esta hipótesis, el artículo tuvo como objetivo identificar la percepción y posición de los parlamentarios de la Cámara de Diputados de Uruguay respecto a la inserción y mantenimiento de el país bolivariano en la organización. Para ello, se realizaron análisis y discusiones con base en la bibliografía referente y en las notas taquigráficas de las sesiones de la Comisión de Asuntos Internacionales de la citada Cámara Legislativa. Como anuncio previo de los resultados, se señala que el ingreso y participación de Venezuela en el MERCOSUR fue polémico y generó polarización entre los congresistas uruguayos respecto a su trayectoria y suspensión del bloque.

**Palabras clave:** MERCOSUR. legislativo. integración regional. Uruguay. Venezuela.



## Introdução

Desde a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) pelo Tratado de Assunção em 1991, os Estados Partes têm vivido momentos de relativo sucesso e também de crises político-econômicas no âmbito do bloco e fora dele. Como consequência, e que também é causa do agravamento da crise, os países da região têm adotado posturas protecionistas no comércio, apresentado dificuldades em internalizar normas emanadas do bloco, além de manter restrições dentro da União Aduaneira imperfeita. A crise das “papeleras<sup>4</sup>” entre Argentina e Uruguai e, sobretudo, episódios que estão relacionados direta ou indiretamente com a entrada da Venezuela no bloco mercosulino, tem agravado a crise: a suspensão paraguaia, a concomitante admissão do país bolivariano e posteriormente sua suspensão. A partir disso, tem-se como consequência dessas variáveis político-econômicas uma percepção de descrédito na organização, sobretudo em suas instâncias de resolução de conflitos, impasses, controvérsias e, obviamente, quanto ao seu futuro. Isto posto, é objetivo deste texto tratar o impacto destas questões, no universo da Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara dos Deputados da República Oriental do Uruguai, no recorte de 2000-2016 e, conseqüentemente, identificar e revelar a percepção e o posicionamento dos atores políticos daquela Casa. Posicionamentos que foram obtidos a partir da análise dos dados referentes às versões taquigráficas disponibilizadas pelo sítio da Assembleia Nacional.

É importante assinalar que não é objetivo deste artigo tratar a natureza dos fatos e das questões supracitadas em si e o que as rodeia, mas, a partir dos discursos dos deputados e atores, apresentar as leituras e percepções dos fatos e também do papel que o MERCOSUL, enquanto organização, apresentou ao lidar com essas questões, sobretudo no que se refere às suas decisões e ou omissões. Assim, objetiva-se perceber nos debates contradições presentes no seio da comunidade política que integra o MERCOSUL. Antes disso, apresenta-se um rápido panorama dos acontecimentos políticos para melhor compreender toda a trama.

---

<sup>4</sup> Durante a década passada, o *Caso das Papeleras* criou tensões políticas e diplomáticas entre dois membros do MERCOSUL. A instalação de duas usinas de celulose nas margens uruguaias do Rio Uruguai levou a controvérsias com a Argentina, que foram somente resolvidas após resoluções da Corte Internacional de Justiça. Em debate, estavam o cumprimento do “Estatuto del Río Uruguay” e a possível poluição das águas e do ar da região. O caso abre oportunidade para discussão acerca dos mecanismos internacionais de solução de controvérsia e das implicações para futuras negociações.

Em junho de 2012, em meio à 43ª Cúpula do MERCOSUL, em Mendoza, Argentina, houve um consenso entre os governos de Brasil, Argentina e Uruguai, quanto à suspensão do Paraguai. As razões passam pelo fato de o então presidente do país, o ex-bispo Fernando Lugo, ter sofrido um processo de *impeachment* em meio a um juízo político que durou menos de quarenta e oito horas. Assim, na ótica dos sócios, tratou-se de uma manobra, de um golpe parlamentar (CARMO, 2012). Como resultado se teve a suspensão do Paraguai do bloco, mas não a aplicação de sanções econômicas.

Ademais, e aí é que a questão se maximiza, destaca-se que, na mesma sessão, foi revelado que a Venezuela seria admitida como membro pleno do bloco na próxima reunião, marcada para 31 de julho de 2012, no Rio de Janeiro. Destarte, nesse contexto, o Paraguai, cujo Congresso Nacional rejeitava veementemente o ingresso venezuelano, seria desconsiderado. Com efeito, sem a anuência do Estado sócio do Paraguai, a Venezuela tornar-se-ia membro do MERCOSUL. Adianta-se que para a oposição uruguaia, encarnada por *blancos* e *colorados*, isso representou um oportunismo e uma manobra política.

No ano seguinte, destaca-se o início da crise no Brasil e na Venezuela. Mas é sobretudo a turbulência econômica, social e política nesse último país que trouxe instabilidade para a esfera do MERCOSUL, pois a crise afetou<sup>5</sup> o cotidiano do povo venezuelano em diversos níveis, colaborou para seu êxodo e trouxe implicações para os vizinhos. No país governado por Nicolás Maduro a situação econômica, política e social se deteriorou com aumento do desemprego, inflação, carestia de alimentos e remédios, crise energética, insegurança etc. Ademais, acentuou-se a polarização social, com manifestações e confrontos com forças da ordem em que setores da sociedade civil se levantaram contra o estado de coisas e para o fato de que, na visão deles, representou uma definitiva virada autoritária do governo, um enfraquecimento do Estado de Direito e dos freios e contrapesos de poder. Isto posto, destaca-se, aqui, a atuação dos movimentos sociais e de oposição com destaque para o movimento estudantil e a força de partidos de oposição ao “chavismo”, Mesa de Unidade Democrática (MUD), com estes classificando o governo “chavista” como autoritário, corrupto, antidemocrático, censor e violento. Logo, nessa conjuntura, tais movimentos entenderam que, na Venezuela, não existiam mais liberdades democráticas, nem respeito aos direitos humanos.

---

<sup>5</sup> Até o momento da escrita deste texto a Venezuela se encontra em uma crise generalizada.

Trazendo o foco de volta para a integração, é importante atentar para o fato de que esta situação explanada é contrária aos princípios do MERCOSUL (e também da Organização dos Estados Americanos - OEA), pois existe a vigência de uma carta democrática (além dos protocolos de Ushuaia (1998), Assunção (2010) e de Montevideú (2011)), que vinculam os governos que integram o bloco no sentido de preservarem a democracia e de garantirem a defesa dos direitos humanos). Dito isso, adianta-se que a então oposição uruguaia, *blanca e colorada*, condenou, desde 2012, respectivamente, a suspensão paraguaia e a concomitante e sumária entrada venezuelana e, sobretudo, a omissão do governo do *Frente Amplio* (desde tal marco histórico) na condenação dos supostos excessos do governo venezuelano (primeiro de Hugo Chávez e depois de seu sucessor, Nicolás Maduro). Por outro lado, a então situação sustentou, na medida do possível, a defesa do governo venezuelano, ao alegar que existia normalidade democrática, com a ocorrência de eleições regulares no país (URUGUAY, 2012).

### **Posições domésticas uruguaias em relação à Venezuela no MERCOSUL: contextualização**

130

Com efeito, os anos de 2015 e 2016 foram cruciais para o agravamento das relações no MERCOSUL, pois houve uma quebra da prevalência esquerdista no poder: um governo mais alinhado à direita já estava no poder no Paraguai; na Argentina, Mauricio Macri, um candidato pró-mercado, venceu as eleições enquanto que, no Brasil, a situação governista se fragmentou e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje MDB, assumiu o poder (com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016) com o apoio da oposição. A partir daquele ano, na Venezuela, instalou-se um cenário político com a oposição chegando a quase 2/3 da representação legislativa. Assim sendo, teve-se como consequência uma reviravolta das forças e uma nova faceta de chanceleres no MERCOSUL. As implicações disso passaram por um maior questionamento das ações do governo venezuelano pelos parceiros, e, conseqüentemente, sua suspensão.

Ainda naquele ano houve um fato que trouxe à tona as divergências intra-MERCOSUL: a passagem da presidência pró-tempore do Uruguai para a Venezuela. Com exceção do Uruguai, os governos do Paraguai, do Brasil e da Argentina foram contra a sucessão, pois viam na Venezuela um ator sem

legitimidade para assumir tão importante função, em vista do grau que a crise do país havia atingido e por também não internalizar as normas do bloco. Com isso, em 28 de junho daquele ano, sabendo que as delegações paraguaia, argentina e brasileira não viriam para a transferência da função, em Montevidéu, a chancelaria uruguaia cancelou a cerimônia. A Venezuela, por sua vez, de forma unilateral, manifestou que estava assumindo o posto, fato de que, de imediato, não foi reconhecido pelos outros membros que passaram a isolá-la.

Finalmente, aponta-se que, face ao imobilismo proporcionado pela ausência de uma presidência pró-tempore, os membros fundadores se mobilizaram, assumiram de forma compartilhada o posto e, tendo em mente a não incorporação de determinadas normas, a não adaptação ao processo e a violação dos direitos humanos, censura e atos antidemocráticos, decidiram pela suspensão da Venezuela no final daquele ano de 2016.

Na esteira do exposto acima, Anton (2005) assinala que tais problemas derivam muito do modelo intergovernamental<sup>6</sup> que acompanha o MERCOSUL desde sua fundação, ocasionando decisões lentas, temerosas, excludentes, carentes de vigência. O autor entende que faltou e falta aos membros do bloco vontade de integração *de facto*, que os países pensem a resolução dos problemas de forma conjunta, efetiva e mais democrática ou descentralizada. Ao contrário, o que se nota é uma postura nacionalista/protecionista de quase todos os sócios ao longo da história mercosulina.

Quanto aos problemas de funcionamento do MERCOSUL, segundo Batalla (2011), desde a gestão do presidente Batlle, e face à desvalorização da moeda brasileira, o Uruguai tem apresentado críticas ao funcionamento do bloco (sobretudo pela União Aduaneira Imperfeita) e demandas de flexibilização das normas do mesmo notadamente pela Decisão N°32/00 do Conselho do Mercado Comum (CMC) sobre o Relacionamento Externo do Bloco, que impede que um sócio conforme acordos bilaterais sem o consentimento dos outros sócios e que exige o envolvimento em conjunto em acordos. As razões perpassam as restrições, protecionismos, as tensões com os dois principais vizinhos (no caso argentino, bloqueio e restrições) e parceiros, e desaguam na consequente

---

<sup>6</sup> No intergovernamentalismo, todas as decisões emanadas de um bloco devem ser apreciadas pelos Legislativos de cada Estado Parte. Se aprovadas por todos, passam a vigorar para o bloco. Diferentemente da supranacionalidade - que é o caso da União Europeia - em que as normas são internalizadas automaticamente, sem necessidade de passarem pelos Congressos nacionais.

involução comercial da integração. A despeito disso, com a chegada do *Frente Amplio* ao poder, a integração ganhou prioridade de governo, especialmente porque o partido privilegiou a relação diplomática com os vizinhos e agendas de avançar o MERCOSUL “institucional” transcendendo o “comercial”. Entretanto, Nilson, Pose e Raggio (2016) contrastam tal visão, sobretudo porque lançam luz aos limites do poder de ação do Uruguai e suas agendas no MERCOSUL. Para os autores, restou ao país esperar boa vontade e boa fé dos demais sócios, especialmente de liderança e proatividade brasileiras.

Segundo a bibliografia que trata da temática, face às restrições, ao descrédito, ao descumprimento de normas, à suposta ideologização, ao baixo índice de resolução de conflitos e a à suposta disfuncionalidade, políticos e autores tentam apontar algumas soluções para a integração e, sobretudo, para o Uruguai. Na visão deles, o MERCOSUL não se constituiu nem em União Aduaneira perfeita, nem em um Mercado Comum. Logo, não poderia amarrar seus membros dentro de uma integração que não evolui ou avança (GODOY, 2017). O ex-presidente José Mujica, por exemplo, propôs a flexibilização das normas do MERCOSUL, o enfrentamento das assimetrias e o alargamento da integração regional sul-americana (BATALLA, 2013). Isso porque há um consenso entre os atores políticos uruguaios de que o MERCOSUL deveria ser um instrumento de inserção da economia uruguaia no cenário comercial global.

Com efeito, este artigo buscou evidenciar de que maneira os deputados uruguaios da Comissão de Assuntos Internacionais avaliaram os contextos de crises funcionais e institucionais do MERCOSUL, sobretudo os relacionados com a entrada Venezuela na organização. Para tal, discutimos um pouco sobre atuação parlamentar em política externa, mais especificamente sobre o neoinstitucionalismo e os elementos que condicionam a tomada de decisão dos congressistas, bem como coletamos e analisamos as notas taquigráficas da Comissão do período de 2000 a 2016, período que compreende o relançamento do MERCOSUL em 2000, para superação de paralisia na integração, até o momento em que um novo acordo entre os membros para a suspensão da Venezuela coincide com um período de governos na região com agendas renovadas para a integração.

## Atuação parlamentar em política externa

Nos sistemas presidencialistas, tem sido crescente a presença parlamentar em assuntos de política externa. Isso pode ser explicado por diversos fatores. Dentre eles, destaca-se a intensificação dos fluxos internacionais e as agendas dos blocos regionais. Desde o século passado, houve um aumento vertiginoso no volume de transações internacionais, bem como dos acordos celebrados entre os Estados. Tais tratados precisam passar pelos Legislativos dos países para serem constitucionalmente apreciados e debatidos sob um prisma maior de possibilidades sociais e políticas, que não apenas pela percepção e vontade do Poder Executivo. Tanto o aspecto de maior democratização das decisões, quanto o maior volume de demandas internacionais impactaram diretamente no âmbito interno e, conseqüentemente, requereram de Congressos, como o uruguaio aqui discutido, posicionamentos mais assertivos.

Nesse sentido, o neoinstitucionalismo busca explicar como os aspectos da distribuição de informação e dos arranjos formados durante o jogo político na arena legislativa impactam boa parte das decisões tomadas pelos parlamentares. No caso uruguaio sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL, a variável ideológica parece ter sido determinante no posicionamento tanto da oposição, quanto da situação.

O Neoinstitucionalismo surgiu como reação às escolas comportamentalistas e institucionalistas clássicas. O foco, a partir de então, passou a ser o papel desempenhado pelas instituições na determinação dos resultados sociais e políticos, e suas influências no comportamento dos atores e na adoção de determinadas políticas (GOUVEIA, 2015).

Para Hall e Taylor (2003), uma questão fundamental para qualquer análise institucional reside no fato de como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, haja vista que é, em última instância, por intermédio das ações dos indivíduos, que as instituições exercem influência sobre as situações políticas. De modo geral, os neoinstitucionalistas fornecem dois tipos de resposta a essa questão, que são a *perspectiva calculadora* e a *perspectiva cultural*. “Cada uma delas responde, de modo ligeiramente diferente, a três questões básicas: como os atores se comportam, que fazem as instituições, por que as instituições se mantêm?” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 197).

Para compreender esses processos, os partidários da *perspectiva calculadora* enfatizam os aspectos comportamentais tidos como instrumentais e orientados por um cálculo estratégico. Eles entendem “[...] que os indivíduos buscam maximizar seu rendimento com referência a um conjunto de objetivos definidos por uma função de preferência dada e que, ao fazê-lo, eles adotam um comportamento estratégico” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 197). Com efeito, os neoinstitucionalistas examinam todas as escolhas possíveis para selecionar aquelas que oferecem o benefício máximo.

As instituições, na perspectiva calculadora, afetam os comportamentos ao oferecerem aos indivíduos que atuam no processo uma certeza relativamente concreta do comportamento presente e futuro dos outros atores. Tal formulação expressa, com clareza, o papel central reservado à interação estratégica nessas análises. Mais precisamente, as instituições podem fornecer informações relativas ao comportamento dos outros *players*, aos mecanismos de aplicação de acordos, às penalidades em caso de descumprimentos, dentre outros elementos que ajudam o opositor a enxergar possibilidades, inclusive considerando comportamentos pretéritos dos outros adversários.

Já a *perspectiva cultural* aborda essas questões a partir de um outro ângulo. Para essa linha de pensamento, o comportamento dos indivíduos nunca é inteiramente estratégico, mas resultante das influências do contexto em que estão inseridos. O que significa que, embora essa linha de análise reconheça que o comportamento humano é racional e orientado para determinados fins, os indivíduos recorrem, com frequência, a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingirem seus objetivos. Essa concepção teórica tende a considerar os indivíduos predominantemente em busca da satisfação e menos procurando otimizar meios para maximizar ganhos. Assim, a perspectiva cultural destaca que a escolha de uma linha de ação depende mais da interpretação de uma situação do que de um cálculo puramente utilitário (HALL; TAYLOR, 2003). No caso em tela, o componente ideológico acabou por reforçar a posição entre *blancos* e *colorados* e o *Frente Amplio*. Além disso, o caso acabou por aproximar *blancos* e *colorados*, historicamente competidores na arena legislativa, em pontos específicos do campo ideológico, como uma vontade de integração regional mais pragmática, voltada para o livre comércio e inserção da economia uruguaia no mercado internacional.

É interessante notar que esses dois enfoques fornecem explicações diferentes do fato de que os modelos normalizados de comportamento associados às instituições exibem clara continuidade ao longo do tempo. “A *perspectiva calculadora* sugere que as instituições se mantêm porque elas realizam algo da ordem de um equilíbrio de Nash<sup>7</sup>.” (HALL; TAYLOR, 2003, p.198). Desse modo, os indivíduos adotam esses comportamentos porque perderiam mais ao evitá-los.

Para Limongi (1994), congressistas, como quaisquer indivíduos, têm seus interesses particulares, e pautam suas decisões com base nesses interesses. Ao decidirem sobre as políticas a serem adotadas, não consideram o bem comum ou qualquer outro valor elevado como o único norte nessas decisões. Os parlamentares podem até serem orientados por algum senso moral, mas o principal objetivo é maximizar a utilidade de suas decisões, com o objetivo de, dentre outros aspectos e em última análise, lograrem a reeleição. Nesse sentido, muitas das ações têm por base o alicerce ideológico de que o eleitorado mais fiel ao partido também compartilha. “O congressista terá que se reeleger para poder perseguir este objetivo. Logo, políticos preferirão sempre aquelas políticas que afetam mais diretamente, e de forma positiva, é lógico, as suas chances de reeleição” (LIMONGI, 1994, p. 5).

No caso em tela, as preferências dos atores em um perfil *a priori* favorável teria beneficiado *blancos* e *colorados* em detrimento das escolhas ideológicas e partidárias feitas pelo *Frente Amplio*. A aproximação pragmática entre *blancos* e *colorados* se caracterizou por dois aspectos principais: 1) os dois partidos – *blancos* e *colorados* – com a mesma posição ideológica com relação à Venezuela fortaleceu, qualitativa e quantitativamente, o posicionamento crítico do Congresso uruguaio em relação ao país governado por Nicolás Maduro; 2) na arena externa – outros membros do MERCOSUL – também se posicionaram, de modo geral, críticos a Maduro, o que da mesma forma conferiu peso às escolhas internas dos congressistas que se posicionavam a favor da suspensão da Venezuela do bloco.

Desse modo, como explica Arnold (1990), as decisões do Parlamento dependem de quatro fatores principais, que são: quais propostas os líderes da coalizão apresentam; quais estratégias os defensores e opositores empregam; quais ações os

---

<sup>7</sup> Pela teoria dos jogos, no chamado equilíbrio de John Nash, a cooperação maximiza o bem-estar, por meio de relações estratégicas. Já a máxima competição tende a monopolizar os ganhos nas mãos de alguns e a enfraquecer outros *players* no jogo, o que é conhecido como Ótimo de Pareto.



cidadãos atentos e desatentos permitirão; e quais são as preferências dos jogadores, como observado também por Milner (1997). No caso concreto, a ideologia e o pragmatismo aproximaram *blancos* e *colorados* em oposição ao *Frente Amplio*, o que teria conferido maior segurança nas decisões parlamentares diante do caso da Venezuela, o que as discussões e pronunciamentos analisados a seguir evidenciam.

### **Os debates no Parlamento uruguaio sobre a situação venezuelana**

Como regra, há uma percepção dentre a maioria dos parlamentares uruguaios que a crise vivida a partir de 2012 no MERCOSUL não foi apenas uma crise motivada pelo descumprimento ou não internalização de normas (ou pela morosidade dos órgãos de resolução de conflitos). É uma crise motivada pela prevalência de afinidades ideológicas entre os membros dos governos nacionais, sobre as bases fundacionais do MERCOSUL. E isso tem afetado a integração em seu aspecto econômico e comercial, que foi uma prioridade nos marcos iniciais do projeto de integração.

Segundo Batalla (2013), a oposição é a principal crítica dos rumos da integração do MERCOSUL e da política externa do *Frente Amplio*, sobretudo no Governo José Mujica (2010-2015). Em tal governo, o chanceler Luis Almagro foi constantemente convocado para prestar esclarecimentos à Comissão de Assuntos Internacionais. E o tema em questão quase sempre esteve relacionado à Venezuela:

En Uruguay, los partidos de oposición, de la misma manera que en el período de Vázquez, tuvieron en la política exterior en general y en particular la política de Uruguay en Mercosur, un blanco favorito de crítica. El gran espacio para ese ejercicio ha sido el Parlamento, particularmente con las interpelaciones al Canciller, algunas con duración de hasta 18 horas y retórica de fuerte tono (Batalla, 2013, p. 39).

Logo, mais precisamente no segundo semestre de 2016, ocorreu, por conta de divergências políticas, uma verdadeira paralisia do MERCOSUL, inclusive com divergências de interesses entre os membros e decisões conflitantes a respeito da transferência da presidência pró-tempore. E isso só contribuiu para o descrédito de atores políticos e da sociedade para com a organização. Aborda-se, a partir deste ponto, um pouco desse debate e dos argumentos levantados.

Em 13 de março de 2013, ao tratar do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre o Compromisso com a Democracia, na Comissão

de Assuntos Internacionais da Câmara dos Deputados, o deputado *blanco* Daniel Peña Fernandez abordou e condenou a suspensão paraguaia do MERCOSUL. Defendeu que os países “irmãos” não levaram em conta a importância do país, suspenderam-no de maneira sumária e o excluíram das decisões importantes que foram tomadas em seguida (URUGUAY, 2013). Ademais, no dia 22 de maio de 2013, na retomada do assunto acima citado, assinalou que as eleições no Paraguai ocorreram de forma tranquila e Fernando Lugo, destituído do cargo de presidente, foi eleito senador da República. Logo, clamou aos outros membros da Comissão para perceber a injustiça cometida para com o Paraguai e também para notar a normalidade institucional e democrática do país (URUGUAY, 2013a).

Sem perder a suspensão paraguaia de vista, o tema que mais foi tratado nos últimos dois anos (2015-2016) do recorte temporal da investigação foi a crise venezuelana. E não dá para criticar tal Comissão por omissão, pois ela trabalhou o tema com profundidade, dando espaço para que todos os lados venezuelanos do conflito pudessem se expressar e trazer seus fatos e argumentações.

Em 8 de abril de 2015, ao tratar da situação política na Venezuela, o deputado *blanco* Jaime Trobo defendeu a maior participação do MERCOSUL e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na intermediação da crise. Em sua visão, o país bolivariano estava caminhando para um regime de exceção/Estado autoritário, com a democracia e os direitos humanos estando em perigo. Isto posto, clamou para que houvesse um maior envolvimento dos atores para a normalização da situação política. Além disso, dentro dessa reunião, propôs uma manifestação do Congresso invocando normalização da situação democrática. Por outro lado, o deputado governista Roberto Chiazzaro divergiu da visão de Trobo. Fez alusão à interferência dos EUA na Venezuela e defendeu, naquela oportunidade, a legitimidade do governo venezuelano, eleito democraticamente (com a fiscalização de entidades internacionais) (URUGUAY, 2015b).

Na mesma reunião, o deputado colorado Ope Pasquet trouxe pareceres de Organizações Não Governamentais (ONGs) e da própria Internacional Socialista. Nestes há a leitura de que, a cada dia que passava, o governo venezuelano se tornava mais autoritário e violento. Por conseguinte, em sua fala, tendo em mente tais dados e os imperativos do Estado de Direito, rebateu o argumento utilizado pelo *Frente Amplio*:

Cuando pasan estas cosas, ¿alcanza con decir que el Gobierno fue elegido democráticamente? Vamos a dejar de lado la controversia acerca de si las elecciones fueron correctas o no. Eso fue contestado en su momento. Supongamos que haya sido elegido de manera absolutamente impecable. Un Gobierno que tiene esa legitimidad democrática de origen, ¿puede, por ello, violar los derechos humanos, reprimir violentamente las manifestaciones, poner presos a los opositores, negarles el debido proceso y someter al Poder Judicial? ¿Se puede hacer todo eso por el hecho de haber sido elegido democráticamente? Me parece claro que no, porque no es cuestión de que el gobierno democrático no tenga límites. El estado de Derecho es otra idea, es otra cosa (Uruguay, 2015b).

De volta para a fala de Jaime Trobo, o mesmo desejava que o chanceler Rodolfo Nin Novoa desse seu parecer a respeito dos fatos em nome do governo do presidente Tabaré Vázquez. Eis a resposta do Ministro de Relações Internacionais:

Siempre digo – apelo a otra definición – que las relaciones exteriores son el instrumento que tienen los Estados para representar, defender y proteger los intereses nacionales fuera del país. En el marco de esa definición, concebimos a la política exterior del Uruguay como una herramienta de apoyo a los objetivos de desarrollo del país y de nuestros compatriotas y, en ese sentido, el accionar internacional de nuestro país se continuará guiando por los principios fundamentales que lo han caracterizado, es decir, el respeto al Derecho Internacional Público, la libre determinación de los pueblos, la no injerencia en los asuntos internos de otros Estados, la promoción y la defensa de la democracia y del Estado de derecho, la protección de todos los derechos humanos en todas partes del mundo y el medio ambiente y la solución pacífica de controversias (Uruguay, 2015b).

138

Dito isto, percebe-se pela fala que, naquele momento, o governo uruguaio não queria se envolver em assuntos que, a seu ver, eram internos da Venezuela. E, como dito anteriormente, a autoridade fazia referência à ocorrência de eleições (até aquele momento) como uma evidência da normalidade democrática. Entretanto, a crise desde então só evoluiu e continuou na pauta da Comissão.

No dia 10 de junho de 2015, o deputado Jaime Trobo propôs uma manifestação do parlamento uruguaio em solidariedade ao povo venezuelano. O texto, aprovado por consenso, trazia que o Uruguai não seria indiferente a ações na Venezuela que ferissem as cláusulas democráticas do MERCOSUL, da UNASUL e da OEA. Também assinalava o desejo de cooperar para o fortalecimento institucional e democrático na Venezuela na garantia da pluralidade para a resolução de controvérsias pela pluralidade e o respeito à soberania (URUGUAY, 2015a).

Em 4 de novembro de 2015, um mês antes das eleições para o parlamento venezuelano, o tema novamente veio à tona. Muito por conta das declarações públicas do fiscal venezuelano Franklin Nieves<sup>8</sup>, de que o governo venezuelano construiria provas falsas para incriminar membros da oposição, sobretudo Leopoldo Lopez. A partir disso, o deputado colorado Tabaré Vieira Duarte, tendo em mente o agravamento do quadro de crise na República Bolivariana de Venezuela, e fazendo alusão ao que se passou com o Paraguai, passou a ser mais enfático no fato de os países defenderem a aplicação da carta democrática:

Propongo discutirlo, y luego elaboraría una moción. Mi planteo es que esta comisión discuta el hecho. Me parece que llegó la hora de que alguien – en este caso Uruguay a través del Parlamento – plantee que la situación de la democracia en Venezuela sea analizada a la luz de las cláusulas democráticas a las que nos hemos comprometido en organismos como el Mercosur y la Unasur. Nuestros representantes deberían plantearlo para ser tratado en esos ámbitos. Tenemos parlamentarios en el Parlasur, que han sido designados por nosotros. No quiero prejuizar. Tengo mi opinión, pero creo que el tema debería ser tratado primero en esta comisión y recomendar que lo mismo se haga en los ámbitos mencionados, a la luz – reitero – de la cláusula democrática del Mercosur que Uruguay hizo valer en el caso de Paraguay (Uruguay, 2015c).

139

Roberto Chiarazzo (*Frente Amplio*), por sua vez, apresentou a defesa do governo Maduro e buscou argumentar no que toca ao fato de que, naquele momento, não existirem maiores provas de que o chavista perseguisse ou censurasse a oposição. Além disso, apontou que haveria em curso uma campanha internacional de difamação do governo de Maduro e apoio de setores midiáticos e politicamente opositores a figuras desestabilizadoras da democracia venezuelana (URUGUAY, 2015c).

No dia 16 de março de 2016, o deputado Sílvio Rios, uma das lideranças do *Frente Amplio*, recomendou que a Comissão aprovasse o projeto de lei pelo qual se aprova o Protocolo de Montevideu sobre o compromisso com a Democracia no MERCOSUL<sup>9</sup> (Ushuaia II). O Protocolo foi subscrito durante a 42ª Reunião

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.elobservador.com.uy/fiscal-del-caso-leopoldo-lopez-escapo-del-pais-presiones-del-gobierno-n687871>>. Acesso em 15 jul. 2017.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/protocolo-de-montevideu-sobre-compromisso-com-a-democracia-no-mercosul-ushuaia-ii-firmado-por-ocasio-da-xlii-reuniao-do-cmc-e-cupula-de-presidentes-do-mercosul-e-estados-associados/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Ordinária do Conselho do Mercado Comum e Câmara dos Presidentes e Estados, realizada na cidade de Montevideu.

Jaime Trobo, em nome do Partido Nacional, apontou em sessão do plenário do Senado que o seu partido de forma homogênea votou contra. O deputado ainda atentou, em sua fala, para situações contraditórias, como o fato do que aconteceu no Paraguai, sua controversa suspensão e, de maneira concomitante, a entrada da Venezuela (na qual o senado paraguaio era majoritariamente contra). Além disso, pontuou que algumas coisas não estavam claras, como o tipo de medida que seria executada em caso de aplicação da regra; ou ainda temendo a dimensão da mesma, sobretudo no caso de uma população afetada (URUGUAY, 2016a). Por outro lado, o deputado Rios, do *Frente Amplio*, respondeu defendendo a votação e aprovação da cláusula democrática para garantir mais estabilidade no bloco, valendo-se ainda de que presidentes e ministros iniciaram interlocuções prévias à tomada de medidas mais severas (URUGUAY, 2016a).

Em convergência com Jaime Trobo, o deputado colorado Tabaré Vieira Duarte chamou a atenção para pontos do protocolo que não apresentam medidas claras e consistentes. E uma vez mais, rememora a questão da sumária suspensão paraguaia:

Estamos dispuestos – nos parece correcto, adecuado y necesario – a que un bloque de integración como el Mercosur tenga convenios e integre a su Tratado cláusulas de mantenimiento, defensa y preservación de la democracia. Compartimos el concepto, pero también decimos que es muy peligroso que se establezcan disposiciones tan generales sin precisar cuándo se van a tomar medidas o sanciones, en qué condiciones, en qué situaciones y cómo será el proceso para dar garantías a las partes. Eso nos parece muy grave.

También tenemos todo lo que ocurrió con Paraguay, y no me refiero a su sanción sino al proceso. Todos sabemos que fue decidido en un ratito, en una reunión entre cuatro presidentes que se encerraron, adoptando una posición que no era, en el caso de Uruguay, la que se había planteado desde la propia Cancillería, sin escuchar a la parte sancionada, sin darle ninguna posibilidad de defensa en el proceso. Esto debe llamar a la reflexión (Uruguay, 2016a).

Em 10 de agosto de 2016, uma vez mais, o chanceler Nin Novoa e sua equipe foram convocados para prestar esclarecimentos; dessa vez, a respeito da questão da transferência pró-tempore e, obviamente, a permanência da crise venezuelana. A iniciativa da convocação ficou por conta do Deputado Ope

Pasquet do *Partido Colorado*. Assim, no início de sua intervenção, criticou o fato de que, naquele momento, o MERCOSUL estava travado por conta da questão da presidência pró-tempore, que os três presidentes sócios articularam entre si, impedindo com isso que a presidência fosse para a Venezuela que representava antítese aos interesses dos demais. Apontou que para o Uruguai a paralisia do bloco impedia as necessidades uruguaias de inserção econômica internacional (URUGUAY, 2016b).

Rodolfo Nin Novoa, por sua vez, destacou que uma vez mais o político estava se sobrepondo ao jurídico, que o governo do Uruguai havia agido tendo em mente as regras e que, de sua parte, acreditava que ainda não estavam dadas as condições para a aplicação da carta democrática. Por fim, fez uma defesa do regime político venezuelano como democrático e que, até o momento, tinha um resultado eleitoral acatado pelo governo e um Congresso Nacional operante (URUGUAY, 2016b).

Dentro dessa conjuntura tumultuada, destaca-se que a oposição apoiou o governo em um ponto e o criticou em outro. Apoiou as ações do governo uruguaio quanto à necessidade da transmissão da presidência pró-tempore (questão jurídica). Entretanto, divergiu com a não aplicação do protocolo de Ushuaia (Carta Democrática). Consoante a isso, o deputado colorado Tabaré Duarte destacou, uma vez mais, a forma como o Paraguai foi suspenso do MERCOSUL e a Venezuela teria entrado no bloco: “Sempre com o político sobre o jurídico” (URUGUAY, 2016b). Pasquet, em sua tréplica, chamou ironicamente todos para uma postura de resignação diante dos fatos:

En cuanto a las perspectivas para superar la situación planteada, lo que hay que hacer es esperar la rotación de la presidencia pro tempore. Por lo tanto, hay que resignarse a vivir durante seis meses una situación como la actual, es decir, de parálisis del Mercosur, mientras se espera la nueva rotación (Uruguay, 2016b).

Finalmente, uma avaliação que aqui se lança, tendo como parâmetro o conteúdo apresentado, é a de que organizações multilaterais americanas, como o MERCOSUL, têm apresentado, no campo jurídico, significativa evolução, sobretudo no que toca à quantidade de temas abrangidos e novos órgãos e leis. Entretanto, pesa contra a eficiência do bloco a falta de institucionalização dessas normas e a relativa ineficiência desses órgãos e mecanismos de resolução de conflitos. Ademais, como demonstrado nesta análise, o elemento político

tem preponderado sobre o elemento jurídico. E o intergovernamentalismo do MERCOSUL, em face das características internas de cada Estado Parte, tem dificultado a implementação de normas e emendas do bloco.

## Conclusão

O artigo analisou e discutiu, dentro do universo da Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara de Deputados da República Oriental do Uruguai, a percepção e o posicionamento dos deputados e demais atores quanto ao funcionamento do MERCOSUL. Sobretudo a partir da inserção venezuelana na organização, houve a percepção, principalmente entre *blancos* e *colorados*, de que a entrada do país bolivariano mais aprofundou as crises no âmbito do MERCOSUL do que contribuiu com avanços político-institucionais, porquanto, trouxe tensão e um recrudescimento da sensação de que a integração mercosulina tem sido inócua.

Ademais, a entrada da Venezuela representou, na visão de muitos parlamentares, um problema por várias razões. Dentre eles, dado o perfil do governo venezuelano, destacam-se: a lógica de veto que inviabiliza acordos (sobretudo de livre comércio, que não é uma preocupação venezuelana), a intensificação dos problemas institucionais (por descumprir e não internalizar normas) e a geração de tensão política (pelas posturas antiglobal, antiliberal e mais estatista). A partir disso, as implicações orbitam em torno da radicalização das discussões internas no MERCOSUL. Finalmente, representando assim um empecilho para inserção internacional, que é tão cara aos parlamentares uruguaios.

Nesse sentido, o texto discutiu e refletiu também a respeito das críticas que são endereçadas ao MERCOSUL. Do ponto de vista comercial, involução, restrições e posturas protecionistas foram destacadas. Quanto à institucionalidade do bloco, a marca dentro do recorte é da percepção, por parte dos parlamentares, da disfuncionalidade, incapacidade de resolução de controvérsias e do elemento político à frente do jurídico em situações decisivas para a organização. Para os mesmos atores políticos, falta aos membros sócios do MERCOSUL internalizar normas fundamentais ao bom funcionamento da integração e ter uma postura de sinceridade para com a integração regional.

No que toca ao partido que esteve à frente do governo uruguaio, no recorte temporal delimitado, o *Frente Amplio*, este não representou oposição às agendas

econômicas e comerciais. E por isso não foi alvo de críticas da oposição nesse sentido. Porém, *blancos* e *colorados* criticaram as intenções e os movimentos do partido por uma ampliação de pautas e aprofundamento da integração e a quase ausência de críticas do *Frente Amplio* à Venezuela. Tais posturas demonstraram um forte componente ideológico na base partidária quando dos posicionamentos aqui abordados. Para esta mesma oposição (*blancos* e *colorados*), isso levaria necessariamente a um desvirtuamento do foco principal e fundacional do bloco, que é o comercial; e que, ao mesmo tempo, tais intenções representariam um potencial de acúmulos burocráticos por parte da organização.

Finalmente, quanto às crises domésticas e o papel do MERCOSUL, há uma visão e uma demanda por parte dos atores uruguaios de que o bloco deveria ser mais preciso nos seus critérios e mecanismos de ação, exercendo um papel mais efetivo de mediador para a resolução dos conflitos entre seus membros (com destaque para a crise venezuelana). Ademais, há a percepção por parte dos congressistas de que é preciso retomar a vocação comercial do bloco sul-americano, enfraquecendo, assim, querelas políticas atreladas a posições ideológicas de diferentes governos que compõem o Poder Executivo dos Estados Partes.



## Referências

ANTON, R. P. (2005). Rumbos y avatares de la política exterior. In: G. Caetano. **20 años de democracia. Uruguay 1985-2005: miradas múltiples** (pp.109-130). Montevideo: Taurus.

ARNOLD, R. Douglas. **The Logic of Congressional Action**. New Haven & London: Yale University Press, 1990.

BATALLA, I. C (2011). Transiciones en la política exterior de Uruguay (2000-2011).

**Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, 6(11), 129-152.

\_\_\_\_\_, I. C. (2013). Política exterior de Uruguay en el MERCOSUR durante el gobierno de José Mujica. **SÉCULO XXI**, 4(2) 35-52.

CAETANO, G., & Vaillant, M. (2004). **¿Qué MERCOSUR necesita Uruguay? ¿Qué Uruguay necesita el MERCOSUR?** Apuntes para entender requerimientos recíprocos (1a ed.). Montevideo: Fesur Friedrich Ebert Stiftung.

CARMO, M. **À revelia do Paraguai, Mercosul anuncia adesão da Venezuela ao Bloco**. BBC Brasil, 2012. em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629\\_cupula\\_mercosul\\_mc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629_cupula_mercosul_mc). Acesso em 20/07/2020.

GODOY, Juan M. R. La encrucijada de Uruguay frente al MERCOSUR: ¿la disyuntiva de separación o el intento de forzar la integración del bloque? Argumentos para no incumplir los tratados de integración en el marco de la ALADI y las normas de derecho derivado y negociar unilateralmente con países extrazona. **Densidades** número 21 - mayo de 2017.

GOUVEIA, T. A. **As três versões do neo-institucionalismo**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/45265/as-tres-versoes-do-neoinstitucionalismo>>. Acesso em 27 ago. 2019.

HALL P. A.; TAYLOR, R. C. R. **As três versões do neo-institucionalismo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

LIMONGI, F. O novo Institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, BIB**, 1994.

MILNER, Helen V. **Interests, institutions and information. Domestic politics and international relations**, Princeton, Princeton University Press, 1997.

MULLER, G. **Representação política: neoinstitucionalismo em perspectiva comparada**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092009000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100008)>. Acesso em: 18 mar. 2020.

NILSON, D. H., Pose, N., & Raggio A. (2016). Entre el Norte y el Sur. La

política exterior de los gobiernos del Frente Amplio (2005-2014). **Cadernos do Tempo Presente**, (23), 38-53.

TSEBELIS, G. **Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo: Edusp, 1998.

URUGUAY. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales.

Ministerio de Relaciones Exteriores. (2012). **Situación Comercial con la República Argentina y en el MERCOSUR**. Montevideo. Recuperado em 28 março, 2012a.

\_\_\_\_\_. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales (2012). **Asesoría en política comercial del Ministerio de Economía y Finanzas**. Montevideo. Recuperado em 14 novembro, 2012b.

\_\_\_\_\_. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales (2013).

**Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de UNASUR sobre compromiso con la democracia**. Montevideo. Recuperado em 20 março, 2013.

\_\_\_\_\_. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales (2013). **Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de UNASUR sobre compromiso con la democracia**. Montevideo. Recuperado em 20 março, 2013a.

\_\_\_\_\_. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales (2015).

**Situación política en la República Bolivariana de Venezuela y Expresión de solidaridad al pueblo venezolano**. Montevideo. Recuperado 10 junho, 2015a.

\_\_\_\_\_. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales (2015). **Situación política en la República Bolivariana de Venezuela y Expresión de solidaridad al pueblo venezolano**. **Ministro de Relaciones Exteriores, Rodolfo Nin Novoa**. Montevideo. Recuperado em 8 abril, 2015b.

\_\_\_\_\_. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales (2015). **Declaraciones públicas del fiscal venezolano Franklin Nieves y consideración**. Montevideo. Recuperado em 4 novembro, 2015c.

\_\_\_\_\_. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales (2016). **Visita de una delegación de diputados de la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela y miembros del Comité de víctimas de las Guarimbas**. Montevideo. Recuperado em 16 março, 2016a.

\_\_\_\_\_. Cámara de Representantes. Comisión de Asuntos Internacionales (2016). **Señor Ministro de Relaciones Exteriores, Rodolfo Nin Novoa. Presidencia pro-tempore del MERCOSUR**. Montevideo. Recuperado em 10 agosto, 2016b.

## Pesquisa e Extensão e Educação Básica: das forças que nos compõem

Davina Marques<sup>1</sup>

ORCID: 0000-0002-8025-7759

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim<sup>2</sup>

ORCID: 0000-0002-0323-9207

**Resumo:** Este trabalho discute, teórica e experimentalmente, atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa e extensão em uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), explorando os processos de individuação que permeiam os movimentos mais abertos de formação acadêmica, nos *intermezzos* dos programas curriculares. Sustentado teoricamente em autores da filosofia contemporânea francesa, pretende-se contribuir com novas perspectivas de análise no campo da Educação, Linguagens e Artes, discutindo, com a experimentação fílmica, noções de marcas incorpóreas, acontecimento e individuação. Defendem-se os projetos relacionados à história e à cultura indígena, afro-brasileira e africana de língua portuguesa, ressaltando a potência do tripé ensino-pesquisa-extensão dos institutos federais para a promoção de linhas de experimentação e de individuação.

**Palavras-chave:** educação. arte-educação. pesquisa e extensão. instituto federal.

<sup>1</sup> Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Hortolândia (IFSP-HTO), onde integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem, Ensino e Sociedade (GEPLS). Graduada em Português e Inglês - Licenciatura Plena (UNIMEP) e Pedagogia (UNICAMP) com mestrado em Educação (UNICAMP) e doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa (USP).

<sup>2</sup> Graduado em Biologia pela Universidade Federal de Viçosa, com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Livre Docência nesta mesma Universidade. Pós-Doutorado na Escola de Comunicação do Goldsmiths College da Universidade de Londres. Docente da Universidade Estadual de Campinas, no Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, pesquisador do Laboratório de Estudos Audiovisuais (Olho) e pesquisador associado no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor).

**Abstract:** This work discusses, theoretically and experimentally, the activities developed in research and outreach projects in a unit of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP), exploring the individuation processes that permeate the most open movements of academic preparation, in the intermezzos of curricular programs. Theoretically supported by authors of contemporary French philosophy, it is intended to contribute with new perspectives of analysis in the field of Education, Languages and Arts, discussing, with(in) filmic experimentation, the notions of incorporeal marks, event and individuation. Projects related to indigenous, Afro-Brazilian and African Portuguese-speaking history and culture are defended here, highlighting the power of the teaching-research-outreach tripod of federal institutes to promote lines of experimentation and individuation.

147

---

**Keywords:** education. art education. research and extension. federal institute.

**Resumen:** Este trabajo discute, teórica y experimentalmente, las actividades desarrolladas en proyectos de investigación y extensión en una unidad del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de São Paulo (IFSP), explorando los procesos de individuación que permean los movimientos más abiertos de preparación académica, en los intermezzos de los programas curriculares. Sostenida teóricamente por autores de la filosofía francesa contemporánea, pretende contribuir con nuevas perspectivas de análisis en el campo de la Educación, las Lenguas y las Artes, discutiendo, con experimentación fílmica, las nociones de marcas incorpóreas, acontecimiento e individuación. Aquí se defienden proyectos relacionados con la historia y la cultura indígena, afrobrasileña y africana de habla portuguesa, destacando el poder del trípode enseñanza-investigación-difusión de los institutos federales para promover líneas de experimentación e individuación.

148

---

**Palabras clave:** educación. arteducación. investigación y extensión. instituto federal.

## Apresentação

*e de tudo vai ficando um pouco  
um pouco da luz amarelada na pele negra e enfeitada de cores  
um pouco das ondas em contínuo ir e vir...*

*um pouco da sonoridade fica  
um pouco de lugares (des)conhecidos  
um pouco das gentes também*

Davina Marques  
Reverberando Drummond

Entre dobras e desdobras de pensamentos e movimentos que nos atravessam na experiência docente, apresentamos resultados parciais de projeto de pesquisa e de criação em Pós-Doutorado em Educação, atrelado a processos de ensino, de pesquisa e de extensão, que foram possíveis dentro da legislação vigente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, indica claramente o que viriam a ser os institutos federais. Em seu Artigo 2º, lê-se que são “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, “equiparados às universidades federais” (BRASIL, 2008b). E entre seus objetivos, suas finalidades e características, reforça-se a oferta de educação profissional e tecnológica, verticalizada da educação básica de nível médio até os estudos de pós-graduação, com programas de ensino, pesquisa e extensão.

Dentro de um recorte de experiência docente do IFSP de 2014 a 2020, revisitamos ações de ensino atravessadas por atividades de pesquisa e de extensão no Câmpus Hortolândia, nesse tripé que sustenta a proposta de educação da instituição. No recorte que apresentamos, houve coordenação de 4 projetos de pesquisa (um por ano) e 9 projetos de extensão.

Escolhemos, em especial, aqueles ligados à temática proposta pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFSP (NEABI), em consonância com a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que determinou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, e a Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008a), que incluiu no currículo oficial da

rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Os projetos chamam a atenção para esses temas, com a potência de, nas brechas, escapando a modelos previamente definidos, contagiar as pessoas envolvidas, de forma prazerosa, mais livre e mais engajada (HOOKS, 2017).

Reconhecemos a necessidade de se dar a ver e a ler, cada vez mais e melhor, a literatura e as obras realizadas por artistas indígenas, afro-brasileiros e africanos. Por uma questão de formação pessoal, trabalha-se no câmpus com a questão africana e indígena em um recorte ligado à língua portuguesa, explorando obras indígenas e afro-brasileiras no nosso país e da África Lusófona, sempre dentro de uma perspectiva comparada (MARQUES, 2013).

Félix Guattari (2012) dá início à nossa sustentação teórica, apontando para uma revolução permeada por relações de forças visíveis, entre domínios da sensibilidade, da inteligência e do desejo.

Os projetos de pesquisa e de extensão em uma instituição de educação como o IFSP têm exatamente esse potencial de afetar as pessoas que se envolvem com eles, “[...] pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito à singularidade e no trabalho permanente de produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e, ao mesmo tempo, se articulando ao resto da sociedade.” (GUATTARI, 2012, p. 44). São movimentos moleculares, conforme nos ensinam Guattari e Deleuze, que funcionam nas fendas e brechas daquilo que é molar em nossa sociedade (DELEUZE; GUATTARI, 2006; 2004, 2002a; 2002b). Molaes são as estruturas e as instituições que funcionam como mecanismos de manutenção de poder no universo capitalista, do aparelho de Estado. Moleculares são as linhas nômade, de fissura, de fuga, de criação, máquinas de guerra que escapam à lógica molar. Moleculares são as possibilidades que a pesquisa e a extensão inscrevem nos programas de formação do IFSP. Em especial, os projetos nas áreas de educação e de cultura como respiros dentro do universo majoritariamente técnico dos institutos federais. Em se tratando da temática africana, afro-brasileira e indígena, que é o caso dos projetos discutidos aqui, muito mais pertinentes se fazem, dada a sua centralidade na formação de estudantes e das pessoas envolvidas comunidade a fora. A extensão e a pesquisa criam asas e saltam para fora das estruturas curriculares previamente definidas. E, quando o trabalho se dá com bolsistas de nível médio, o impacto em seu desenvolvimento se torna mais claro ainda.

Para realizar esta pesquisa, adotamos o contínuo entrelaçamento dos estudos com experimentação escrita e visual, sempre à luz dos pressupostos da cartografia.

Reconhecemos a pesquisa na área de Linguagem e Arte em Educação também como espaço aberto à experimentação. Através da criação, é possível questionar modos de existir em um incessante des-aprender que foge à lógica da acumulação e da medição dos conhecimentos. Interessa-nos a dimensão da experiência e da abertura, os efeitos que produzem sobre as subjetividades e como isso se inscreve na experiência educacional e a amplia. Buscamos a invenção de um modo de “ver para enxergar aquilo que não é visível, ver para captar da realidade sua dimensão de excesso, de beleza, de horror, de intolerável, de assustador” (PELBART, 2000, p. 94), em tantas das suas muitas dimensões. Buscamos o esgarçamento daquilo que é singular nas experiências realizadas, inclusive para dar vazão a pensamentos múltiplos e em aberto sobre a cultura, as africanidades e as questões indígenas, que foram tema dos projetos realizados em nossa instituição, dentro deste recorte.

Retomando a epígrafe desta apresentação, trata-se de destacar, através da retomada e da experimentação, o que ficou, as potências do que se realizou.

Assim, a questão da transversalidade, de como as forças nos atravessam e nos constituem, faz parte deste trabalho. Da cartografia, ainda nas trilhas rizomáticas de Gilles Deleuze e Félix Guattari, das redes de articulação e de composição de Bruno Latour, conforme exposto por Virgínia Kastrup, Eduardo Passos e seus parceiros (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 264) lembramos: “A cartografia é um método de investigação que não busca desvelar o que já estaria dado como natureza ou realidade preexistente. Partimos do pressuposto de que o ato de conhecer é criador da realidade [...]”. Lidar com a realidade é participar do processo de sua construção, continuam esses autores, com abertura a todo um plano de forças imanentes, com acompanhamento de processos de um coletivo de forças, habitando territórios, subjetividades e paisagens existenciais; tem a ver com participação, inclusão e tradução. Para garantir isso, continuam, é necessário protagonismo e pertencimento; precisa-se pesquisar *com*. “O pesquisador sai da posição de quem – em um ponto de vista de terceira pessoa – julga a realidade do fenômeno estudado, para aquela posição – ou atitude (o *ethos* da pesquisa) – de quem se interessa e cuida.” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 272). E, no cuidar, é



necessário também compreender uma certa ‘tradução’ como processo de *aventura* e de sintonia no plano das forças, um *felt-meaning* (sentido imbuído), que possa ser (re)experimentado ao tornar sensível, pois traduzir é: “[...] entrar em contato com a dimensão afetiva, intensiva, intuída e não verbal do texto. [...] desverbalizar as unidades de sentido e, por fim, expressar essas unidades num novo discurso” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 275).

Reafirmamos, adotando essa metodologia, um compromisso ético e político: “Ter um mundo às mãos é comprometer-se ética e politicamente no ato do conhecimento.” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 264), com atenção a *incidentes* e *acontecimentos*, com a potência, apontada por Cláudia Leão e Maria dos Remédios de Brito (2020, p. 143), de “[...] partilhar um processo, cambiante, incerto e nesse mover deixar brotar o por vir com boniteza, ética e amor”.

Nessa incursão sobre nosso jeito de fazer, destacamos o fato de que pesquisadoras e pesquisadores contemporâneos no campo da educação que transitam pelo universo das artes e das poéticas visuais têm apostado nos acontecimentos e em registros da memória como critérios diferenciados para a pesquisa, dando à pesquisa e à escrita acadêmicas um fazer diferenciado (PAULINO, 2020).

A pesquisa que lida com sua própria realidade, a partir de um determinado lugar, a pesquisa centrada em sujeitos, pode assumir um tom lírico e teórico, tão político quanto pessoal e poético, como afirma Grada Kilomba (2019) sobre a sua pesquisa. Tentamos produzir nesse tom, mesmo ao aprofundar possíveis memórias difíceis como essa autora, e perseguir devires. Nossa proposta é pensar (com) imagens, com as artes e com os processos criativos, nos encontros com as diferenças, nos dizeres da pesquisadora Alik Wunder (2019). Assim construímos nossas redes e conexões.

E, apesar de defendermos uma perspectiva de que não deveríamos separar o que se mistura, nesta escrita há uma compartimentação a fim de deixar mais claros alguns movimentos, para, no final, tudo se reencontrar. Na próxima seção, *Um pensamento sobre as forças que nos compõem*, aprofundaremos alguns pressupostos teóricos que nortearam o nosso trabalho, atravessados por exercícios de experimentação fílmica para nos permitirem ver com outros olhos e sentidos.

## Um pensamento sobre forças que nos compõem

Há todo um embasamento teórico que sustenta o pensamento sobre educação que permeia as experiências realizadas nos projetos apresentados aqui do IFSP e naqueles vinculados ao Laboratório de Estudos Audiovisuais da Faculdade de Educação da UNICAMP<sup>3</sup>. Na perspectiva da filosofia da diferença e, de forma mais radical, dentro de uma aposta que instiga a experimentação, nos projetos realizados sob a coordenação do professor Antonio Carlos Rodrigues de Amorim e de Alik Wunder observam-se, entre outras forças, as questões da criação coletiva e dos atravessamentos nos movimentos da educação nas pesquisas, particularmente, na escrita acadêmica e em oficinas e residências artísticas. Há algo de partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009) nos trabalhos realizados no Humor Aquoso, o grupo de pesquisa coordenado por essa dupla de professores.

Entre lições aprendidas, sabemos que o envolvimento com material artístico (escrito e visual) funciona, em oficinas e encontros, como disparadores de todo tipo. Memórias, afetos, afectos, histórias, criações, algo de maquínico se desenvolve nos encontros atravessados por arte literária, audiovisual e escrita criativa. Aquilo que acontece, apontado no parágrafo anterior, não é planejado e organiza-se em experiências da ordem do acontecimental, da individuação, que pretendemos discutir adiante. Há algo de maquínico que se institui na experimentação; algo vai e vem como em *ritornello* deleuze-guattariano. Singularidades afloram nas atualizações das camadas virtuais de passado atualizadas no presente e nos *intermezzos*, no *entre* das ações realizadas. Uma força vital escapa aos processos de captura e de repetição quando ela deixa de ser cerceada (PRECIADO, 2018) e a liberdade é pressuposto nas experimentações que propomos. Quando convidamos participantes para trazerem seus materiais, seus livros, seus objetos e suas imagens para os encontros, também podemos ser surpreendidas e surpreendidos por aquilo que ainda não conhecíamos.

Reafirmamos, portanto, com Sueli Rolnik (2018), a relevância do “hiato”, do corte que pode levar à singularização, quando um “saber-do-corpo” se atualiza e é reapropriado através de afetos, linguagem, imaginação e desejo, com as estratégias de fuga e de transfiguração realizadas em grupo. Trata-se de um enfrentamento vital e micropolítico, que Rolnik ainda entenderá como clínico, posto que nos permitirá imaginar outros mundos possíveis, em devires-larvas.

Trazemos, nesta seção, a potência das obras fílmicas e artefatos visuais como experimentação. A primeira delas é um convite para (re)ver o filme *Fabulografias*, editado a partir de composições do projeto homônimo.



fabulografias - 15 min 54 seg - cor/estéreo - 2015  
<https://www.youtube.com/watch?v=2NL12JnNNVs>

Entendemos que, ao experimentarmos algo de maneira singular, somos afetados para sempre e não seremos mais os mesmos. Revisitamos alguns desses movimentos singulares, ou aberrantes (LAPOUJADE, 2015), tendo sempre em mente a experiência do Coletivo Fabulografias<sup>4</sup> que, desde 2010, realizou encontros de experimentação coletiva com as linguagens audiovisuais em torno da temática das africanidades, potencializando conversas e pensamentos sobre identidades, diferenças, poéticas e fabulações escritas e imagéticas.

Entre livros, imagens e objetos, esses encontros e oficinas uniram pessoas de escolas e espaços de formação, jovens e crianças, artistas, pesquisadoras e pesquisadores: “[...] as criações fizeram-se de forma múltipla, num movimento de abertura ao *toque* e ao *contágio* da arte” (WUNDER, 2011, n. p.). São obras, pesquisas e extensões dançarinas, acontecimentais, como já afirmamos.

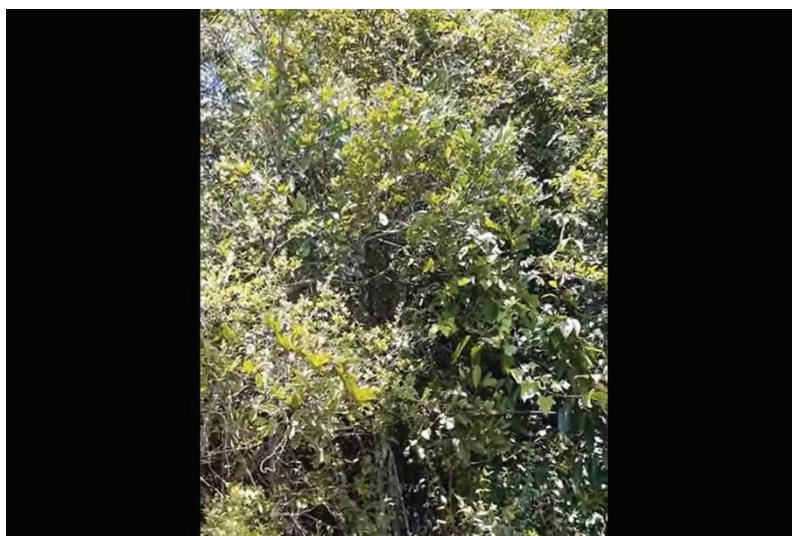
Atualmente mais envolvida com a questão indígena do que com a questão africana, Wunder (2019; 2020; 2021) continua, no entanto, defendendo uma escuta e uma leitura atenta dos conhecimentos e das histórias de povos silenciados, apostando na ação micropolítica das experimentações e das ações. Nesse sentido, trata-se de uma ação relevante para a causa afro-brasileira e africana: um desejo de germinar outros mundos e de descolonizar regimes conceituais na educação

<sup>4</sup> Conheça mais sobre o Coletivo Fabulografias e suas produções em: [www.fabulografias.weebly.com](http://www.fabulografias.weebly.com).

(WUNDER, 2021). Trata-se de apreender, via experimentação, o movimento dos encontros para além das pessoas. O não-humano pulsa também em nós, como reverberação, como ressonância (ROLNIK, 2018). E algo acontece. É preciso atenção para olhar e ver.

Um dos projetos de extensão que realizamos durante três anos foi o *Cine-debate: a questão africana, afro-brasileira e indígena em pauta*. O projeto permite a divulgação e as rodas de conversas sobre temas que aproximam distintos grupos na comunidade interna e abre-se para a comunidade externa, com estudantes levando a pauta negra e indígena para escolas de educação básica, para ONGs e para eventos abertos ao público. Entre nossas ações, houve também o envolvimento com os nossos cursos superiores (Licenciatura em Matemática e Análise e Desenvolvimento de Sistemas), quando levamos filmes para discussão em sala.

E, como se coloca no filme *Fabulografias*, as Áfricas ventam por nós. Nos Cine-debates também *povos indígenas ventam por nós*. Com um vento, um aceno no ar. Acontecimento.



um aceno no ar - 1 min. 36 seg. - cor/estéreo - 2021  
<https://youtu.be/gFF-VjE95j4>

O acontecimento é o incorpóreo que paira entre ressonâncias e dissonâncias. Tem a ver com a emergência do novo, com agitações e rupturas, com discursos que se desequilibram e reorganizam-se (WUNDER; MARQUES; AMORIM, 2016). É rachadura, dobra no real (VILELA; BÁRCENA, 2006). É folha ou borboleta? Explosão quase ínfima de amarelo no ar. Intriga. Convida. Atrai.

Movido pelo desejo ou por uma política do desejo, um acontecimento pode (des)fazer-se em devir das subjetividades, em turbulência, em ímpeto de

agir – um mover-se. Nesse sentido, quando a subjetividade se coloca à altura do que acontece, o desejo cumpre uma função ética de agente criativo de mundos outros, de gérmenes do futuro (ROLNIK, 2018). O acontecimento é resultado de um movimento de insurgência micropolítica, em processos de criação e de experimentação (ROLNIK, 2018). No acontecimento há elementos “vindo-a-estar-juntos”, na imanência de coisas que “saem de si para estarem juntas, para se unirem” e isso “muda o significado de “entre”. Entre não é mais a distância externa que separa duas coisas. É um coenvolvimento, uma participação que une e dispõe as coisas juntas em mudança”, é coincidência: continuidade sem apagamento de diferenças (MASSUMI, 2019, p. 32 e p. 35). O encontro com o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari nos incita um gosto pelo acontecimento (AMORIM, 2020 e 2012; WUNDER, 2009), um acontecimento que cria o possível intensificado pelos desejos, entre vertigens, sonambulismos, sonhos, como planos de composição, em que não importam os objetos, suas formas e suas cores, mas as sensações (AMORIM, 2012, p. 50)<sup>5</sup>. Algo muda tudo, desloca as potências e as capacidades.

Para Lapoujade (2015, p. 137), trata-se de envolver-se “[...] no *sentido* do acontecimento”, afinal, os acontecimentos não ocorrem na superfície do pensamento; atingem o corpo em profundidade; não se separam de sua efetuação nos corpos, pois resultam disso. Os acontecimentos, continua o pensador francês, são exteriores às coisas e aos corpos, embora sejam “[...] um ‘efeito’ de suas relações” (p. 122, destaques do autor). Os acontecimentos têm existência na fronteira da linguagem.

Poderíamos dizer que há abertura para o acontecimento quando alguém diz sim a uma chamada para participação, quer seja candidatando-se como bolsista, quer seja como participante do projeto de pesquisa ou de extensão. Esse “sim” abre uma fissura nas nossas atividades rotineiras, abre um espaço-tempo diferenciado para que se faça conexão com algo mais, algo além.

Nos quatro projetos de pesquisa que coordenei até agora no nosso câmpus, trabalhei com jovens de Ensino Médio: Experimentos: por entre questões afro-brasileiras e indígenas (em 2017); Por entre questões indígenas, afro-brasileiras e africanas (em 2018); Questões africanas, afro-brasileiras e indígenas: leituras comparadas (em 2019 e 2020). Nas palavras de uma das bolsistas: “realizar o projeto de pesquisa foi como mergulhar em um novo mundo, antes desconhecido

---

<sup>5</sup> Esse e outros livros do GT Currículo da ANPed podem ser acessados aqui: <https://www.fe.uni-camp.br/gtcurriculoanped/publicacoes.html>.

e aparentemente distante, mas agora tão próximo e magnífico. A porta de entrada para esse novo mundo foi a literatura, e não podia ser de uma forma melhor” (VIEIRA, 2022). A partir de múltiplas leituras – autoria final escolhida entre parênteses, estudamos a questão da narrativa indígena de autoria branca e de autoria indígena (José de Alencar e Daniel Munduruku), a questão da mulher negra e da mulher indígena na literatura (Conceição Evaristo e Eliane Potigura), o menino negro e o menino indígena (Ondjaki e Daniel Munduruku), o preconceito contra o indígena (Moacyr Scliar e Daniel Munduruku). Nas palavras de uma outra bolsista: “um processo de construção do conhecimento que não parou nos livros, nas oficinas, nos relatórios” (SANTOS, 2022). Estudantes de vários projetos se encontravam para planejar os próximos passos de seus trabalhos e atuavam em parceria nos eventos dentro e fora da escola, sempre a partir da arte literária, da arte imagética – fotografia e cinema, das manifestações culturais. Acenos no ar – para nós e para quem se envolvia nas nossas ações.

Para aprofundar a relação dos acontecimentos e da força que emana da arte, trazemos para a nossa discussão o trabalho do pesquisador português José Gil (2005)<sup>6</sup>. Gil discute como as obras de arte têm algo que ele vai chamar de “contorno do vazio” e nos dá dois exemplos para entendermos essa ideia. Primeiro, fazendo-nos pensar no rosto de alguém que sorri, mas que percebemos como dissimulado, não sincero, como se houvesse algo, uma ‘sombra’ presa a esse sorriso que vemos. Da mesma forma, uma palavra dita ou lida pode ter seu sentido invertido por entonações, gestos ou contextos, inclusive de entonação. Como uma sombra imperceptível e percebida, há um contorno nessa palavra, que ele chama de ‘contorno do silêncio’. Essa percepção nasce do deslocamento entre contextos. No caso da obra de arte, na pintura, Gil entende que esse contorno do vazio é a “forma de uma força” e, por não ter traçado figural, trata-se de uma qualidade intensiva própria de uma certa atmosfera do quadro. Essa atmosfera, sem bordas, como força, organiza-se em uma ‘faixa vazia’, ‘uma separação não visível’, um intervalo, que abre tensões, é povoada, organiza-se como “[...] intensidade pura, concentrada, amplificada, ‘saturada’ [...]” (GIL, 2005, p. 29).

O vazio – uma diferença, um intervalo, algo irrepresentado – está “inscrito” como uma “não-inscrição” na obra, continua o pensador português. Segundo Gil, a obra de arte vai exatamente inscrever esse lugar perdido da não-inscrição e, ao fazê-lo, traça “um plano de movimento; [...] a área de uma circulação infinita

---

<sup>6</sup> Cf. AMORIM, 2007.

de forças, em que o possível se reúne ao infinito” (GIL, 2005, p. 32). Explorar esse contorno em *intermezzos* é um dos movimentos da experimentação que nos interessa. *Intermezzos* como *entres*, como, por exemplo, os momentos dos projetos de pesquisa e de extensão em que nos formávamos, estudando e fazendo saídas para museus e espaços culturais; como os períodos em que nos reuníamos para planejar uma ação, uma atividade, uma oficina; como as participações em eventos; como as paradas em que avaliávamos o que havíamos feito; como nas experimentações e nas criações artísticas<sup>7</sup>.

O incorpóreo dos acontecimentos nos envolvia, contagiava-nos. Por isso o acontecimento pode ser promotor de novos agenciamentos, de reorientação singular das condições da experiência, e tem relação com individuação<sup>8</sup>, com as forças que nos compõem (MANNING, 2019). Disse uma bolsista: aprendi “que curiosidade e experimentação são as bases para não só construir conhecimento, mas ver significado nele, vivê-lo e compartilhá-lo com os outros, de forma que assim se vive a vida” (SANTOS, 2022). E uma outra: o projeto funcionou para “ressignificar a minha existência e a importância da minha voz quanto a minha ancestralidade, a minha forte e potente raiz” (FONSECA, 2022).

Do ponto de vista filosófico, o texto de Luiz Orlandi (2015) aponta a força da ideia de individuação no pensamento de Gilles Deleuze. O indivíduo, afirma o pesquisador brasileiro, não é um “ser concreto”; é preciso levar em conta a imanência entre individuação e indivíduo; é preciso conceituar a individuação como uma operação complexa que é ativada em um indivíduo como “meio de individuação”. Ou ainda, nas palavras de Gilbert Simondon, só se pode falar em individuação e não em indivíduo: “O indivíduo não é um ser, mas um ato” (SIMONDON apud BARTHÉLÉMY, 2012, p. 213).

Orlandi (2015) destaca como Deleuze aponta o Fora e as relações em um mundo feito de tecido “conjuntivo”, onde a conjunção “e” destrona o verbo “é” em um funcionar rizomático. Estamos imersos em um campo intensivo de individuação, sempre: “A individuação é intensiva e se encontra suposta por todas as qualidades e espécies, por todos os extensos e partes que vêm preencher ou desenvolver o sistema” (DELEUZE, 2002, p. 132).

Simondon interessou-se em pensar o intervalo entre um dito indivíduo “pronto” e o princípio de individuação. Orlandi explora o texto de Deleuze

sobre a obra de Simondon (DELEUZE, 2002, p. 120), em que o filósofo francês qualifica como profundamente original a teoria simondoniana de individuação. Nesse texto, Deleuze termina afirmando que, na ontologia elaborada por Simondon, o Ser nunca é Uno (como pré-individual, é simultâneo de si mesmo; individuado, é múltiplo, polifasado, apto a novas operações e devires). A partir desse entendimento, segundo Orlandi (2015, p. 79): “[...] devo pensar o indivíduo que vejo como sendo um precário, mutante e mutagênico revestimento de uma individuação que se agita por ser “organização de uma solução”, por ser “resolução para um sistema objetivamente problemático”, pois vivemos imersos em um fora de nós mesmos, que não temos como dominar, de cuja imanência e de cujos dramas participamos.

Com Elizabeth Grosz (2012), apontamos que a teoria de individuação tem implicações para questões que nos são caras, como as lutas feministas, antirracistas, minoritárias e políticas. A autora destaca exatamente as forças pré-individuais que permitem a emergência da individuação, quando atualizadas. O indivíduo é sempre mais do que o ser, pois carrega em si e nos seus contatos com o meio o potencial para mudar. Ser, para Grosz, a partir de Simondon, seria, ao mesmo tempo, um estado pré-individual, individualizante e individuado. Algo surge, mas ainda há condições para outros devires. De um estado pré-individual, individual e coletivo, de forças disparatadas, virtuais, potenciais, conjuntivas e disjuntivas, de matérias metaestáveis que geram tensões, pontos de excesso, problemas, instabilidades, pode surgir algo. A individuação seria o processo através do qual isso ocorre, não é algo previamente dado. Ao contrário, é disparada por alguma instabilidade, uma reordenação em algum nível. É a resposta, não a solução final. A individuação é uma dobra do pré-individual. É um processo de materialização de algo que não é exclusivamente material. A individualidade, portanto, é uma fase do ser, não o ser (origem ou fim).<sup>9</sup>

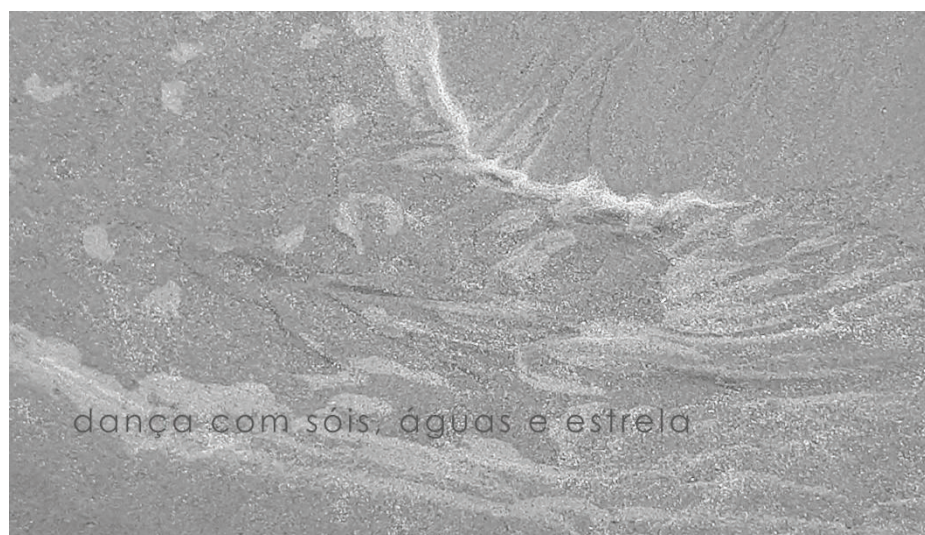
---

<sup>9</sup> Grosz (2012, p. 42) também discute nesse artigo a transdução, que é o processo pelo qual uma atividade é gerada, elaborada e estruturada. A transdução é a geração de relações que se individualizam. A transdução “[...] crosses through the pre-individual to structure it so that something can emerge, can create itself from the resources and forces of the pre-individual.”. Pelo recorte que fizemos neste estudo, não faremos um detalhamento da transdução, mas vale frisar que, para Simondon, é o movimento da transdução que vai permitir o salto criativo do passado e do presente pré-individuais em direção ao futuro. Grosz afirma que a transdução é uma força que lida com problemas, com singularidades e particularidades; é a lógica da emergência, da erupção, pois articula a invenção e a criatividade de como os processos, os objetos e as práticas se produzem. Nesse sentido, a individuação acontece entre a matéria e a forma. Na vida, continua Grosz, os processos de individuação nunca terminam, nunca chegam ao fim. Como consequência das transduções, temos processos, inclusive, de individuações coletivas, sociais.



Para os estudos feministas, antirracistas e podemos incluir todo o campo da educação nessa lista, segundo Grosz (2012, p. 53), Simondon pode oferecer uma nova forma de ver e entender o mundo, especialmente quando não consideramos a identidade como um valor fixo. A subjetividade deixa de ser o centro da vida política e passa a ser vista como as condições que fazem com que a vida social e coletiva seja possível. A subjetividade deixa de ser a estabilidade que dá fundamento a uma política para ser entendida como um movimento de múltiplas operações; a subjetividade nunca é fechada, completa e previamente determinada.

Anne Sauvagnargues afirma que qualquer individuação é transitória, dinâmica e sujeita a tempos e devires; e as criaturas mudam nos movimentos de experimentação (SAUVAGNARGUES, 2016, p. xi e xvi-xvii).



dança com sóis, águas e estrela - 1 min 24 seg - p&b/estéreo - 2021

<https://youtu.be/IKNXAxSaQ4M>

A dança das águas do mar... Há algo de *ritornello* na individuação, afirma Sauvagnargues (2016). Os signos de todo tipo, ela continua, são encontros individuantes; entre códigos materiais e biológicos, entre qualidades funcionais e seus meios acontecem as interações, em agenciamentos coletivos de habitação. As individuações impessoais e as singularidades pré-individuais, para Sauvagnargues, implicam, por um lado, a individuação e a atualização e, por outro, a subjetivação e a consistência virtual. É dessa forma, relacionando a questão da individuação, da diferenciação/diferença, das hecidades, da imagem-movimento e da imagem-tempo, que Deleuze e Guattari constroem sua crítica à representação e à imitação, diz a autora.

Sauvagnargues discute, em Deleuze, a individuação na imagem, a individuação na literatura, a individuação como hecceidade, a individuação do pensamento, a individuação como devir, a individuação como construtivismo, a individuação como dissimetria. Em especial essa última, que mostra uma relação metaestável entre duas realidades em ressonância, é que permite a Deleuze pensar em uma individuação que não se confunde com a coisa ou com o sujeito (SAUVAGNARGUES, 2016, p. 65). A produção de subjetividade deleuze-guattariana é derivada de movimentos, de variações, relacionada a tempos intensivos e a signos de todo tipo que nos atravessam nas nossas máquinas desejanças, inclusive as sociais. Os fatores individuantes, nos alerta David Lapoujade (2015), seguem princípios plásticos, anárquicos, nômades, aberrantes, que nos atravessam circulando e se comunicando entre formas e matérias. Acontece no meio, *entre...*

Massumi (2019, p. 49) vai afirmar que “há, na verdade, apenas meio, pelo meio”. De acordo com essa colocação, reassinalamos a força dos *intermezzos*. Ao trazer essa discussão para o campo da educação, Amorim (2020) lembra que há pontos de conexão nos estudos sobre o currículo, mas há também os pontos de interrupção, como esses que tentamos construir neste artigo. Pensando a educação e os movimentos curriculares, como ‘signo do meio’, afirma Amorim (2020, p. 407):

Cada ponto de interrupção, os *Intermezzos*, são o motivo para uma nova face de um currículo retornar à visibilidade da sua percepção, e ganhar distintas velocidades conceituais, estéticas e práticas.

Reposiciona os lugares da escola nos atravessamentos culturais e sociais, chamando a atenção para um currículo que pode sonhar, imaginar, escrever e inventar vidas outras.

Amorim tem investido nesse pensamento sobre a educação e currículo como signo do meio, entre os campos de forças em que estamos mergulhados e vetores da arte (em especial das imagens e da literatura)<sup>10</sup>.

Talvez os *intermezzos* funcionem, nos projetos de pesquisa e de extensão, exatamente como Aion, o tempo das intensidades, o tempo dilatado, como um ‘fora’ de um currículo previamente desenhado, oportunizando meios em que outras individuações se tornem possíveis. Nas danças dos movimentos do tripé ensino-pesquisa-extensão, singularidades indissociáveis de nossa instituição, entre sóis, águas, estrelas, experimentamos outras vidas, aproximando-nos de

<sup>10</sup> Cf. Nota 21 em AMORIM, 2012, p. 44.

outras possíveis. Cintilações se acendem e se apagam a instigar, dar a pensar, afetar todas as pessoas que são atravessadas, no nosso caso, por questões indígenas, afro-brasileiras e africanas.

### **Agradecimentos**

Este é um desdobramento dos estudos de Pós-Doutoramento de Davina Marques em Educação, junto à Faculdade de Educação – UNICAMP, supervisionado por Antonio Carlos Rodrigues de Amorim. Agradecemos o financiamento da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que viabilizou o afastamento remunerado para esta etapa de formação através de processo seletivo no Edital DDGP-PRODI-CPPD nº 2/2020.

## Referências

AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Deleuze e Currículo no intervalo de palavras e imagens. *In*: FERRAÇO, Carlos Eduardo; GABRIEL, Carmem Teresa; AMORIM, Antonio Carlos (Org). **Teóricos e o campo do currículo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2012. p. 43-55. (E-book GT Currículo). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=52156>. Acesso em: 15 jul. 2021.

AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Diagramas para um currículo-vida. **Humanidades e Inovação**, Educação hoje: reflexões críticas, Palmas, v. 8, n. 5, p. 406-420, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2603>. Acesso em: 10 jul. 2021.

AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Duração do ser humano: imagens e percepções. **ComCiência**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, v. 94, p. 1-4, 2007. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=31&id=365>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BARTHÉLÉMY, Jean-Hugues. Fifty Key Terms in the Works of Gilbert Simondon. Translated by Arne De Boever. *In*: BOEVER, Arne De; MURRAY, Alex; ROLFE, Jon; WOODWARD, Ashley (org.). **Gilbert Simondon: being and technology**. Edinburg: Edinburgh University Press, 2012. p. 203-231.

BOEVER, Arne De; MURRAY, Alex; ROLFE, Jon; WOODWARD, Ashley (org.). **Gilbert Simondon: being and technology**. Edinburg: Edinburgh University Press, 2012.

BRASIL. Lei n.º 10.639/2003, de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 09 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 08 nov. 2013.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 10 mar. 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em 23 jul. 2019.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008b. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 29 dez. 2008b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em 23 jul. 2019.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. Edição preparada por David Lapoujade. Organização e revisão técnica de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2002a.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 2002b.

GIL, Jose. As pequenas percepções. *In*: LINS, Daniel (org). **Razão Nômade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 19-32.

GROSZ, Elizabeth. Identity and Individuation: Some Feminist Reflections. *In*: BOEVER, Arne De; MURRAY, Alex; ROLFE, Jon; WOODWARD, Ashley (org.). **Gilbert Simondon: being and technology**. Edinburg: Edinburgh University Press, 2012. p. 37-56.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 21. ed. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 2012.

hooks, bell<sup>11</sup>. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2.ed. Tradução de Marcelo B. Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal**, Rev. Psicol., v. 25, n. 2, p. 263-280, maio/ago. 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015.

LEÃO, Cláudia; BRITO, Maria dos Remédios de. Estalos, incidentes, acontecimentos. *In*: LEÃO, Ana Cláudia do Amaral; BRITO, Maria dos Remédios de (Org.). **Estalos, incidentes e acontecimentos como procedimento e método da pesquisa em artes**. Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes/UFPA, 2020. p. 136-144.

MANNING, Erin. Em direção a uma política da imediação. Tradução de Sebastian Wiedemann. *In*: DIAS, Susana Oliveira; WIEDEMANN, Sebastian Wiedemann; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues (org.). **Conexões: Deleuze e cosmopolíticas e ecologias radicais e nova terra e...** Campinas, SP: ALB/ClimaCom, 2019. p. 09-23.

MARQUES, Davina. Dos *intermezzos* ou “o que foi que aconteceu?”. **Coletiva - Educação e Diferenças e...**, n. 21. Publicado em 13 de abril 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.org/educacao-e-diferencas-e-n21-dos-intermezzos-ou-o-que-foi-que-aconteceu-davina-marques>. Acesso em: 20 abr. 2022.

<sup>11</sup> Respeita-se a grafia da autora.

MARQUES, Davina. **Entre literatura, cinema e filosofia: Miguilim nas telas.** Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

MARQUES, Davina; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Aforismos para um educar, entre imagens e palavras. In: CARVALHO, Janete Magalhães; SILVA, Sandra Kretli da; DELBONI, Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera (orgs.). **Currículos e artistagens: política, ética e estética para uma educação inventiva.** Curitiba: CRV, 2022. p. 263-280. (capítulo 17)

MASSUMI, Brian. Imediação ilimitada. Tradução de Sebastian Wiedemann e Susana Dias. In: DIAS, Susana Oliveira; WIEDEMANN, Sebastian Wiedemann; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues (org.). **Conexões: Deleuze e cosmopolíticas e ecologias radicais e nova terra e...** Campinas, SP: ALB/ClimaCom, 2019. p. 25-64.

ORLANDI, Luiz B. L. Indivíduo e implexa individuação. **dois pontos**, Curitiba, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 75-82, abril de 2015.

PAULINO, Rosana. Afinal, qual é o lugar do texto nesta pesquisa? Ou Da necessidade de se pensar critérios diferenciados para o texto em Poéticas Visuais. In: LEÃO, Ana Cláudia do Amaral; BRITO, Maria dos Remédios de (Org.). **Estalos, incidentes e acontecimentos como procedimento e método da pesquisa em artes.** Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes/ UFPA, 2020. p. 11-27.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea.** São Paulo: Iluminuras, 2000.

PRECIADO, Paul B. La izquierda bajo la piel. In: ROLNIK, Sueli. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível.** Estética e Política. Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo: Editora 34, 2009.

ROLNIK, Sueli. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAUVAGNARGUES, Anne. **Armmachines: Deleuze, Guattari, Simondon.** Tradução para inglês de Suzanne Verderber e Eugene W. Holland. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

SAUVAGNARGUES, Anne. Crystals and Membranes: Individuation and Temporality. In: BOEVER, Arne De; MURRAY, Alex; ROLFE, Jon; WOODWARD, Ashley (org.). **Gilbert Simondon: being and technology.** Edinburg: Edinburgh University Press, 2012. p. 57-70.

VILELA, Eugénia; BÁRCENA, Fernando. Acontecimento. In: CARVALHO, Adalberto Dias de (Coord.). **Dicionário de filosofia da educação.** Porto: Porto Editora, 2006. p.14-19.

WUNDER, Alik. Áfricas em ventos: fotografia e fabulação em criações de cartões-postais. *Studium*, Unicamp, Projetos Especiais – Divagações, n. p., 2011. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/divagacoes/10/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

WUNDER, Alik. **Fotografia, literatura e a poética do acontecimento**. Relatório Final de Atividades desenvolvidas no Programa de Pós-Doutorado Júnior (CNPq). Unicamp/Campinas: Faculdade de Educação, 2009.

WUNDER, Alik. Infância Yudjá e a educação em um mundo vivo: pensamentos em torno do filme Waapa. In: BARREIRO, Alex; CAVALCANTE, Nélia Aparecida da Silva; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.). **Pesquisas e pedagogias: educação para as diferenças**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 73-91.

WUNDER, Alik. Literaturas indígenas, educação e sonho: germinar mundos. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v. 39, n. 83, p. 141-155, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2021v39n83p141-155>.

WUNDER, Alik. Superfícies de encontro com o povo indígena Kariri-Xocó: imagens e o devir-planta. **Linha Mestra**, n. 38, p. 23-34. Maio.Ago 2019.

WUNDER, Alik; MARQUES, Davina; AMORIM, Antonio C. Rodrigues de. Pesquisa-experimentação com imagens, palavras e sons: forças e atravessamentos. **Visualidades**, Goiânia, v. 14, n.1 p. 104-127, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5216/vis.v14i1.43043>

166

#### Relatos:

FONSECA, Isabela. Mensagem sem título [texto enviado]. Destinatária: Davina Marques. Campinas, 27 mar. 2022. 1 texto. Acervo pessoal.

SANTOS, Bianca Freitas. **Coisas que aprendi vivendo**. [texto enviado sobre projeto]. Destinatária: Davina Marques. Campinas, 26 mar. 2022. 1 texto. Acervo pessoal.

VIEIRA, Ana Carolina Monteiro. Mensagem sem título [texto enviado]. Destinatária: Davina Marques. Campinas, 27 mar. 2022. 1 texto. Acervo pessoal.

## Resenha do livro “O sequestro da independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro”, de Carlos Lima Junior, Lilia Schwarcz e Lúcia K. Stumpf

Rodrigo Estramanho de Almeida<sup>1</sup>  
ORCID: 0000-0002-0650-0896

O sequestro da independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro, é o segundo trabalho do trio de pesquisadores – o historiador Carlos Lima Jr. e as antropólogas Lilia Schwarcz e Lúcia Stumpf – que mais uma vez se reúne para a produção de um ensaio cujo objeto se constrói a partir de uma pintura do pintor brasileiro Pedro Américo (1843-1905). Na primeira empreitada, dedicou-se às ambivalências entre ficção e não-ficção da tela A batalha do Avaí, o enorme quadro no qual Américo retratou um marcante episódio da guerra do Paraguai. O resultado desse trabalho foi publicado em 2013 pela editora Sextante, sob o título homônimo ao da referida pintura do artista paraibano.

Agora, às vésperas do bicentenário da independência do Brasil, o trio mais uma vez lança mão de uma perspicaz estratégia de pesquisa e, como pede a boa forma de um estudo que se quer rigoroso, independentemente da dimensão do assunto ou, nesse caso, do quadro, o objeto de pesquisa deve ser metonímia a cumprir com objetivos cujas justificativas são mais que evidentes no momento em que se reiteram as efemérides nacionais e a democracia brasileira que, mais uma vez, passam por verdadeira prova de fogo.

O objeto ou a metonímia, parte pelo todo da independência brasileira, escolhida por três atentos pares de olhos, é o quadro Independência ou morte! ou O Brado do Ipiranga, obra a que Pedro Américo se dedicou nos últimos anos do segundo reinado e que ficou pronta no ano em que caiu a escravatura e apenas um ano antes da queda da monarquia que o encomendou e o subsidiou.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais, professor na FESPSP.



Seguindo as trilhas do quadro, em *O Sequestro da independência*, os autores realizam um verdadeiro inventário da obra, desde sua encomenda, seu projeto, seu destino e/ou destinos, as disputas em seu entorno, bem como toda uma iconologia que direta ou indiretamente a ela se relaciona.

Mas, como dissemos, o quadro é metonímia, e como parte pelo todo, ora contribui na operação de fazer refletir sobre outros símbolos e marcos das tradições brasileiras, tais como hinos, eventos e personagens fartamente reforçados como ícones na história dita oficial, ora à contrapelo desta história oficial (como preconizava Walter Benjamin), é utilizado em negativo, invertido, cores sobrepostas, para jogar luz em personagens e eventos decisivos para a independência do país que não estão figurados às margens do Ipiranga, mas sim da História.

Assim, o livro se dedica a outras tantas imagens, bem como monumentos, ilustrações, moedas, charges, objetos e outros resíduos indiciários de fatos, lutas e personagens que embora não tão cristalizados no imaginário nacional – como o Pedro I a cavalo no quadro de Américo – são indispensáveis para uma história a contrapelo da independência do Brasil.

Deste modo, eventos e figuras esmaecidas ou mesmo invisibilizadas nas lutas da independência, descentradas do eixo carioca - paulista no qual se travou a batalha simbólica e concreta pela localidade oficial da independência, ganham relevo na iconologia reunida, analisada e, porque não dizer, reconstruída pelos autores.

Assim, somos levados às Batalhas na Bahia entre 1822 e 1823 e a combatentes como Maria Quitéria de Jesus, imortalizada em tela de Domenico Failutti em 1920; o mesmo pintor que rendeu homenagem à mulher ícone das guerras de independência na localidade onde a independência se comemora em 2 de julho, sóror Maria Angélica de Jesus. Nestas batalhas, figura ainda Maria Felipa, mulher preta que liderava duas centenas de mulheres entre pretas e indígenas contra as tropas metropolitanas, bem como Manuel Soledade, combatente preto morto em batalha contra os portugueses, imortalizado em tela por Antônio Parreiras em 1930.

Podemos ir, também, por uma tela pintada por Francisco Paz em 2003, até a Batalha do Jenipapo, ocorrida em 1823 na Vila de Campo Maior no Piauí quando forças deste estado, do Ceará e do Maranhão se uniram contra a metrópole portuguesa. Ainda, um motim de tropas do Pará quando da adesão

à independência, cujo resultado foi o de centenas de presos e meia dezena de executados em praça pública no que ficou conhecido como a Tragédia do Brigue Palhaço, episódio pintado em 1947 por Romeu Mariz Filho.

Outras tantas pinturas recolhidas e analisadas pelos escritores, nos relembram ou nos faz conhecer sobre as várias independências ocorridas antes e depois da de 1822, tais quais a Conjuração mineira de 1789 e a baiana de 1798, a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador em 1824 e toda a sorte de levantes regenciais como, por exemplo, o Malês de 1835.

Entretanto, às imagens das telas e ícones analisados unem-se as histórias das imagens e a história dos fatos nos quais as imagens se basearam de modo que o leitor vai sendo carregado a um tecer e destecer no qual a leitura da imagem se mistura à leitura da história do Brasil e suas independências. Os autores produzem, assim, uma instigante narrativa das independências e cumprem com o objetivo, qual seja, de produzir uma narrativa à contrapelo da história oficial e uma crítica consistente de como a história oficial foi produzida e, ao ser produzida, como ela sequestrou dezenas de outras tantas imagens, eventos, personagens e versões não oficiais.

À leitura, o leitor não pode esperar linearidade total. Embora os capítulos sigam certa cronologia, posto que o livro se inicia pelos breves antecedentes à composição do quadro de Américo, repasse as condições e o contexto em que o quadro se consagrou e ganhou lugar em São Paulo – na disputa que o estado travou com a antiga capital Rio de Janeiro pela localidade oficial da independência no I centenário do 7 de setembro – siga estudando os eventos e desdobramentos dos efeitos políticos do simbólico durante a ditadura quando dos 150 anos da independência e, termine com um epílogo sobre o bicentenário da independência ocorrido no atual governo, todos os capítulos são compostos com certa sincronicidade imposta pela época em que as obras de arte e ícones mobilizados à análise foram compostos.

Destarte, ora mais, ora menos, o quadro de Américo – ícone condutor de todo o livro – sempre volta à baila por meio de charges, apropriações e reapropriações, referências cruzadas, releituras e seus significados em disputa, a independência e a morte cristalizadas no imaginário brasileiro, como se não mais importasse a origem e o destino da tela, mas sua indubitável existência cujo significado, embora teime em se fixar, reaparece sempre deslocado e/ou condensado.

Assim, são muitas as faces do sequestro da independência: em 1922, no seu centenário, uma verdadeira política de Estado para fazer do quadro de Américo o quadro oficial e São Paulo o estado oficial da independência; em 1972, no sesquicentenário, em plena ditadura, o traslado dos restos mortais de D. Pedro I, de Portugal para o Ipiranga, e a reconstrução de sua imagem como herói militar para “redimir” o país com espada em riste, até 2022, quando a medonha figura de um pastiche de chefe de Estado que, aos duzentos anos da independência do país, faz de uma motocicleta um cavalo e das mãos em riste um aceno anacrônico com o absolutismo do primeiro imperador.

Por essas e outras, o *Sequestro da independência* é um livro em que o leitor é convidado a refletir sobre como se retira o sentido original de uma imagem, uma personagem ou um evento e, “em seu lugar, acumulam outras interpretações que desrespeitam ou propositalmente desautorizam sua função inicial” (p. 281).

Enfim, o livro é construído por meio de linguagem fluida e acessível sem, entretanto, dispensar rigor empírico no tratamento das fontes e densas descrições na direção da crítica à história oficial, por meio da sistematização de uma iconologia comentada criticamente a fim de revisar, à contrapelo, a trajetória social e política do país e, assim, produzir uma outra e necessária narrativa da independência do Brasil.

## Referências

LIMA JUNIOR, Carlos.; SCHWARCZ, Lilia M.; STUMPF, Lúcia K. *O sequestro da independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, 378 p.

[www.pucsp.br/revistaurora](http://www.pucsp.br/revistaurora)

ISSN 1982-6672